



REBEH

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA



REVISTA

ESTUDOS TRANSVIADES

revista sobre transmasculinidades idealizada por pessoas transmasculinas



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura é um periódico editado pela Associação Brasileira de Estudos da TransHomocultura (ABETH) que tem por objetivo a publicação de artigos, entrevistas, documentos, resenhas, trabalhos artísticos, ensaios, relatos de experiência e dossiês temáticos que contemplem os estudos sobre gênero, sexualidade, raça, etnia e diversidades, interseccionando outros marcadores sociais da diferença.

Editorial-Chefe

Prof^{ta}. Dr^a. Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ)
Prof. Dr. Alexandre Bortolini (UFRJ)
Prof^{ta}. Dr^a. Bruna Andrade Irineu (UFMT)

Editores Associados

Prof. Ms. Leonardo Morjan Britto Peçanha (Fiocruz)
Prof^{ta}. Ms^a. Céu Cavalcanti (UFRJ)
Prof^{ta}. Dr^a. Dodi Leal (UFSE)
Prof^{ta}. Dr^a. Fátima Lima (UFRJ)
Prof. Dr. Fernando Altair Pocahy (UERJ)
Prof. Dr. Ivan Amaro (UERJ)
Prof. Dr. Jonas Alves (UFRRJ)
Prof. Dr. Marco José Duarte (UFJF)
Prof^{ta}. Ms^a. Mariah Rafaella da Silva (UFRJ)
Prof. Dr. Rodrigo Borba (UFRJ)
Prof^{ta}. Ms^a. Sara Wagner York/Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior (UERJ)
Prof. Dr. Sérgio Batista (UFRJ)
Prof. Dr. Thiago Ranniery (UFRJ)
Prof. Dr. Thiago Soliva (UFSE)

Editoria Jr.

Prof. Ms. Cello Latini Pfeil (UFRJ)
Prof. Ms. Lino Gabriel Nascimento dos Santos (UFSC)
Ms^a. Maria Clara Araújo dos Passos (USP)
Prof^{ta}. Ms^a. Milena Carlos de Lacerda (UFT)
Ms^a. Mônica Saldanha Coelho (USP)
Prof. Dr. Paulo Vitor Palma Navasconi (UNESP)

Conselho Editorial

Ana Cristina Santos (UFAL)
Anahí Guedes (UFSC)
Berenice Bento (UnB)
Bruna Andrade Irineu (UFMT)
Caterina Rea (UNILAB)
Carlos Eduardo de O. Bezerra (UNILAB)

Cristina Vianna M. dos Santos (UFT)
Fátima Lima (UFRJ)
Felipe Bruno M. Fernandes (UFBA)
Guilherme Almeida (UFRJ)
Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ)
José Damião Rocha (UFT)
Horácio Costa (USP)
Luma Nogueira Andrade (UNILAB)
Miriam Grossi (UFSC)
Megg Rayara Oliveira (UFPR)
Moisés Lopes (UFMT)
Sam Boucier (Université Lille III)
Suely Messeder (UNEB)

Imagem da Capa e Diagramação

Carlos André Santos Estumano

Revisão

Alexandre Bortolini

Coordenação Dossiê Temático

Bruno Latini Pfeil, Cello Latini Pfeil, Leonardo Morjan Britto Peçanha, Thárcilo Luiz da Silva Hentzy

Comitê de Avaliadores V.6 N.19

Rubens Mascarenhas Neto, Guilherme Rodrigues Passamani, Luan Carpes Barros Cassal, Junior Araujo Sousa, Esmael Alves de Oliveira, Rainei Rodrigues Jadjewski, Venan Lucas de Oliveira Alencar

REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura/ Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura – ABETH, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. vol. 6, n. 19 (2023) - . – Cuiabá/Mato Grosso: UFMT: ABETH, 2023-
v. il. : 26cm

Quadrimestral, 2023

Texto em Português

Modo de Acesso: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>

ISSN 2595-3206 (Online)

· Estudos de Gênero - Periódicos. 2. Diversidade - Periódicos.
I. Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura - ABETH. II. Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT. III. Título: REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura.

Editorial Rebeh V.6 N.19 (2023)

Fazendo ciência a partir da dissidência: as potencialidades da produção científica daqueles que confrontam a cis-heteronorma

Alexandre Bortolini (UFRJ)¹

Bruno Latini Pfeil²

Cello Latini Pfeil³

Leonardo Morjan Britto Peçanha⁴

Thárcilo Luiz da Silva Hentzy⁵

É com muita alegria que as equipes editoriais da Revista Brasileira de Estudos da Homocultura e da Revista Estudos Transviades apresentam essa edição especial.

¹ Editor chefe da REBEH. Doutor em Educação pela USP (Bolsista CAPES). Mestre em Educação pela PUC-Rio. Pedagogo e Comunicador Social. Professor Substituto do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² Psicólogo (CRP05/71525), graduado pela Universidade Santa Úrsula. Mestrando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Graduando em Antropologia (UFF). Pós-graduando em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política (FAUSP). Membro do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (PPGF/UFRJ). Coordenador da Revista Estudos Transviades.

³ Professor Substituto do Departamento de Ciência Política da UFRJ. Doutorando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Especialista em Teoria Psicanalítica Freud-Lacanianana (CEPCOP/USU). Pesquisador do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias da UFRJ (CPDEL/UFRJ). Coordenador do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Coordenador Suplente de Comunicação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFRJ). Coordenador da Revista Estudos Transviades.

⁴ Doutorando em Saúde Coletiva (IFF/FIOCRUZ). Pesquisador no ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq) e no GENSEX - Núcleo de estudos sobre gênero, sexualidade e saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ/CNPq). Secretário Executivo na Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH)

⁵ Graduando em psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, atualmente realizando pesquisa junto a identidades transmasculinas no Sistema Penitenciário. Coordenador da Revista Estudos Transviades.

Vinculada à Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura, a REBEH foi criada em 2016, sob a presidência de Luma Nogueira de Andrade. Nas gestões seguintes, encabeçadas por Bruna Andrade Irineu e, agora, Jaqueline Gomes de Jesus, a revista se consolidou como referência no campo dos estudos de gênero e sexualidade - e para além dele. Fato que se materializa nas mais de 18 edições publicadas, nos seus indicadores de impacto e na recente classificação como periódico A2 pela Capes.

O objetivo da REBEH foi e segue sendo criar um espaço de interlocução que traga maior visibilidade para produções científicas das mais diferentes áreas que se fundamentam ou lançam foco nas perspectivas construídas a partir das dissidências sexuais e de gênero. Mais do que uma “revista LGBTQIA+”, a REBEH reúne pesquisas, relatos e outros tantos trabalhos que partem de múltiplos lugares de dissidência - com todas as particularidades e potências que estes lugares trazem - para pensar criticamente sobre a vida, sobre nossa sociedade e nossas formas de estar no mundo.

A Revista Estudos Transviades surge em março de 2020, a partir de uma conversa entre três pessoas transmasculinas em uma lanchonete no Rio de Janeiro. Se questionando sobre a dificuldade em se encontrar espaços e plataformas abertos a publicar suas produções, fossem elas artísticas, acadêmicas ou literárias, os três decidiram articular sua própria plataforma, a fim de oferecer um espaço de publicação em que narrativas transmasculinas em primeira pessoa fossem acolhidas.

Para além de um espaço de visibilização e criação de produções de pessoas trans, a revista tem como foco as transmasculinidades, e isso se dá pela profunda invisibilização que estas sofrem em nosso imaginário social, inclusive dentro dos movimentos trans. Sendo invisibilizadas, as transmasculinidades sequer são consideradas enquanto possibilidades, e nos percebemos impedidos de falar por nós mesmos, tendo em vista o silenciamento de nossas narrativas. Frente a isso, a revista se propõe a quebrar com este silêncio, não para mostrar à cisgeneridade a diversidade das transmasculinidades, mas sim para que nós mesmos, enquanto pessoas transmasculinas,

criemos nossos laços e nos reconhecamos no discurso um do outro. Por meio desse reconhecimento, nos fortalecemos e nos (re)construímos continuamente, promovendo o florescimento de vida, ao contrário do amortecimento ao qual somos submetidos.

Nessa parceria inédita, REBEH e Revista Transviades apresentam o dossiê temático *Gravidez, aborto e parentalidade nas transmasculinidades*. O que motiva um dossiê com essa temática é justamente sua ausência - pesquisas, relatórios, narrativas midiáticas, literaturas que retratam experiências de gravidez, aborto e parentalidades não reconhecem corpos transmasculinos como possíveis. Ou seja, não há, em espaços institucionalizados de produção de conhecimento, o pleno reconhecimento de nossas existências. Reconhecendo as inúmeras dinâmicas de exclusão e desigualdades que atravessam o universo acadêmico e visando democratizar o acesso à publicação em periódicos científicos, como política afirmativa este dossiê foi organizado apenas com trabalhos de autoria de homens trans e pessoas transmasculinas, com pessoas não pertencentes a estes grupos colaborando como co-autoras.

O dossiê abre com o artigo *Gravidez, Aborto e Parentalidade nas Transmasculinidades: um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas*, produzido por pesquisadores vinculados ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e à Revista Estudos Transviades. O Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), organização criada em 2013, é uma rede nacional de ativistas da sociedade civil, que atua a fim de desenvolver e monitorar pesquisas e discussões, oferecer formação política e incentivo à militância, e exercer controle social de políticas públicas para a população transmasculina brasileira. Atualmente, encontra-se organizado a partir de núcleos regionais distribuídos por 15 estados das cinco regiões do país, compõe o Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+ (CNCD/LGBT) e vincula-se à REDCAHT (Rede de Coletivos Americanos de Transmasculinidades). Diante da quase inexistência de dados sobre gestação, aborto e parentalidades nas transmasculinidades, o Instituto Brasileiro

de Transmasculinidades (IBRAT) e a Revista Estudos Transviades se uniram pela iniciativa de organizar o primeiro mapeamento nacional com essa temática.

Na sequência, Leonardo Morjan Britto Peçanha conversa com Alexandre Peixe, ativista pioneiro, pai e avô. A entrevista *Paternidade Trans em cena* traz relatos sobre ativismos, gestação, amamentação, um pouco do início da história do movimento transmasculino brasileiro, entre outros temas, visibilizando a história de Xande, pela perspectiva de sua paternidade, discutindo como essa experiência impactou sua vida.

No ensaio *Em defesa de parentalidades transmasculinas: uma crítica transviada ao [cis]feminismo*, Bruno Pfeil e Cello Pfeil Cello Latini Pfeil e Bruno Latini Pfeil desenvolvem uma crítica a movimentos feministas e a estudos de gênero que, em suas elaborações sobre direitos sexuais e reprodutivos, não abarcam as demandas das transmasculinidades e/ou não reconhecem a existência de pessoas transmasculinas em sua ampla diversidade. No texto, os autores apontam para esses processos no que tange à gravidez, direitos reprodutivos e parentalidades nas transmasculinidades.

Já em *Homens trans e pessoas transmasculinas frente ao aborto legal: um ponto cego na formação jurídica?*, Helio Fernando de Oliveira Júnior e Anna Paula Drehmer tem como foco a questão do aborto no campo das transmasculinidades. Compreendendo o direito ao aborto como um marco democrático, os autores refletem sobre as dificuldades experienciadas por pessoas transmasculinas no acesso a dispositivos de saúde e no direito ao próprio corpo, o que caracteriza, ao contrário de um marco democrático, um marco de violência. Criticando a discriminação que atravessa as transmasculinidades, tece-se uma crítica à desigualdade de gênero.

Em seguida temos o ensaio *Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros*, de Leonardo Peçanha, Jaqueline Gomes de Jesus e Anne Alencar Monteiro. Por uma lente transfeminista, os autores dissertam sobre a biologização e a genitalização de experiências de

parentalidade e gestação, impactando diretamente experiências transmasculinas. Pelo transfeminismo, são colocados em pauta os direitos sexuais e reprodutivos de pessoas transmasculinas, o direito e a autonomia sobre o próprio corpo, se utilizando de narrativas, pensamentos e vivências de pessoas transmasculinas para embasar tal pesquisa.

O dossiê se encerra o texto *Da gestação à parentalidade*, em que Apollo Arantes faz o relato de uma gestação transmasculina, enquanto discute o controle da reprodução humana e o reforço do estigma para população trans.

A sessão seguinte traz uma entrevista com Jane Ward, professora de Estudos Feministas na Universidade da Califórnia Santa Bárbara, realizada em 2021 pelo coletivo de estudos transdisciplinares Héteras Trágicas. Em *The Tragedy of Heterosexuality* (2020), seu último livro e principal tema desta entrevista, Ward investiga as problemáticas relacionadas à experiência heterossexual no XXI e o que as pessoas heterossexuais podem fazer para reinventar seus laços de intimidade, amor e desejo.

Os artigos de tema livre começam com *Comportamento alimentar, satisfação corporal e percepção da qualidade de vida na população transgênera brasileira*, em que Henrique Bello, Kévin Allan Sales Rodrigues, Karine Domingos de Araújo, Bruna Paola Murino Rafacho e Camila Medeiros da Silva Mazzeti, apresentam pesquisa cujo objetivo foi elucidar fatores associados à qualidade de vida da população trans, entre eles a disforia de gênero, percepção da imagem corporal, nível de satisfação corporal e comportamento alimentar.

Já em *Currículo Heteronormativo: a exclusão/marginalização das pessoas “T” entre gêneros no ambiente escolar*, Jessika Villalon Sousa Cruz faz um debate acerca dos currículos e cultura escolar, trazendo questões sobre a diversidade sob a heteronormatividade institucionalizada nos ambientes da educação básica.

Nossa edição se encerra com o artigo *Neoconservadorismo e “Ideologia de Gênero”: O Favorecimento do Estuprador*. No texto, Dayana Brunetto e Thiago Luiz Sartori analisam, por meio de um estudo exploratório, como o neoconservadorismo promove, de forma velada, o favorecimento do estuprador em detrimento da proteção de crianças, adolescentes e mulheres vítimas de abuso sexual.

Boa leitura!

Referências

- ARANTES, Apollo. Da gestação à parentalidade: relato de uma gestação transmasculina, controle da reprodução humana e o reforço do estigma para população trans. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, n.19, p.105-119, 2023.
- BELLO, Henrique; RODRIGUES, Kévin Allan Sales; ARAÚJO, Karine Domingos de; RAFACHO, Bruna Paola Murino; MAZZETI, Camila Medeiros da Silva. Comportamento alimentar, satisfação corporal e percepção da qualidade de vida na população transgênera brasileira. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, Edição Especial, v. 6, n.19, p.140-168, 2023.
- BRUNETTO, Dayana; SARTORI, Thiago Luiz. Neoconservadorismo e “Ideologia de Gênero”: O Favorecimento do Estuprador. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, n.19, p.195-219, 2023.
- CRUZ, Jessika Villalon Sousa. Currículo Heteronormativo: a exclusão/marginalização das pessoas “T” entre gêneros no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, n.19, p.169-194, 2023.
- JÚNIOR, Helio Fernando de Oliveira; DREHMER, Anna Paula. Homens trans e pessoas transmasculinas frente ao aborto legal: um ponto cego na formação jurídica? **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, n.19, p.64-89, 2023.
- KVELLER, Daniel Boianovsky; BASTOS, Thalita Cruz; DIAS JUNIOR, Jocimar; MATSUURA, Júnia; NEVES, Diana das; ODORISI, Matheus; NEVES, Pedro Pinheiro; RAMOS, Mariana; REIS, Bruno. A Tragédia da Heterossexualidade: Uma conversa com Jane Ward. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, Edição Especial, v. 6, n.19, p.120-139, 2023.
- PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; JESUS, Jaqueline Gomes de; MONTEIRO, Anne Alencar Monteiro. Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, n.19, p.90-1034 2023.
- PEIXE, Alexandre. PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Paternidade Trans em cena: Entrevista com o ativista Alexandre Peixe. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, n.19, p.32-48, 2023.
- PFEIL, Cello Latini; LEMOS, Dan Kaio; LEMOS, Enzo Gomes; ALGARTE, Fabian; GIULIA, Kaleb; CARVALHO, Murillo Medeiros; PFEIL, Bruno Latini. Gravidez, Aborto e Parentalidade nas Transmasculinidades: um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, n.19, p.7-31, 2023.
- PFEIL, Cello Latini; PFEIL, Bruno Latini. Em defesa de parentalidades transmasculinas: uma crítica transviada ao [cis]feminismo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 6, n.19, p.49-63, 2023.

A Tragédia da Heterossexualidade: Uma conversa com Jane Ward

Daniel Boianovsky Kveller¹

Thalita Cruz Bastos²

Jocimar Dias Jr.³

Júnia Matsuura⁴

Diana das Neves⁵

Matheus Odorisi⁶

Pedro Pinheiro Neves⁷

Mariana Ramos⁸

Bruno Reis⁹

Resumo: Entrevista com Jane Ward, professora de Estudos Feministas na Universidade da Califórnia Santa Bárbara, realizada em 2021 pelo coletivo de estudos transdisciplinares Héteras Trágicas. Em *The Tragedy of Heterosexuality* (2020), seu último livro e principal tema desta entrevista, Ward investiga as problemáticas relacionadas à experiência heterossexual no XXI e o que as pessoas heterossexuais podem fazer para reinventar seus laços de intimidade, amor e desejo.

Palavras-chave: heterossexualidade; estudos queer; estudos de gênero.

¹ Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do curso de psicologia da Faculdade Dom Bosco. dkveller@gmail.com

² Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora dos cursos de Cinema e Audiovisual da Universidade Veiga de Almeida e do Instituto Infnet. Professora do curso de Comunicação Social - Jornalismo no Centro Universitário Augusto Motta. tatacbastos@gmail.com

³ Doutor em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal Fluminense. jocimardiasjr@gmail.com

⁴ Mestre em Estudos de Cinema pela Universidade Livre de Berlim. matsuura.junia@gmail.com

⁵ Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. diananev@yahoo.com.br

⁶ Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. modorizi@gmail.com

⁷ Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

pedropinheiro@gmail.com

⁸ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. marirvs@gmail.com

⁹ Mestre em Estudos Contemporâneos das Artes pela Universidade Federal Fluminense.

breislima@gmail.com

Jane Ward é professora de Estudos Feministas na Universidade da Califórnia Santa Bárbara. Em *The Tragedy of Heterosexuality* (2020), seu último livro e principal tema desta entrevista, Ward investiga as problemáticas relacionadas à experiência heterossexual no XXI e o que as pessoas heterossexuais podem fazer para reinventar seus laços de intimidade, amor e desejo. Em publicações anteriores, a autora explorou tópicos como o significado de sexo entre homens heterossexuais, infância e paternidade queer, a evolução da cultura heterossexual, a corporatização dos festivais de orgulho gay, a política racial do casamento homossexual, a construção social da branquitude, pornografia feminista e relacionamentos trans.

A entrevista a seguir foi realizada em março de 2021, de maneira remota, por um coletivo de estudos transdisciplinares nomeado Héteras Trágicas. Nosso coletivo surgiu durante a pandemia por uma vontade de continuar alimentando nossas pesquisas por meio da leitura e discussão sobre estudos de gênero e sexualidade. A obra de Ward nos estimulou a pensar criticamente sobre a heterossexualidade enquanto identidade e instituição, de forma a voltar nosso olhar crítico para a população heterossexual e não apenas para as assim chamadas dissidências sexuais.

Coletivo: Jane, gostaríamos de lhe agradecer por ter aceitado conversar conosco hoje. Estamos muito contentes de poder falar um pouco desse livro que foi tão inspirador e provocativo para nosso grupo de estudos. Bem, gostaríamos de iniciar traçando um paralelo entre *The Tragedy of Heterosexuality* e *A Invenção da Heterossexualidade*, de Jonathan Ned Katz (1996), estudado pelo nosso grupo anteriormente. Se o trabalho de Katz se concentrou em montar um inventário cronológico dos usos e significados do termo "heterossexualidade" ao longo dos anos, argumentando que seu desenvolvimento se deu em oposição ao termo "homossexual", seu livro mostra que as próprias bases da cultura heterossexual, como os rituais de cortejo, estão fundadas em desigualdades de gênero que não são resolvidas – na verdade, são aprofundadas – pelos dispositivos

culturais que supostamente deveriam tornar as coisas mais fáceis, como livros de autoajuda. Como você vê seu trabalho nesse projeto contínuo de desenvolver uma abordagem crítica à heterossexualidade? Quando e como você passou a ver a heterossexualidade como uma tragédia?

Jane Ward: Isto é incrível, estou tão feliz de estar conhecendo todos vocês. Obrigada por me convidarem, sinto-me muito honrada. Bem, acho que estamos assistindo à emergência de um campo que poderíamos chamar de Estudos Críticos da Heterossexualidade, para o qual estou interessada em contribuir, e que trata de historicizar e desnaturalizar a identidade heterossexual, revelando-a como uma invenção patriarcal, política, econômica, colonizadora e eugênica que surgiu no final do século XIX. É claro que isso é distinto das práticas heterossexuais, mas estou falando sobre heterossexualidade como uma identidade. Quando se conhece essa história, como nos apresenta Katz, você vê que a heterossexualidade como categoria sexual e como instituição foi violenta, desumanizadora e disfuncional desde o início. É isso que eu quero dizer com tragédia: não podemos Tornar a Heterossexualidade Grandiosa Novamente (*Make Heterosexuality Great Again*), usando o linguajar de Donald Trump, porque nunca foi grande. Acho que os Estudos Críticos da Heterossexualidade estão seguindo o caminho de outros dois subcampos, os Estudos da Masculinidade e os Estudos da Branquitude. E acho que precisamos ter cuidado para não seguir o modelo estabelecido pelos Estudos dos Homens. Esse subcampo, pelo menos nos EUA, sempre foi dominado por brancos estudando a si mesmos e muitas vezes confundindo masculinidade com homens, reforçando assim uma compreensão binária ou bioessencialista de gênero. Houve um deslocamento desde os Estudos da Masculinidade, que deveriam incluir a masculinidade feminina, para os Estudos do Homem – e até mesmo para discursos dos direitos dos homens. Algumas revistas tratam os homens como um grupo bioessencialista e buscam estudar as formas pelas quais foram vitimizados. Acho que precisamos nos preocupar com isso, pois eu não gostaria

de ver um punhado de homens heterossexuais se reunindo em uma conferência sobre estudos da heterossexualidade sem que houvesse uma intervenção crítica à própria noção de heterossexualidade. Devemos avançar pensando nos Estudos Críticos da Branquitude, que entendem a branquitude como uma formação cultural inseparável da supremacia branca e que se utilizam dos estudos étnicos críticos como quadro de análise. Eu acho que esse deve ser o nosso modelo para os estudos da heterossexualidade. E direi uma última coisa: também acho que precisamos reconhecer que muitas pessoas negras, indígenas e outras pesquisadoras racializadas têm se envolvido há muitas décadas no que agora chamamos de Estudos Críticos da Heterossexualidade, embora talvez não sob esse nome particular. Incluiria aqui estudos que investigam como os sistemas binários de gênero e sexualidade têm sido tecidos junto aos projetos colonialistas de supremacia branca. Estou pensando em Hortense Spillers, Siobhan Somerville, Eve Tuck e Maile Arvin, autoras que realmente estão revelando as raízes colonialistas da binariedade de gênero, pelo menos aqui na América do Norte, e de uma maneira que deve ser, na minha opinião, elementar para os estudos críticos de heterossexualidade.

Coletivo: Enquanto líamos *The Tragedy...*, ficamos tão entusiasmados que compartilhamos algumas frases do livro no *Instagram*. Uma de nossas amigas, que é uma mulher branca heterossexual de esquerda, respondeu enfaticamente que o verdadeiro inimigo não é a heterossexualidade, mas o patriarcado. Quais são as diferenças, em termos teóricos e políticos, entre a tragédia do patriarcado e a tragédia da heterossexualidade?

Jane Ward: Eu diria, em primeiro lugar, que eu gostaria de falar português para poder ter dialogado diretamente com sua amiga. Eu tentei responder essa questão no livro, mas acho que talvez precise de mais elaboração. Em poucas palavras, o patriarcado e a cultura heterossexual não são a mesma coisa, embora, por vezes, se sobreponham.

Quando falamos de patriarcado, estamos falando de sistemas de Estado, práticas institucionais e culturais que fornecem aos homens poder e autoridade sobre as mulheres. Portanto, estamos literalmente pensando de maneira unidirecional, de cima para baixo. Quando falamos da cultura heterossexual, estamos falando de algo mais mútuo ou bidirecional, e eu acho que as mulheres têm mais agência na criação dessa cultura. Portanto, acho que a heterossexualidade difere do patriarcado em alguns aspectos. Um deles é que há uma presunção na cultura hétero de uma identidade ou orientação sexual compartilhada, à qual tanto mulheres quanto homens têm acesso igual. Ao contrário do poder patriarcal, a identidade hétero está igualmente disponível a mulheres e homens e traz certos tipos de recompensas, diferentes consoante ao gênero, é claro, mas ainda assim recompensas. Outra diferença importante é que o patriarcado é um sistema antigo, enquanto a cultura heterossexual é uma invenção moderna, majoritariamente desenvolvida no século XX. A heterossexualidade formou-se junto à ascensão da sexologia, da psicologia, da neurologia, da genética, dos movimentos *New Age*, de tal forma que a compreensão comum sobre a heterossexualidade é realmente inseparável desta noção muito recente de que pessoas nascem com uma orientação sexual genética, biológica. E, por último, eu diria que a cultura heterossexual serve como o braço íntimo, erótico e romântico do patriarcado. A tragédia da cultura heterossexual é que ela cultivou e erotizou a noção de que homens e mulheres são compelidos biologicamente um para o outro, de que seu destino está envolto um no outro, de que são completados um pelo outro, de que sua felicidade deve ser apreciada dessa maneira. Então, sim, absolutamente, estes dois conceitos estão conectados. Mas precisamos tensionar ambos, porque, se não o fizermos, faltará muita coisa.

Coletivo: Você argumenta que não é estratégico usar o argumento "nasci assim" e que ser *queer* pode ser uma escolha, talvez a única razoável. Quando pensamos na tragédia, como no teatro grego antigo, falamos sobre algo que é inevitável, algo que está

construído na forma como a sociedade está organizada e que só pode levar à perda e à dor, mas também como algo contra o qual vale a pena lutar. É essa sua posição sobre ser *queer* nesta sociedade?

Jane Ward: Sim. Na verdade, acho que “estratégico” é exatamente a palavra para o argumento "nasci assim" – pelo menos da forma como o vejo ser usado por gays e lésbicas ou pelo movimento gay e lésbico hegemônico. Algo pode ser muito estratégico politicamente e, ao mesmo tempo, completamente impreciso. Acho que é esse o caso. As pessoas amam o argumento "nascemos assim" porque acreditam ser uma boa forma de argumentar em favor dos direitos humanos e que será mais compreensível para pessoas heterossexuais. Basicamente, é como se dissessem: não podemos mudar nossa orientação sexual, é imutável como a raça. E, pelo menos nos EUA, essa é a retórica dominante no marco dos direitos civis, utilizada para qualquer tipo de reivindicação por reconhecimento. É como se dissessem ser preciso estender direitos às pessoas porque nasceram com essa forma de diferença. Se pudessem mudar, mudariam, mas não podem. Há tantos problemas com essa lógica! É profundamente heteronormativa! E simplesmente não parece verdadeira para muitas pessoas. Há pesquisas indicando que homens gays são muito mais propensos a se identificar com argumentos bioessencialistas do que mulheres lésbicas. E uma das coisas que sabemos é que o movimento Lgbtq+ hegemônico muitas vezes adota narrativas sexuais que parecem verdadeiras para homens gays - ou que ressoam entre homens gays - e então generaliza para todos os outros. Mas voltando à questão da tragédia, parte do que estou argumentando é que a cultura heterossexual é uma armadilha construída para beneficiar mais os homens do que as mulheres. É podre até o núcleo e, nesse sentido, trágica, mas isso não significa que não possa ser mudada. Tampouco acredito que isso signifique que todos precisem se tornar Lgbtq+. Na verdade, dediquei o último capítulo a discutir como "queerificar" as pessoas heterossexuais pode não ser a melhor abordagem. Eu defendo a adesão ao que chamei de "heterossexualidade profunda". Acredito que

precisamos de uma nova forma de alcançar homens e mulheres heterossexuais, pois a noção de heterossexualidade queer ou a ideia de que a queeridade (*queerness*) não é sobre o gênero das pessoas com quem você tem relações sexuais, mas sobre uma postura política de oposição à normatividade de gênero e sexual, está presente desde os anos 1990 e não está ajudando as mulheres heterossexuais a melhorarem suas condições em relacionamentos heterossexuais.

Coletivo: Em cada um dos capítulos de seu livro, você adotou um método diferente para abordar a tragédia heterossexual, tais como participar de cursos com especialistas da paquera (*pickup artists*), analisar livros de autoajuda sobre diferenças de gênero, entrevistar alguns de seus alunos queer sobre seus pensamentos sobre o estilo de vida heterossexual. Esse tipo de abordagem múltipla é o que você chama de métodos sapatão/queer (*dyke/queer methods*) em seu artigo com o mesmo nome (WARD, 2016)? Você pode falar mais sobre esse método e sua relação com o processo de escrita de *The Tragedy of Heterosexuality*?

Jane Ward: Essa pergunta me faz pensar em Jack Halberstam e naquilo que ele chama de teoria baixa (*low theory*). Sim, eu acho que é, há uma relação com os métodos sapatão, mas quando escrevi aquele artigo estava pensando especificamente em abordagens teóricas e metodológicas adotadas por lésbicas e outras mulheres queer e recebidas com muito rechaço por homens gays. Acho que é útil aqui olharmos para a genealogia dos estudos queer e dos estudos gays e lésbicos que os precederam. A primeira grande mudança foi o surgimento dos estudos gays e lésbicos, focados em coletar dados sobre a vida gay e lésbica que poderiam ser usados para desestigmatizar essas populações ou para aumentar a tolerância da sociedade. Esses estudos buscavam respostas para perguntas do tipo: onde as pessoas gays e lésbicas vivem? Que tipo de discriminação as lésbicas sofrem no trabalho? Como é ser pai/mãe gay/lésbica? A maioria dos dados era apenas descritiva e qualitativa, e acho que muitos homens gays,

em particular, estavam ligados a esse modelo porque achavam que só esse tipo de trabalho sociocientífico poderia realmente melhorar o estatuto legal de pessoas gays e lésbicas, e essa era a prioridade. Vimos então uma mudança para os estudos queer, muito influenciados pelo ativismo queer, e para os quais a questão já não consistia em buscar legitimação, mas dizer: “Sim, somos fora da lei. Sim, vivemos de maneira diferente. Não queremos ser como vocês”. Isso foi ameaçador para muitas pessoas que estavam apostando em uma política homonormativa de assimilação. Mas depois disso, outra mudança aconteceu, que foi a mudança dos estudos queer para os estudos feministas queer. Muito do trabalho inicial nos estudos queer era composto por meditações psicanalíticas sobre subculturas gays masculinas ou sobre arte gay masculina, esse tipo de coisa. E o que aconteceu mais tarde nos anos 2000 é que começamos a ver um envolvimento mais crítico com o problema do gênero na totalidade. Algumas teorias e métodos sapatão já estavam presentes no trabalho de Judith Butler, mas depois surgem figuras como Eve Sedgwick, Jack Halberstam, Sara Ahmed e Robyn Wiegman, que se tornam centrais na área. Isso começou a afastar a narrativa do controle de homens gays, de modo que eles não fossem mais os únicos a contar a história sobre o significado e as implicações políticas da queeridade. Depois da publicação do meu livro *Not Gay: Sex Between Straight White Men* (2015), homens gays escreveram para mim e me chamaram de vadia, cadela, idiota e outras coisas. Isso não ocorre apenas em resposta ao meu trabalho, mas também demonstra como eles se sentem ameaçados pela voz que as lésbicas agora têm nos estudos queer e pelo fato de que escritoras lésbicas agora são centrais no cânone dos estudos queer. Eles acham que o trabalho é muito teórico ou abstrato, muito centrado em questões culturais e interseccionais, e querem um retorno ao que consideram ser uma abordagem gay mais politicamente eficaz.

Coletivo: Como você encontrou esse caminho para navegar entre as diferentes manifestações da tragédia heterossexual?

Jane Ward: Eu propus um curso chamado "Abordagens Críticas à Heterossexualidade" antes de começar a escrever *The Tragedy of Heterosexuality*, então eu já estava ensinando sobre o tema e de muitas maneiras o livro segue a trama daquele curso. Posso dizer que os estudantes queer acharam o curso profundamente terapêutico, realmente adoraram. Acho que foi um alívio para eles em muitos níveis. É um alívio não ter o olhar crítico pesando sobre seus corpos; o olhar é desviado para as pessoas heterossexuais. Muitos estão no processo de sair do armário, e tudo o que ouvem é que suas vidas serão solitárias, deprimentes, ou o que for. E a proposta de estudar a heterossexualidade realmente inverte a lógica de uma forma muito poderosa. O principal desafio para mim quando me propus a escrever era que eu queria que a experiência de leitura tivesse esse mesmo efeito para leitores queer, mas também queria falar com pessoas heterossexuais. Então eu diria que as perguntas que tive que desenvolver mais foram: Como quero falar mais amorosamente com pessoas heterossexuais? Como quero convidá-las, em vez de culpá-las? Como quero expressar solidariedade a elas? E a forma como consegui fazer isso foi retornar aos textos feministas lésbicos iniciais que tinham essa proposta afetiva. E depois o resto foi tipo: para onde preciso ir? Eu sabia que queria estudar e rastrear a história de livros de autoajuda e olhar para a forma como a tragédia estava afetando os homens em particular, então é por isso que fui parar nos especialistas da paquera. Eu também queria compartilhar com as pessoas heterossexuais a visão de pessoas *queer* sobre a cultura heterossexual e, honestamente, uma grande motivação para mim foi o cansaço com a ideia de que pessoas queer desejam ser heterossexuais! Não faz sentido para a minha própria vida ou para a maioria das pessoas que eu conheço. Nós realmente sentimos muita preocupação, às vezes pena, e às vezes repulsa como observadores da vida

heterossexual, e eu queria poder compartilhar isso com as pessoas heterossexuais, para que elas pudessem se afastar de seus sentimentos de preocupação conosco!

Coletivo: Obrigado pela generosa resposta, nós compartilhamos esse sentimento de alívio em ver o foco sendo deslocado. A próxima pergunta é sobre religião: o terceiro capítulo, em que você analisa os cursos intensivos com especialistas da paquera, nos leva a pensar sobre outros instrumentos que nossa sociedade usa para fazer o que você chama de "trabalho de gênero" (*gender labor*) – o trabalho que as pessoas heterossexuais devem fazer para viver na heteronormatividade, ao mesmo tempo em que vivem o paradoxo da misoginia. No cenário brasileiro, as igrejas têm uma grande função neste trabalho, garantindo, através do conceito de família nuclear, que homens e mulheres possam viver juntos, apesar de se odiarem. Qual é o papel da religião institucionalizada em manter a heterossexualidade trágica no cenário norte-americano?

Jane Ward: Essa é uma ótima pergunta. Vou falar de maneira geral, já que não sou especialista em estudos da religião. Acho que as instituições religiosas se esforçam para convencer os casais heterossexuais de que ficar juntos em um casamento ou em uma parceria é sobre algo muito maior do que eles próprios. Pode ser sobre cumprir a vontade de Deus ou seguir algum tipo de plano divino para homens e mulheres. Acho que a maioria das religiões mundiais também glorificam o sofrimento nobre e o sacrifício de maneiras que as mulheres, em particular, podem se valer para encontrar algum sentido e status dentro do contexto de uma parceria heterossexual injusta e infeliz. Acho que vocês estão absolutamente corretos em destacar a religião como uma espécie de bálsamo que ajuda a atenuar o paradoxo da misoginia. A pergunta também me faz pensar um pouco em Denise Candiotti, uma feminista turca, e em seu trabalho sobre o contrato patriarcal, porque ela fala sobre como as mulheres encontram maneiras de obter certo respeito e poder sob condições patriarcais, por exemplo, reivindicando seu poder sobre as mulheres mais jovens da família, uma vez que talvez o poder

limitado a que têm acesso seja o de ser a mulher mais velha na família, então elas se apegam fortemente a esse poder. Mas a religião oferece outra forma de poder para as mulheres, o poder da pureza moral, por meio do qual podem afirmar sua bondade em relação a mulheres "ruins", e uma maneira de afirmar sua bondade é ficar ao lado do seu homem, permanecer casada pelo bem dos seus filhos. Tenho certeza de que há uma série de outras maneiras. Acho que a religião oferece a muitas mulheres heterossexuais um senso de respeitabilidade e significado que pode compensar ou até mesmo transcender as misérias de suas relações com os homens. Claro que não precisa ser assim, mas acho que as mulheres estão operando sob condições de muita restrição, e a religião é um lugar para se aliviar.

Coletivo: Em *The Tragedy...*, você escreve sobre o ressentimento que as pessoas hétero, especialmente dentro da classe trabalhadora pobre, muitas vezes experimentam em relação às pessoas Lgbtq+ que não seguem o caminho do sacrifício necessário para manter uma família convencional. Você acredita que esse tipo de ressentimento possa ter impulsionado a ascensão da extrema-direita que vemos no Brasil, nos Estados Unidos e em diversos outros países?

Jane Ward: Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha solidariedade – sinto muito pela eleição de Bolsonaro, de certa maneira sei como é isso... Sim, absolutamente, acho que essa conexão está correta, em parte porque isso se tornou bastante transparente em algumas das mensagens de ódio que recebi após a publicação do livro. A mídia conservadora deu destaque para o livro, o que fez com que muitos misóginos me enviassem mensagens ameaçadoras realmente horríveis. Mas uma das características em comum nessas mensagens, que as tornou um pouco mais complexas e que até me fez sentir alguma empatia pelos seus autores, é que se referiam a mim como parte de uma

"elite costeira¹⁰", apontando que eu tinha segurança no emprego enquanto eles não tinham, e expressando uma ideia de que eu estava ganhando muito dinheiro para espalhar ideias feministas absurdas e ridículas. Então não era apenas uma discordância em relação ao conteúdo do livro que estava sendo expressa nessas mensagens, havia também o grito de pessoas que se sentiam injustiçadas porque supostamente intelectuais têm segurança no emprego enquanto trabalhadores não têm. Agora, de maneira nenhuma isso é uma desculpa justa para alguém me escrever mensagens com coisas violentas sobre meu corpo ou ameaças a mim e a minha família, absolutamente não! Mas eu acho que precisamos estar cientes do contexto político-econômico mais amplo em que esta reação está ocorrendo. No livro, também falo sobre como a cultura de sofrimento nobre e sacrifício da classe trabalhadora está vinculada à questão religiosa sobre a qual estávamos falando. Eu acho que religião e um *ethos* da classe trabalhadora estão muito conectados aqui nos Estados Unidos e trabalham juntos para normalizar as misérias das vidas de mulheres heterossexuais. É por isso que a campanha pela heterossexualidade se torna tão importante. Muito trabalho cultural é investido para tentar convencer mulheres heterossexuais de que a heterossexualidade vai torná-las felizes; se não forem felizes, a culpa é delas, de algum problema psicológico individual que pode ser corrigido; e, se ainda não estiverem felizes, devem aceitar que sua própria felicidade não é a coisa mais importante e que devem priorizar a felicidade das outras pessoas. Claro, mesmo com esse escoamento, acredito que o ressentimento, a melancolia heterossexual, aquele anseio não-lamentado-porque-não-reconhecido por algo mais, não desaparece realmente. Eu acho que vaza de algumas maneiras e uma dessas maneiras pode ser a hiper-performance do orgulho em práticas tradicionalistas. Essas pessoas estão realmente tentando convencer o resto de nós e a si mesmas de que sua miséria tem significado.

¹⁰ "Termo utilizado pela direita conservadora americana para se referir a um suposto grupo de pessoas com alta qualificação educacional e de classe alta nas cidades da costa oeste ou nordeste dos EUA, com opiniões políticas liberais e possuidoras de vantagens em comparação à maioria dos americanos comuns".

Coletivo: Seu livro tem como foco a tragédia da heterossexualidade, mas também menciona os privilégios de ser hétero, benefícios especialmente significativos para pessoas marginalizadas (como mulheres racializadas), para as quais relacionamentos heterossexuais normativos permitem acesso a formas de respeitabilidade e legibilidade cultural que não são fáceis de adquirir em nossa sociedade. Você acha que é possível conciliar uma crítica radical das instituições da heteronormatividade com esta realidade, especialmente em um contexto de crescente instabilidade política e econômica e de privação de direitos, no qual a segurança oferecida por formas de vida mais tradicionais exerce, compreensivelmente, uma forte atração?

Jane Ward: O problema é que essas formas de vida tradicionais não estão de fato oferecendo a segurança que prometem. Eu me apoio bastante no trabalho de uma escritora feminista negra, Brittney Cooper, que diz: “nos foram prometidos a nós, mulheres negras, os privilégios da heterossexualidade, mas estes simplesmente não nos foram entregues, eles nos escaparam”. Eu acho que a pergunta que vocês estão fazendo é mais bem respondida por mulheres queer racializadas, e é por isso que, no livro, eu tento me apoiar bastante nos escritos delas. Na minha leitura, o que a obra delas diz é que se, por um lado, ser queer põe mulheres racializadas (também mulheres pobres e mulheres com deficiências) em risco de certas formas de discriminação e violência, também retira as mulheres do risco diário de violência íntima nas mãos de um parceiro homem e pode ajudá-las a se inserir em comunidades queer nas quais as redes de cuidado não são compulsórias – porque na vida heterossexual você é meio que obrigada a cuidar de outras pessoas, mas no mundo queer o cuidado, eu acho, é em geral menos marcado por gênero e, novamente, não-compulsório, não baseado em estereótipos de gênero, mas ancorado em amizade e ajuda mútua. Então eu diria que o que eu vejo, na verdade, é bem mais segurança, especialmente em tempos de precariedade, porque comunidades queer muitas vezes já têm redes ocultas de cuidado íntimo, fora do âmbito

governamental, e essas redes podem ser ativadas para cuidar de pessoas quando o Estado falha.

Coletivo: Sua crítica se concentra nas práticas degradantes da cultura heterossexual e argumenta que os heterossexuais têm muito a aprender com pessoas queer, especialmente com as mulheres lésbicas queer. Você inclusive dedica um capítulo inteiro ao depoimento de pessoas queer criticando o comportamento heterossexual e contrastando-os com suas próprias práticas de alegria queer. Porém, em muitos momentos, aqueles de nós que são queer não pudemos deixar de nos perguntar se alguma parte da tragédia não teria sido infligida a nós, em nossas relações não-heterossexuais. Você acha que há uma "necessidade" de pensar sobre a tragédia da homonormatividade como um desenvolvimento deste trabalho? Ou a crítica deve ser inerentemente dirigida à heterossexualidade, entendendo os outros casos como meras reproduções de práticas e visões de mundo heterossexuais?

Jane Ward: Eu acho que ainda não sei a resposta. Como mencionei antes, a tragédia da heterossexualidade não se resume ao tratamento ruim que os homens dedicam às mulheres, porque as pessoas queer às vezes também se tratam muito mal. A tragédia da heterossexualidade é a forma como ela é manipulada desde o início. A categoria em si foi definida por autoridades masculinas que acreditavam que o patriarcado era a ordem natural das coisas, e que continua sendo ancorada em uma cultura heterossexual que trata o egoísmo, a pretensão e a fragilidade dos homens como inevitáveis, e de alguma forma atraentes. A cultura heterossexual também gosta de tratar o antagonismo, o desgosto mútuo e a desconfiança como elementos excitantes e atraentes do desejo heterossexual. Todas essas coisas são vistas como parte do mistério da atração pelo sexo oposto. Eu realmente acho que a subcultura queer é bastante diferente disso, especialmente a subcultura lésbica. Claro, há imbecis na cultura lésbica, mas a cultura não é definida pela misoginia e pelo binário de gênero. Podemos ter problemas nas

relações, mas não os analisamos nesses termos, não justificamos os problemas com diferenças de gênero inatas para depois simplesmente encolhermos os ombros e aceitarmos que essa é a ordem natural das coisas. Os relacionamentos lésbicos não são prejudicados por caricaturas misóginas tais como "a patroa" ou "a esposa tagarela". Não há uma montanha de livros de autoajuda para nos ensinar que nossas relações são naturalmente difíceis porque somos tão diferentes umas das outras que poderíamos ser de planetas diferentes. Sim, temos problemas interpessoais em espaços queer porque somos humanos, e humanos erram. Mas é muito importante considerar a formação cultural ao nosso redor, o que possibilita e quais são as suas restrições. E eu realmente acredito que temos evidências tremendas de que a cultura queer, especialmente os espaços feministas queer – espaços realmente infundidos com uma ética feminista lésbica, o que às vezes falta na subcultura gay masculina – têm muito potencial para nos ajudar a desenvolver outras formas de resolução de conflitos. Se olharmos – nos Estados Unidos, pelo menos – para quem está trabalhando na vanguarda da justiça transformativa, organizando projetos de ajuda mútua e até mesmo trabalhando pela abolição penal e alternativas à polícia, encontraremos mulheres queer racializadas liderando esses movimentos e teorizando sobre tais estruturas e possíveis alternativas, o que não me parece ser uma coincidência. Acho que isso está muito ancorado em uma tradição antiga nos espaços de mulheres queer, de compreender nossa sexualidade e nossas relações íntimas, todas as relações, por meio de uma ética feminista.

Coletivo: A maneira afetiva por meio da qual você se dirige às mulheres heterossexuais lembrou a muitos de nós o método da leitura reparadora proposto por Eve Sedgwick (2020). Ao contrário da leitura paranóica, motivada pela suspeita e ansiedade, a leitura reparadora seria um gesto de abertura para aceitar os limites e as complexidades dos textos e das pessoas que se tenta compreender. Você pensou sobre isso enquanto

escrevia *The Tragedy...*? Falando de maneira mais geral, como você vê a importância das leituras reparadoras na teoria queer e em outras tradições críticas na academia?

Jane Ward: Sim, obrigada por essa pergunta. É uma conexão realmente fascinante e eu não pensei sobre isso, mas eu gosto da ideia. Além de acadêmica, sou uma organizadora comunitária e sou atraída por esse trabalho porque tenho um apego à vida, ao nosso futuro compartilhado, à luta pela liberação coletiva, uma forte crença nos movimentos que acabei de mencionar, como aqueles que lutam por uma justiça transformativa em vez de reprimendas e humilhações públicas, ou arrogância intelectual, ou críticas mesquinhas, ou interpretações das intenções das pessoas. Na minha opinião, todas essas são práticas de não-descartabilidade (*non-disposability*) feministas e de pessoas negras, indígenas e outras pessoas racializadas (*Bipoc - Black, Indigenous, and People of Color*). Eu penso sobre leituras reparadoras através dessa lente e acho que a maioria dos mais recentes textos de estudos queer apontados como exemplos de leitura paranóica, como aqueles de Lee Edelman, foi escrita por homens gays brancos. Bem, eu queria que este livro fosse, como disse antes, uma oferta amorosa, eu queria convidar as pessoas heterossexuais. Não sei se fui bem-sucedida, mas espero que sim. Essa foi a minha intenção.

Coletivo: Você fala sobre o paradoxo da misoginia como um dos muitos problemas da heterossexualidade moderna. Para os homens heterossexuais, a transição entre "mulher como subordinada degradada" para "mulher merecedora de amor profundo" nunca foi concluída e nossa sociedade patriarcal continua a estimular comportamentos tóxicos. Como você relaciona o paradoxo da misoginia ao medo de perder o poder sentido por muitos homens heterossexuais na sociedade contemporânea? Por que amar mulheres é visto como uma ameaça à masculinidade e, eventualmente, ao patriarcado?

Jane Ward: Afsaneh Najmabadi (2005), que eu cito bastante no livro, escreve de forma clara e brilhante sobre isso em seu livro sobre heterossexualidade no Irã. Basicamente,

se você realmente ama as mulheres, se importará com seu bem-estar coletivo, status político e econômico. Então, se os homens amam as mulheres, podem ser considerados traidores do patriarcado. Najmabadi explica em detalhes a forma como essa transição se desenrola no século XIX no Irã, e por isso fiquei muito inspirada por esse livro. O que tento fazer é seguir esse modelo e aplicá-lo aos Estados Unidos. Basicamente, há um investimento patriarcal em definir o amor dos homens pelas mulheres como profundamente individualizado e apolítico, de forma que pensamos sobre o amor romântico como um homem e uma mulher que se encantam um com o outro e para os quais o contexto político é ostensivamente irrelevante. Contamos uma história sobre como o amor dos homens por mulheres é uma espécie de força protetora ligada à sua masculinidade e ao seu instinto de proteger suas posses. Até mesmo algumas organizações que se dizem feministas, organizações de homens, fazem campanhas pautadas por ideias tais como "homens verdadeiros não estupram mulheres" ou "homens verdadeiros usam sua masculinidade para proteger as mulheres". É assim que o paradoxo da misoginia é manejado: mulheres individuais se tornam dignas de amor protetor, dignas de desejo sexual e dignas de gratidão por seu serviço – porque sabemos que as mulheres fazem muitos serviços para os homens. Mas são os próprios homens que continuam dignos de um amor coletivo que nasce do respeito e da solidariedade entre os homens. E acho que essa é a tensão central na cultura heterossexual no século XXI. Homens héteros afirmam amar mulheres, mas esse amor é realmente frágil e limitado. O que eu tento fazer é estimular os homens a pensarem sobre amor e desejo heterossexual ao nível coletivo, como seria se os homens realmente investissem no bem-estar e liberdade das mulheres, e não apenas em extrair o que podem de uma mulher específica.

Coletivo: Achamos brilhante que você proponha um surpreendente redirecionamento de vetores no trabalho de libertar a heterossexualidade da misoginia. Em vez de confrontar

as normas do regime heterossexual, você convoca os homens heterossexuais a se voltar ainda mais para sua profundidade, para a profundidade da heterossexualidade, reconhecendo que a heterossexualidade é uma escolha (e reconhecendo sua agência nesse contexto) para verdadeiramente desejar e gostar de mulheres, sexual e politicamente. Você lhes traz a “sabedoria da experiência sapatão” sobre como realmente gostar de mulheres: a atração por corpos gordos, com cicatrizes e marcas de idade. Mas sabemos que o desejo também é produzido pela cultura, nas suas múltiplas formas de produção de subjetividade. Então, quais caminhos os homens heterossexuais podem percorrer para produzir novos modos de subjetivação, ou seja, para realmente gostarem de estar com mulheres, admirá-las e se identificar com elas, apesar de viverem em uma cultura que incita o ódio às mulheres e aos seus corpos?

Jane Ward: Essa pergunta me dá vontade de chorar... O que pode acontecer é uma prática de reorientação feminista voluntária por parte dos homens, uma recodificação dos corpos das mulheres e uma recodificação de seus próprios desejos. Eu sei que isso é possível, quer dizer, sabemos que isso é possível porque as pessoas queer recodificam o corpo a todo momento. Em uma relação sexual com uma pessoa não-binária ou trans, digamos que ela seja uma pessoa identificada do sexo masculino e tenha uma parte do corpo que algumas pessoas chamariam de vagina, mas você chama de pau porque você recodificou o corpo de uma forma que honra a maneira pela qual aquela própria pessoa percebe seu corpo. Você aprende ao longo do tempo a interagir com o corpo queer de maneira negociada entre os envolvidos e como uma forma de resistência às histórias e aos julgamentos reducionistas que a sociedade, de maneira geral, inflige sobre esse corpo. Realmente acredito que homens comprometidos com a política feminista e que se cercam de mídia feminista, amigas feministas e por uma diversidade de corpos femininos não só podem fazer uma escolha voluntária de reorientação, mas também podem mudar o significado dos estímulos visuais que estão enxergando, para que de fato estejam em um relacionamento com o que as mulheres realmente parecem. Homens

feministas podem recodificar a gordura corporal, pelos corporais, sinais de envelhecimento. Outra razão pela qual sei que isso é possível é minha própria vida. Quando jovem, não me identificava como Lgbtq, só saí do armário aos 22, 23 anos. E encontrei em algum momento meu diário da escola, e um dos trechos era sobre como eu estava andando na rua com meu namorado e vimos um casal lésbico de mãos dadas, e eu falava sobre como isso era nojento, como era repulsivo para mim. Acho que eu tinha, não sei, talvez 16 anos. Reclamando demais, provavelmente queria ficar com elas [risos]. Eu tinha internalizado completamente o olhar heteronormativo, era como sentir-se muito repugnada por uma estética lésbica. Depois, mais tarde, fui para a faculdade e comecei a fazer cursos de estudos de gênero e estudos feministas. Não foi "ah, eu estou despertando para o fato de que eu sempre tive um desejo por vaginas". Foi mais como "meu Deus, eu posso ter mais agência sobre minha sexualidade e escolher só ter relações sexuais com pessoas que são feministas, só ter relações sexuais com pessoas que tenham boa política feminista e que não vão dizer algo constrangedor no meio da relação sexual ou me generificar de uma maneira que eu não vou gostar...". Para mim, foi assim que a *queeridade* começou. Eu percebi que eu estava atraída pelo feminismo e em minha mente era como "bem, poderiam ser mulheres ou poderiam ser homens". Mas o fato é que não há muitos homens realmente feministas e, uma vez que meu desejo estava interligado de várias maneiras com minha política feminista, isso significou reorientar-me para mulheres, homens trans e pessoas não-binárias que eram bons e boas feministas. O que estou dizendo é que há muito espaço para os homens feministas adotarem um projeto político de realmente interrogarem seu próprio desejo e experimentarem como seria reconfigurar esse desejo. Eu realmente acho que os homens heterossexuais precisam ter conscientização de que seu desejo por mulheres magras, jovens, sem pelos, é realmente transformável, pois é cultural e historicamente específico. Tem que haver uma compreensão de que o desejo e a corporalidade são sempre culturais e que se alinhar com a cultura feminista ou queer é uma convocação

para trabalhar com a neuroplasticidade do cérebro – não sei se quero entrar nesse terreno, mas é definitivamente uma convocação para um realinhamento de desejo.

Referências

- KATZ, Jonathan Ned. **A Invenção da Heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- NAJMABADI, Afsaneh. *Women with Mustaches and Men without Beards: Gender and Sexual Anxieties of Iranian Modernity*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky. Leitura paranoica e leitura reparadora, ou, você é tão paranoico que provavelmente pensa que este ensaio é sobre você. **Remate de Males**, v. 40, n. 1, p. 389-421, 2020.
- WARD, Jane. Dyke methods: A meditation on queer studies and the gay men who hate it. **WSQ: Women's Studies Quarterly**, v. 44, n. 3, p. 68-85, 2016.
- WARD, Jane. **Not gay: Sex between straight white men**. Nova Iorque: NYU Press, 2015.
- WARD, Jane. **The Tragedy of Heterosexuality**. Nova Iorque: NYU Press, 2020.

The Tragedy of Heterosexuality: A conversation with Jane Ward

Abstract: Interview with Jane Ward, Professor of Feminist Studies at the University of California Santa Bárbara, conducted in 2021 by the transdisciplinary studies collective Héteras Trágicas. In *The Tragedy of Heterosexuality* (2020), his latest book and the main theme of this interview, Ward investigates the issues related to the heterosexual experience in the 21st century and what heterosexual people can do to reinvent their bonds of intimacy, love and desire.

Keywords: heterosexuality; queer studies; gender studies.

Recebido: 10/02/2023
Aceito: 14/05/2023

Gravidez, Aborto e Parentalidade nas Transmasculinidades: um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas

Cello Latini Pfeil¹

Dan Kaio Lemos²

Enzo Gomes³

Fabian Algarte⁴

Kaleb Giulia⁵

Murillo Medeiros Carvalho⁶

Bruno Latini Pfeil⁷

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo traçar um olhar transversal para as transmasculinidades e sua relação com a temática da gravidez, do aborto e das parentalidades. Compreende-se, em primeiro lugar, que as transmasculinidades são invisibilizadas de forma generalizada em nosso imaginário social, de modo que corporalidades transmasculinas não sejam reconhecidas enquanto possíveis. Quando adentramos no campo das parentalidades e dos direitos reprodutivos, este cenário se intensifica, tendo em vista a constante associação deste campo com a maternidade, com uma figura universalizada do feminino. Sendo assim, procuramos desestabilizar a cristalização dessa figura e apresentar a diversidade de corporalidades transmasculinas nas esferas dos direitos reprodutivos, da constituição de família, da construção de figuras parentais. Buscamos, também, identificar as violências sociais e institucionais que pessoas transmasculinas sofrem no que diz respeito à gestação e à parentalidade. É pelo mapeamento de tais violências e de suas sequelas que nos propomos a combatê-las, identificando suas origens e as lacunas de instituições de saúde, estruturadas de forma cisnormativa, heteronormativa e endonormativa.

Palavras-chave: transmasculinidades; parentalidades; gestação; aborto; políticas públicas.

¹ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades e coordenador da Revista Estudos Transviades.

² Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

³ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

⁴ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

⁵ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

⁶ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

⁷ Coordenador da Revista Estudos Transviades.

As diversas facetas das transmasculinidades⁸ coexistem com frequentes obstáculos que se interpõem nos campos da saúde, da segurança pública, da educação e de muitos outros. Pessoas transmasculinas enfrentam a invisibilização de seus corpos, identidades e a alocação dos mesmos em lugares sociais que não lhes dizem respeito, promovendo inacessibilidade a serviços e direitos básicos - especialmente relativos à saúde.

Identificamos tal inacessibilidade em vários campos: no campo da saúde, questões como gestação e aborto não são pensadas em corpos transmasculinos, tanto nos atendimentos básicos como na legislação; no campo da segurança pública, as abordagens policiais feitas em pessoas transmasculinas são invasivas, ocorrem sob interferência do racismo institucional, e a atuação profissional da população transmasculina ocorre concomitantemente a violências institucionais, inferindo no desrespeito ao nome social e na perseguição no ambiente de trabalho. O desrespeito ao nome social se mostra como uma das principais violências cometidas contra pessoas transmasculinas, e o desrespeito à identidade de gênero pode ser muito bem observada nos impeditivos ao uso de banheiros.

Descrever as políticas de saúde e suas ausências em relação aos direitos reprodutivos, às transparentalidades, ao aborto legal, ao direito ao nome social de pessoas transmasculinas é um desafio que o IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades) enfrenta. Somente podemos reivindicar políticas públicas de assistência e acesso à saúde se possuímos dados sobre nossa população, sobre nossas demandas específicas. Com o presente mapeamento, em formato de artigo, almejamos contribuir com dados sobre gestação, gravidez planejada ou não, processos transexualizadores/externalizadores⁹, as violências sofridas durante a gravidez, os

⁸ “Transmasculinidades” é um termo guarda-chuva para se referir a pessoas trans que se identificam no campo da masculinidade.

⁹ Processos transexualizadores/externalizadores são processos de modificação corporal relacionados à identidade de gênero de um indivíduo, desde procedimentos cirúrgicos até o uso de fitas e *binders*, por exemplo.

acessos e não-acessos aos dispositivos de gestação, aborto e parentalidades nas transmasculinidades.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo abordar tais tópicos de forma sucinta, por meio de entrevistas, coleta e levantamento de dados estatísticos descritivos. Procuramos, por um lado, visibilizar as discriminações que atravessam pessoas transmasculinas e, por outro, apresentar, através de nossas recomendações, medidas possíveis para que os problemas aqui abordados sejam sanados e que a população transmasculina no Brasil, em toda a sua diversidade, seja respeitada nas esferas que tratamos.

Metodologia

Em vias de compreender os atravessamentos das transmasculinidades em experiências de gravidez, aborto e parentalidades, distribuimos, virtualmente, um formulário aberto para recebermos respostas de pessoas transmasculinas. A metodologia utilizada para estruturarmos este relatório consistiu:

- 1) Na realização de entrevistas com quatro pessoas transmasculinas sobre cada um dos problemas aqui abordados, quais sejam: de a) aborto e gestação, b) violências institucionais e uso do banheiro e c) processo transexualizador;
- 2) Na análise dos dados coletados por formulário com perguntas acerca dos temas, tendo alcançado 900 respostas;
- 3) No levantamento de dados sobre a legislação vigente para os referidos problemas.

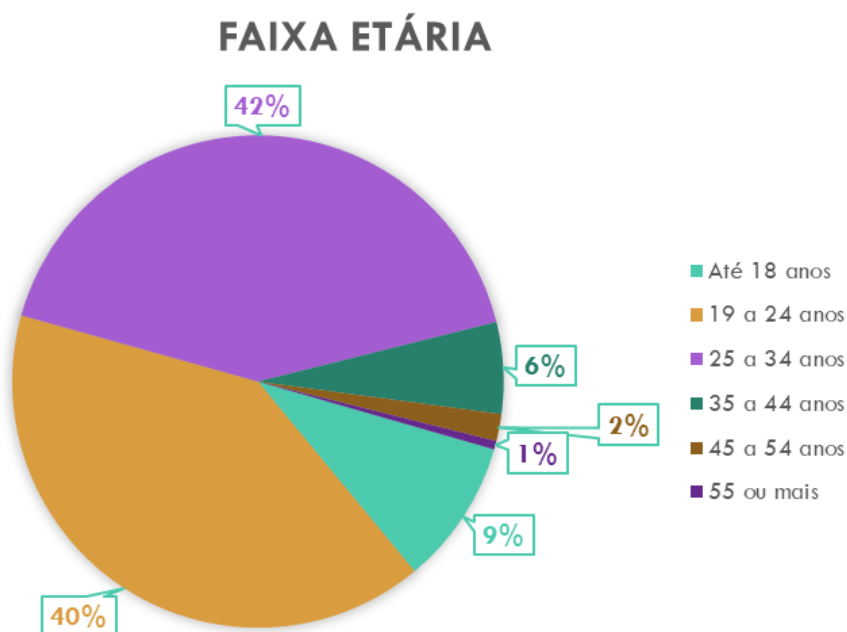
Em meio a este processo de pesquisa, encontramos similaridades entre as narrativas e os relatos de experiência dos sujeitos entrevistados e as respostas coletadas, e problematizamos a invisibilização de corpos transmasculinos dos serviços que deveriam prestar-lhes assistência, como, por exemplo, no campo da gestação. Coletamos respostas de 900 pessoas transmasculinas. Para fins introdutórios,

elaboramos o perfil socioeconômico da população transmasculina alcançada neste relatório.

Perfil sócio-econômico

Das 900 pessoas que responderam o formulário, contabilizamos percentualmente que 9% têm até 18 anos, 40% têm de 19 a 24 anos, 42% de 25 a 34 anos, 6% de 35 a 44 anos, 2% de 45 a 54 anos e 1% têm 55 anos ou mais.

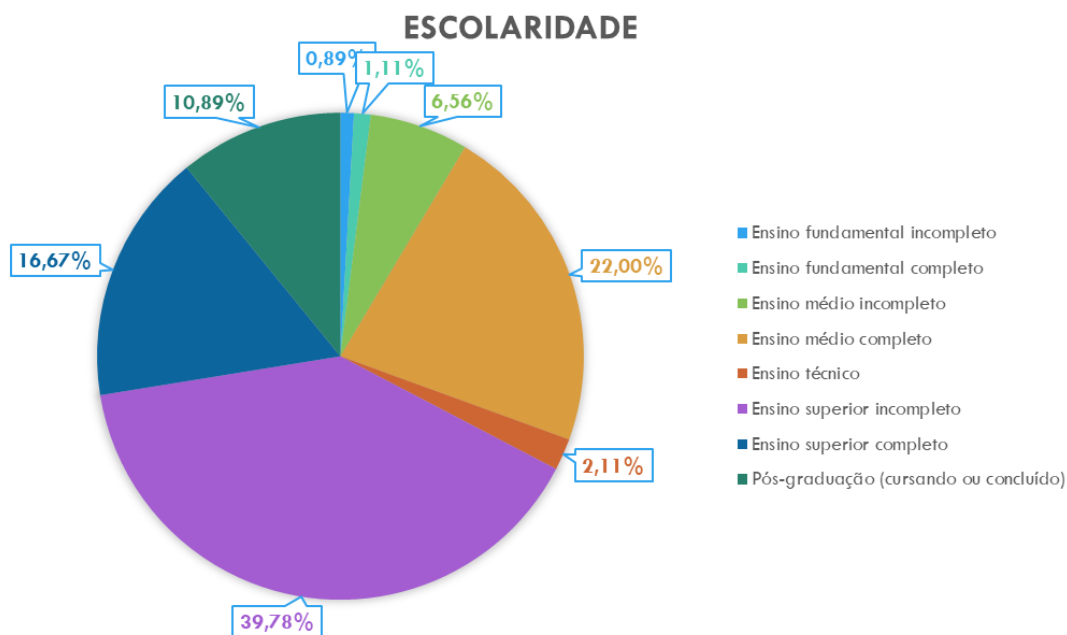
Gráfico 1: Faixa Etária



Quanto à escolaridade, contabilizamos percentualmente que 0,89% têm ensino fundamental incompleto, 1,11% ensino fundamental completo, 6,56% ensino médio incompleto, 22% ensino médio completo, 2,11% ensino técnico/profissionalizante,

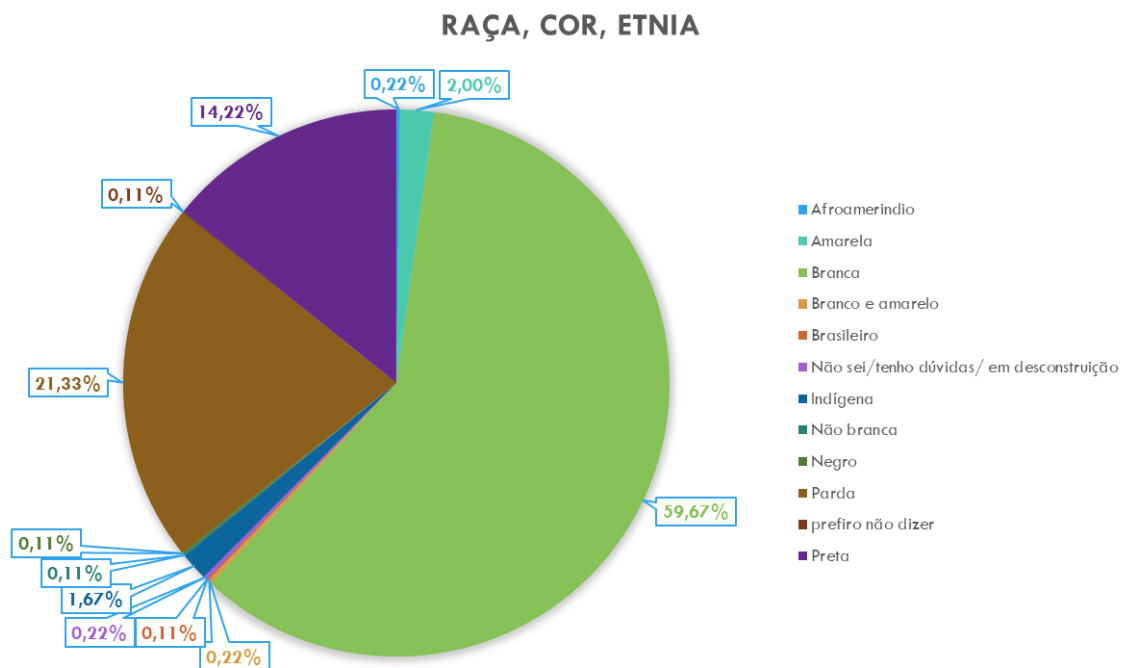
39,78% ensino superior incompleto, 16,67% ensino superior completo e 10,89% cursam ou concluíram pós-graduação.

Gráfico 2: Escolaridade



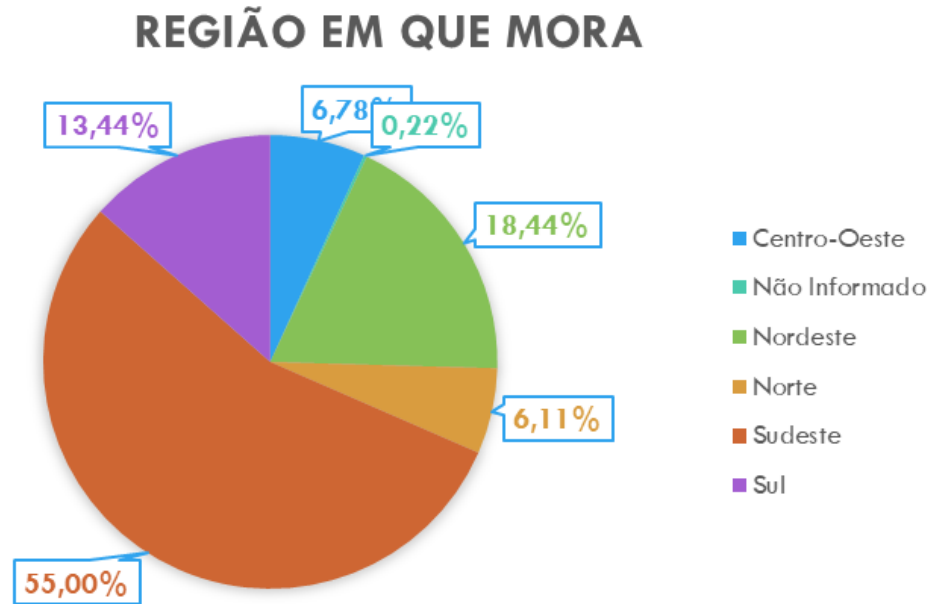
Dentre as respostas que recebemos, 59,667% provêm de pessoas autodeclaradas brancas, 21,333% pardas, 14,333% pretas, 2% amarelas, 1,667% indígenas.

Gráfico 3: Raça, Cor, Etnia



A maioria das respostas advém de pessoas originárias da região Sudeste (55%), seguida da região Nordeste (18,44%), Sul (13,44%) e depois Centro-Oeste (6,78%) e Norte (6,11%). Duas pessoas não souberam responder em qual região se localizam. Quanto ao estado, a maioria (31,44%) vive em São Paulo, seguido de Rio de Janeiro (12,88%), Minas Gerais (7,67%), Paraná (7,22%), Ceará (5,667), Pernambuco (3,778%), Rio Grande do Sul (3,56%), Distrito Federal (3,44%), Bahia (3,11%), Espírito Santo (2,89%), Santa Catarina (2,67%), Rio Grande do Norte (2,44%), Amazonas (2%), Sergipe (1,78%), Mato Grosso do Sul (1,44%), Pará (1,44%), Roraima (1,33%), Goiás (1,22%), Mato Grosso (0,78%), Paraíba (0,78%), Tocantins (0,56%), Amapá (0,44%), Maranhão (0,33%), Piauí (0,33%), Rondônia (0,33%), Alagoas (0,22%). Uma pessoa definiu seu estado como Solteiro (0,11%) e uma pessoa se definiu como nômade (0,11%).

Gráfico 4: Região em que mora



Constatamos, em nossa pesquisa, que a maioria das respostas (97,11%) indica a presença de discriminação na vida de pessoas transmasculinas. Destas, 803 pessoas já sofreram transfobia, 662 LGBTQIAP+fobia, 543 machismo, 535 assédio sexual, 290 misoginia, 218 gordofobia, 185 racismo e 96 xenofobia. Seiscentas e setenta e quatro pessoas relataram ter sofrido discriminações em lugares públicos, 610 em ambiente doméstico/familiar, 588 em escola/universidade, 410 em ambiente de trabalho, 343 em comércio e prestação de serviço, 18 em igrejas e ambientes religiosos e 6 em redes sociais. Tais discriminações se acentuam em casos de gravidez, aborto e parentalidade nas transmasculinidades, como veremos a seguir.

Política das transparentalidades e gestação

Apesar dessas movimentações recentes sobre a questão da gestação e parentalidade trans, a discussão não é nova entre as pessoas mais velhas do movimento

transmasculino. O IBRAT realizou uma busca histórica de membros/os mais velhos/os que se tornaram pais e até avôs. Agregando narrativas e relatos de paternidade transmasculina de diferentes gerações, começamos a vislumbrar cenários de variadas temporalidades, em sua amplitude geracional. Percebemos que a presença das transmasculinidades no campo da paternidade e das parentalidades, de modo geral, não é algo recente, e sim marcado por um forte histórico. O IBRAT lançou também campanhas sobre gravidez e paternidade, dentre as quais destacamos a campanha “Agosto Dourado” sobre lactação. Procuramos, com a campanha, visibilizar as transmasculinidades nestas esferas de gestação e parentalidades, a fim de promover não apenas um combate ao apagamento histórico de nossas vivências, como também, e principalmente, a criação de políticas públicas voltadas às transmasculinidades.

Como exemplo de política pública necessária, há a questão do aleitamento. O aleitamento é uma questão de saúde pública e também um direito humano que precisa ser respeitado e protegido. O chamado “Agosto Dourado” simboliza a luta pelo incentivo à amamentação. A Semana Mundial de Aleitamento Materno é uma campanha mundial celebrada de 1º a 7º de agosto (OPAS, 2022). Reconhecemos a importância desta semana e de suas campanhas, porém questionamos como as transmasculinidades se inserem dentro da ideia de aleitamento *materno*. Homens trans e pessoas transmasculinas não *necessariamente* exercem a *maternidade*, na medida em que esta categoria se qualifica como voltada ao campo da feminilidade. Dito isso, é necessário pensarmos em quais pessoas têm acesso e são estimuladas à amamentação. O direito à amamentação não é restrito à cisgeneridade¹⁰, muito menos a uma noção inerente de mulheridade.

No dia 21/11/2021, os tópicos de gravidez, aleitamento e paternidade compuseram o tema do II ENAT – Encontro Nacional das Transmasculinidades, um

¹⁰ “Cisgeneridade” é o termo que se refere a pessoas cis, isto é, pessoas cuja identidade de gênero condiz com a que lhes foi designada ao nascimento.

evento a nível nacional dialogando com várias pessoas transmasculinas sobre os processos reprodutivos: paternidade, gestação, parto e aleitamento.

Vale lembrar a realidade atual da população trans e transmasculina no Brasil em relação às seguintes leis/portarias e diretrizes efetivadas:

1. Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016);
2. A atual portaria nº 1.370, de 21 de junho de 2019, que define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS, a serem implantadas em todas as unidades federadas (BRASIL, 2019);
3. Provimento nº 73/20181428, que regulamentou a retificação do registro civil e todos os cartórios de registro de pessoas do Brasil ficaram obrigados a realizar a alteração de nome e marcador de gênero nas certidões de nascimento (BRASIL, 2018);
4. Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014,²⁹ que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil (BRASIL, 2014);

Ao buscarmos por dados relativos ao número de pessoas transmasculinas vivendo no Brasil, não encontramos registros governamentais sobre nossa população. No entanto, temos, atualmente, dados oficiais produzidos pelo informe “A dor e a delícia das Transmasculinidades vivendo no Brasil: das invisibilidades às demandas” (PFEIL & LEMOS, 2021).

O referido informe foi produzido por pessoas transmasculinas, voltado exclusivamente às transmasculinidades. Sem aporte governamental, pessoas trans acabam se alicerçando apenas em si mesmas para produzir estatísticas e dados que registrem nossas existências, as violências que nos atravessam, nossas demandas e necessidades nas esferas da saúde, do direito, da segurança pública, da garantia de moradia e de alimentação básica. Não podemos aguardar pacientemente por uma atitude governamental para realizar tais registros e, com eles, promover políticas públicas. Agimos por conta própria, tendo em vista o cenário em que vivemos, e buscamos, com nossos próprios dados, lutar por iniciativas e direitos que abranjam nossa integralidade.

Muitas vezes sem aporte institucional, tampouco sem investimento financeiro, não conseguimos alcançar todas as pessoas transmasculinas por cujos direitos lutamos, o que nos faz questionar: por que não somos vistos pelas instituições de saúde, de ensino, de segurança pública, jurídicas? O que nos torna tão invisíveis? E, quando nos vêm, *como* somos vistos? O que nossas existências significam? Socialmente, a percepção de humanidade não está atrelada à população trans. Logo, se não somos percebidos como humanos, os acessos a direitos, saúde e afetividade ocorrem de maneiras limitadas. Não apenas observamos um desamparo governamental na realização de tais registros e na promoção de tais políticas, como também identificamos a constante desumanização de pessoas trans pelo Estado e suas instituições, acarretando violências *cistemáticas*¹¹, bastante presentes no campo da obstetrícia.

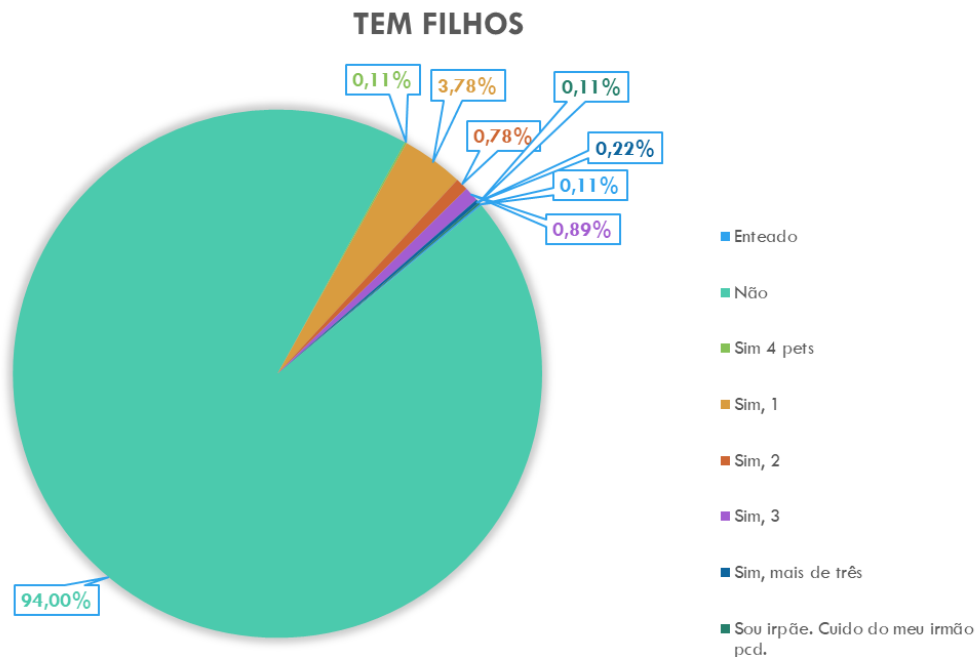
Dito isso, feita a crítica em relação ao cenário das transmasculinidades nas esferas de saúde, nos voltamos ao perfil de pessoas transmasculinas que adentram o campo das parentalidades e da gestação. A seguir, seguem os dados coletados e as reflexões realizadas a partir deles.

¹¹ Trocadilho utilizado para designar violências transfóbicas e cisnormativas que são sistemáticas, ocorrem com frequência e incidem diariamente sobre o dia-a-dia de pessoas trans.

Sobre parentalidades nas transmasculinidades

Ao questionarmos se os/es participantes têm filhos, recebemos as seguintes respostas: 94% não possuem filhos; 3,78% possuem somente 1 filho; 0,78% possuem somente 2 filhos; 0,89% possuem somente 3 filhos; 0,22% possuem mais de 3 filhos; 0,11% responderam possuir 1 enteado; 0,11% responderam ter uma relação de cuidado com seu irmão PCD; e 0,11% responderam possuir animais de estimação.

Gráfico 5: Tem filhos?

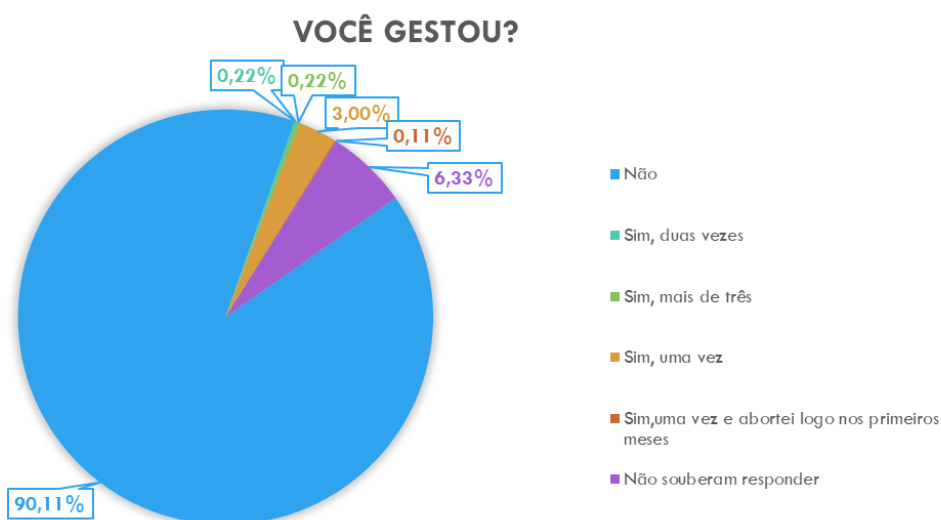


Gestação

Vejamos os dados sobre gestação e, posteriormente, sobre o aborto no caso de pessoas transmasculinas. Das respostas que recebemos, contabilizamos que 811

(90,11%) pessoas nunca gestaram. Das pessoas restantes, 27 (3%) gestaram uma vez, sendo 12 brancas, 8 pardas, 5 pretas, 1 indígena e uma não se identificou racial/eticamente. Duas pessoas (0,22%) já gestaram duas vezes, ambas pardas. Duas (0,22%) gestaram mais de três vezes, ambas brancas. Uma (0,11%) gestou uma vez e abortou logo nos primeiros meses, sendo indígena. Cinquenta e sete pessoas (6,33%) não souberam responder.

Gráfico 6: Você gestou?

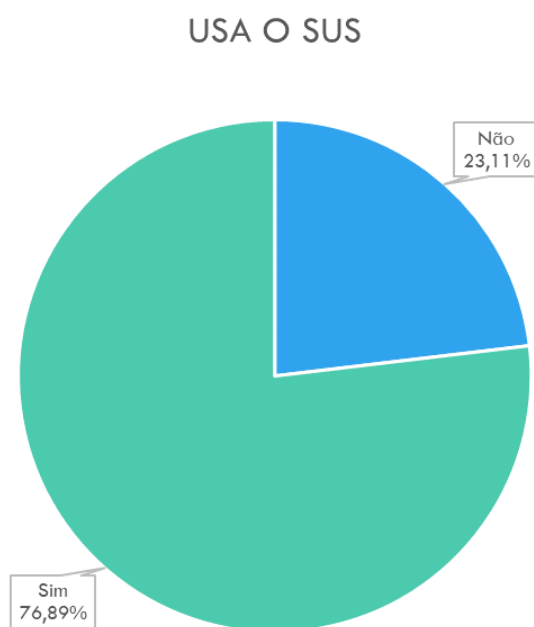


Das pessoas que já gestaram, somando um total de 32% das respostas coletadas, a maioria (78,13%) não planejou a gravidez. No período da gestação, contabilizamos que 7 pessoas (21,875%) haviam realizado alguma transição, enquanto a maioria (24 pessoas, 75%) não realizou nenhuma, e uma (3,125%) não soube responder. Durante a gravidez, descobrimos que 28,125% das pessoas que já gestaram **não tiveram a identidade de gênero respeitada durante a gravidez**, enquanto 12,5% não se reconheciam como trans neste período e 25% não se reconheciam como trans na época. Seis pessoas (18,75%) relataram terem sido respeitadas ao longo da gestação, e cinco

(15,625%) não souberam responder. Durante a gravidez, 22 (68,75%) não faziam uso de hormônios e 2 (6,25%) faziam e precisaram interromper a hormonização na gestação.

Vale ressaltar que, dos 27 participantes que realizaram exames de pré-natal, 19 foram atendidos pelo SUS, e 8 foram atendidos por planos privados. Ao questionarmos se os participantes, tendo ou não gestado, utilizam o SUS, temos que 76,89% responderam afirmativamente, e 23,11%, negativamente.

Gráfico 7: Usa o SUS?



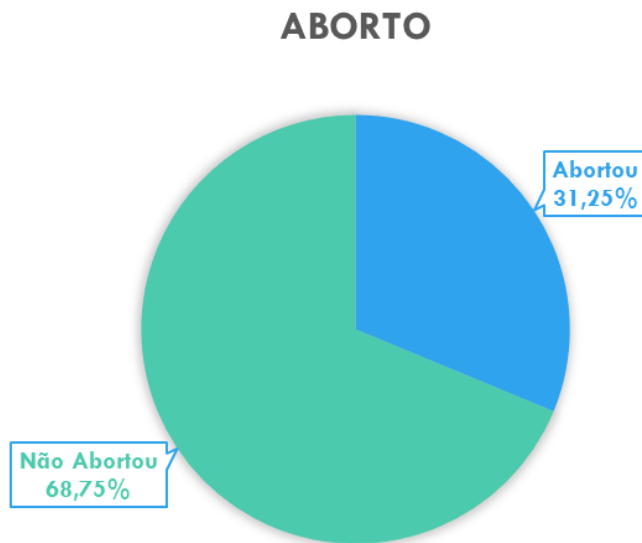
Retornando à gestação, sobre a mastectomia, uma pessoa (3,125%) a havia feito antes da gestação, 26 (81,25%) não a realizaram antes e uma (3,125%) não a realizou até hoje. Quatro (12,5%) não souberam responder.

Aborto

O aborto é, em si, uma questão extremamente complexa, social e juridicamente. No Brasil, pelo Decreto-lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 (BRASIL, 1940), o aborto é declarado legal em três casos: quando a gravidez resulta de abuso sexual, quando põe a saúde da pessoa gestante em risco ou quando o feto é anencéfalo. Este último requisito foi incrementado em 2012, por um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) (BRASIL, 1940). Nos três casos, o aborto legal se volta especificamente a mulheres cis, sem considerar pessoas transmasculinas. No caso de abuso sexual, a legislação não exige que a mulher cis gestante comprove o ocorrido, nem que faça boletim de ocorrência, para poder realizar o aborto. Fora das três situações, a interrupção intencional da gestação é crime no Brasil, tendo como pena a detenção de um a três anos para a mulher cis gestante que a realize ou para o sujeito que concretiza o “crime”. Neste último caso, o sujeito que realizou o procedimento pode ser detido de um a quatro anos. Quando o aborto induzido é provocado sem o consentimento da mulher cis gestante, o sujeito que o realizou na mesma pode ser detido de três a dez anos. Neste contexto em relação à mulher cis, podemos problematizar a questão do aborto voltada às transmasculinidades.

Entramos, então, no quesito do aborto. Das pessoas que já gestaram, 10 (31,25%) já abortaram, e duas (6,25%) relataram ter sofrido violências em relação ao aborto. Das 10 pessoas que abortaram, nenhuma recebeu algum acompanhamento profissional pós-aborto.

Gráfico 8: Aborto



Sobre essa questão, entrevistamos um homem trans de 27 anos que já gestou, porém que, devido ao uso de hormônios, não conseguiu levar a gestação adiante. O entrevistado é fundador da ONG Casa Transformar, uma casa de acolhimento de pessoas LGBTIQIAP+ em Fortaleza. Sua gravidez não foi planejada, embora já comentasse sobre a possibilidade com sua companheira. A gestação não durou mais do que dois meses, e ocorreu sem haver um contato com profissionais da saúde, pois, conforme o entrevistado, “pra homens trans quando se fala sobre ginecologista ainda é uma coisa que as pessoas só ligam somente às mulheres cis, quando falam de câncer de mama”, e complementa:

Na verdade, tudo que a gente busca, seja na escola, seja na parte hospitalar, tudo que a gente busca é somente direcionado pras pessoas cis, homem cis, mulher cis, não se têm ainda essas pautas de pessoas trans, um homem trans que gesta, um homem trans que precisa ir ao ginecologista, que precisa fazer mamografia, ainda não existe.

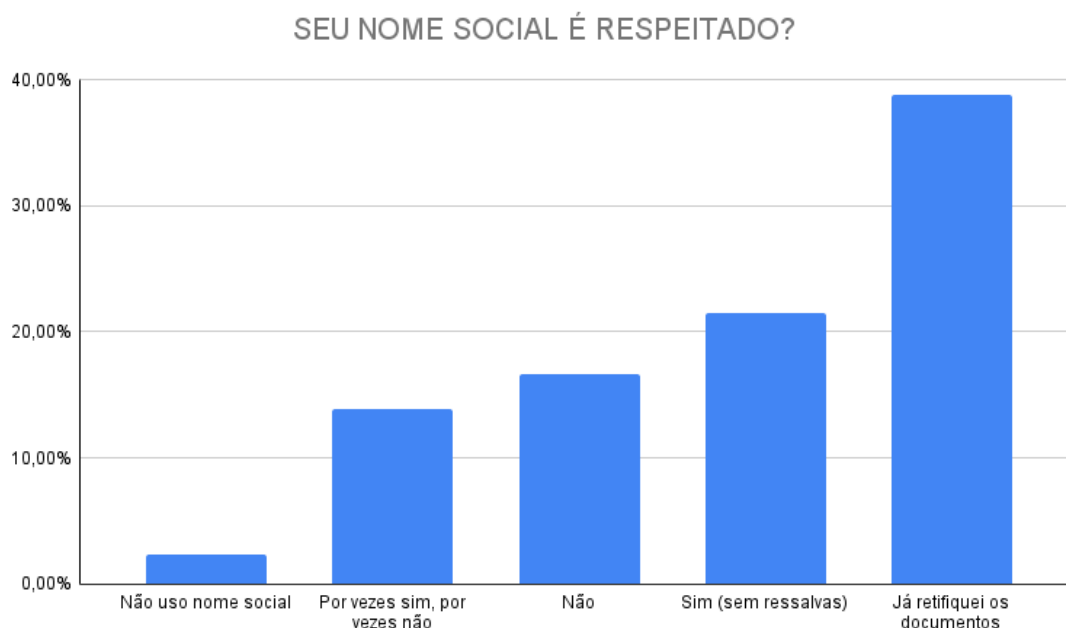
O respeito às pessoas transmasculinas gestantes é parco. Embora o entrevistado relate ter tido o privilégio de ser respeitado durante sua gravidez, ele admite não ter exposto sua situação nas mídias por receio de sofrer violências: “Quando um homem trans gesta ele dificilmente têm sua identidade de gênero e pronomes respeitados”. Além disso, o entrevistado não teve acompanhamento médico e psicológico após sofrer o aborto, nem foi ao ginecologista, refletindo o caso da maioria das pessoas transmasculinas que já abortou e não obteve acompanhamento.

Respeito ao nome social

Sendo o respeito ao nome social fundamental no acesso à saúde, passamos para este tópico (BRASIL, 2016). Dentre as respostas que recebemos, calculamos que 149 pessoas transmasculinas (16,6%) não têm o nome social respeitado e 125 (13,9%) são desrespeitadas por vezes sim, por vezes não. Uma grande parcela (38,8%) já retificou os documentos; 2,3% não usam nome social; e 26,4% não relataram ter sofrido desrespeito.

Em relação a como o nome social é despeitado, a maioria do desrespeito ao nome social ocorre em ambiente familiar (23,5%), seguindo para lugares públicos (18,2%), escola/universidade (17,9%), comércio e prestação de serviços (13,9%), ambiente de trabalho (13%) e espaços de saúde (0,8%). Ademais, 0,3% das pessoas indicaram não possuir nome social, e 12,4% responderam somente “Não”.

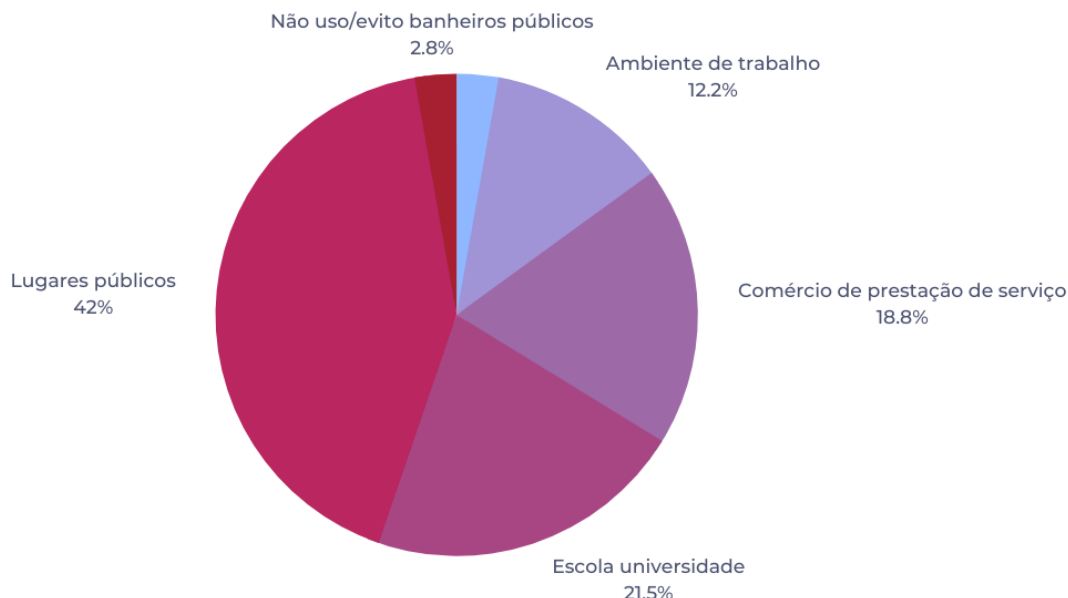
Gráfico 9: Seu nome social é respeitado?



O acesso ao banheiro também é uma questão comprometedora para pessoas transmasculinas. Dentre as respostas, 350 pessoas relataram sofrer transfobia em banheiros de lugares públicos, 179 em banheiros de instituições de ensino, 157 de comércio e prestação de serviços, 102 em ambiente de trabalho, 23 pessoas não usam ou evitam usar banheiros públicos e 23 pessoas não vão a banheiros masculinos.

Gráfico 10: Sofreu transfobia ao acessar banheiros

SOFREU TRANSFOBIA AO ACESSAR BANHEIROS?



Nesse sentido, com relação à transfobia ocorrida no acesso a banheiros públicos, o entrevistado relata:

[A transfobia] já aconteceu no banheiro da Universidade quando eu estava entrando no banheiro masculino. E aí um homem me parou e falou que “aqui não é o seu lugar, você não tem que entrar aqui”, e até eu explicar que eu era uma pessoa TRANS e eu podia entrar no banheiro [...] levou muito tempo. Então é um constrangimento que eu passei.

Em relação à parentalidade, podemos questionar: como pessoas transmasculinas acessariam fraldários, se sofrem tamanha transfobia nesses espaços? Os espaços voltados ao cuidado familiar são reduzidos a pessoas consideradas mulheres cisgêneras. Desse modo, em banheiros masculinos não há fraldário, o que se apresenta como um impedimento tanto para homens cis quanto para pessoas transmasculinas que o utilizem.

Somente mulheres cisgêneras acabam tendo acesso a um local de cuidado de infantes, qualificando tanto um equívoco em se associar as cisfeminilidades à maternidade - posto que tal associação ocorre mediante um imaginário social patriarcal e cisheterossexista - quanto uma exclusão de paternidades - trans e cis - de espaços de cuidado familiar. Qualifica, também, uma exclusão de pessoas transfemininas, tendo em vista as inúmeras violências que estas sofrem ao acessarem banheiros femininos. Desse modo, compreendemos como os banheiros se estendem a dispositivos de validação ou desvalidação da identidade de gênero e das funções familiares atribuídas a cada corporalidade.

Retornando ao quesito do nome social, o sujeito entrevistado nos relata que utilizou nome social na universidade e que este é respeitado em todas as suas instâncias; contudo, em outros ambientes, como o ambulatório trans ou em serviços de saúde pública, não encontra o mesmo respeito. Assim, ele precisa lembrar as pessoas de seu nome social, seus pronomes, e, ainda assim, não obtém respeito. O entrevistado denuncia a dificuldade em acessar serviços públicos de saúde em detrimento deste desrespeito, quando tenta acessar determinado serviço e sua identidade não é reconhecida. O desrespeito ao nome social se torna um empecilho para o acesso à saúde pública.

Processo transexualizador

É importante nos atentarmos ao processo transexualizador, visto que seu impacto nas vidas de pessoas transmasculinas afeta diretamente suas relações familiares e, muitas vezes, sua possibilidade de empregabilidade, estudos, e saúde física e mental em geral. No quesito do processo transexualizador, a entrevista circundou aspectos fundamentais, da própria existência de ambulatórios na cidade do entrevistado até as violências que este sofre ou sofreu. No caso, o entrevistado reside no Ceará, em

Fortaleza, e relata que o modelo de acesso à saúde da população trans em sua cidade é “defasado, patologizante, então não considero que exista”. Por isso, o entrevistado não acessa ambulatórios para pessoas trans, mas tem ciência da defasagem de profissionais. Apesar de não acessar o ambulatório, o entrevistado utiliza o SUS para todos os seus tratamentos, até terapia hormonal, e diz que adquire seu hormônio por conta própria, sem intermédio do SUS. Com base nas respostas que recebemos, sabemos que 51,667% das pessoas não têm acesso ao hormônio pelo SUS.

O entrevistado compõe a maioria das pessoas que responderam o formulário (76,889%), que utiliza o SUS. Das respostas que colhemos, pensando na questão da hormonização, calculamos que 25,111% das pessoas transmasculinas que responderam o formulário se hormonizam pelo SUS, 20,222% o fazem pelo plano de saúde, 16,111% por conta própria. Descobrimos, também, que 2% não puderam iniciar a hormonização por falta de acesso ao SUS, a farmácias ou fornecedores, 2,889% precisou parar a hormonização por questões financeiras e 0,667% por questões familiares. Quarenta e cinco pessoas (5%) não possuem interesse na hormonização e 23,889% não puderam iniciar, apesar de desejarem a hormonização. Importante ressaltar que 28,556% não tiveram acesso à hormonização.

O entrevistado mantém contato regular com profissionais de saúde e realiza exames periódicos, sendo atendido em diferentes hospitalidades e contemplando o perfil de respostas ao formulário: 614 pessoas (68,222%) mantêm contato com profissionais de saúde. Contudo, não consegue acesso a acompanhamento ginecológico. Com relação ao acesso a profissionais nos ambulatórios trans, constatamos uma ordem de grandeza: descobrimos que 517 pessoas (57,444%) possuem ambulatórios trans em suas cidades, em contraste a 322 (35,778%) que não os possuem e 61 (6,778%) que não têm acesso a essa informação. Em relação aos profissionais disponíveis nos ambulatórios, 417 afirmaram ter psicólogo, 387 afirmaram ter endocrinologista, 314 afirmaram ter médico clínico, 304 afirmaram ter enfermeiro, 298 pessoas relataram ter assistente social, 291

afirmaram ter ginecologista/urologista, 266 afirmaram ter psiquiatra, 79 afirmaram ter médico cirurgião, 5 afirmaram ter fonoaudióloga e 2 afirmaram ter farmacêutico.

No contexto de violências, o entrevistado relata ter sofrido transfobia, sendo um dos casos de violência bem recentes: “quando fui tomar a terceira dose da vacina contra a COVID-19 e o atendente se recusou a tratar pelo meu nome social”. O desrespeito ao nome social, à identidade de gênero e aos pronomes compõe a maioria das violências sofridas por pessoas trans em espaços de saúde (944 respostas), sendo que 311 pessoas relataram ter sofrido violência em espaços privados de saúde.

Dos 944 participantes da pesquisa, somente 618 mantêm contato com profissionais de saúde. Sobre as violências sofridas nos espaços de saúde, contabilizando a partir do total de participantes da pesquisa, 29,4% responderam que já tiveram sua identidade e/ou pronome desrespeitados. Logo em seguida, destes respondentes, 27,8% responderam que já tiveram o nome social desrespeitado. Ademais, 18,9% responderam que sofreram violências em espaços privados de saúde; 12,7% afirmaram ter sofrido transfobia na utilização de planos de saúde. Por fim, 11,2% não frequentam espaços de saúde ou não sofreram algum tipo de violência em decorrência de suas identidades de gênero.

Gráfico 11: Sofreu transfobia em espaços de saúde

JÁ SOFREU TRANSFOBIA NOS ESPAÇOS DE SAÚDE?



Esses dados demonstram que há uma taxa altíssima de transfobia em espaços e instituições ligadas à saúde, o que pode acarretar evasão ou na preferência em não frequentar ou utilizar serviços de saúde. Essa violência é grave, pois o direito à saúde é constitucional e consta também na declaração universal de direitos humanos (ONU, 1948).

Conclusão

A importância das análises de políticas públicas se dá no sentido de que inúmeros processos de instituição dessas políticas nascem de vertentes médicas,

concebendo o corpo unicamente através da materialidade biológica, do domínio médico. A partir deste domínio, a noção de corpo é sistematizada e validada por vias institucionais, portarias e diretrizes, passando a ser tomada como uma “verdade”. Essa suposta verdade é introduzida em repartições públicas e privadas, de forma a levar muitas pessoas trans a não questionarem seus processos de transição, ou a se sujeitarem a situações de humilhação e exposição em consultórios e ambulatórios trans, ou mesmo a mentirem às equipes médicas para conseguirem convencê-las de que seriam trans “de verdade”. Experiências de gestação, aborto e parentalidades nas transmasculinidades se deparam com violências profundas em espaços de saúde que se preocupam mais em nos colocar em situação de tutela do que em nos oferecer cuidados.

Este dossiê é de grande relevância por unir dados sobre as questões de gestação e aborto da população transmasculina, pautas amplamente silenciadas na elaboração de políticas públicas. Damos foco às particularidades transmasculinas, suas demandas e barreiras no exercício do direito ao nome, à saúde e a uma gestação digna.

Nesse sentido, elencamos alguns pontos importantes para se pensar em transparentalidades e gestação:

1. O fazer social a partir das práticas e experiências subjetivas e intersubjetividades, intercalando os processos de representações e configurações em construções e desconstruções relacionadas à gravidez transmasculina;
2. A figura transmasculina concebida como uma urgência a ser visibilizada e aclamada, social e culturalmente;
3. A resignificação do gestar a partir, também, dos significados e signos transmasculinos, em sua multiplicidade;
4. O ato de engravidar desafiando as convenções de gênero que definem o corpo grávido com uma expressão e papéis atribuídos ao feminino;

5. A compreensão de que o vínculo da ideia de maternidade à prática e experiência de mulheres cis produz o apagamento, a invisibilização e a exclusão de pessoas transmasculinas gestantes de espaços de saúde - o que é, em si, uma prática de violência.

Finalizamos, assim, este mapeamento, na esperança de que as questões aqui elaboradas e os dados fornecidos sirvam como base para futuros estudos, relatórios, mapeamentos, pesquisas, investigações; para a elaboração de políticas públicas de preservação das vidas transmasculinas; para iniciativas que defendam a garantia de nosso direito ao acesso à saúde, de nosso direito a experiências de parentalidades dignas e plenas.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Dispõe sobre o aborto legal. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 07/02/2022.

BRASIL. **Portaria nº 1.370, de 21 de junho de 2019.** Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS. Disponível em: <<https://brasilsus.com.br/wp-content/uploads/2019/06/portaria1370.pdf>>. Acesso em: 07/02/2022.

BRASIL. **Provimento Nº 73 de 28/06/2018.** Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>. Acesso em: 07/02/2022.

BRASIL. **Resolução nº 11, de 24 de novembro de 2014.** Institui o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como sistema oficial de gestão de documentos eletrônicos do Cade. Disponível em: <<https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/normas-e-legislacao/resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2011%2C%20de%2024%20de%20novembro%20de%202014.pdf>>. Acesso em: 07/02/2022.

PFEIL, Bruno; LEMOS, Dan Kaio. **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas.** Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviades, 2021.

FALCÃO, Marcio; VIVAS, Fernanda. **Gilmar Mendes determina adoção de medidas para garantir respeito à identidade de gênero no SUS.** G1. Brasília. 28 de Junho de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/28/gilmar-mendes-determina-adoacao-de-medidas-para-gar-antir-respeito-a-identidade-de-genero-no-sus.ghtml>>. Acesso em: 07/02/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 24/05/2023

OTTO, Isabela. Você viu que agora temos emojis de homem grávido e gênero neutro?. **Revista Capricho**. São Paulo. 27 de Abril de 2022. Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/comportamento/voce-viu-que-agora-temos-emojis-de-homem-gravido-e-genero-neutro/>>. Acesso em: 07/02/2022

Semana Mundial de Aleitamento Materno 2022: Fortalecer a Amamentação. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Washington, EUA. 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/campanhas/semana-mundial-aleitamento-materno-2022-fortalecer-amamentacao>>. Acesso em 07/02/2022.

Pregnancy, abortion and parenthood in transmasculinities:
a case study of discursive policies, practices and experiences

Abstract: This research aimed to draw a cross-sectional look at transmasculinities and their relationship with the themes of pregnancy, abortion and parenting. It is understood, firstly, that transmasculinities are generally made invisible in our social imaginary, so that transmasculine corporalities are not recognized as possible. When we enter the field of parenting and reproductive rights, this scenario intensifies, in view of the constant association of this field with motherhood, with a universalized figure of the feminine. Therefore, we seek to destabilize the crystallization of this figure and present the diversity of transmasculine corporalities in the spheres of reproductive rights, family formation, construction of parental figures. We also seek to identify the social and institutional violence that transmasculine people suffer with regard to pregnancy and parenthood. It is by mapping such violence and its sequels that we propose to combat them, identifying their origins and gaps in health institutions, structured in a cisnormative, heteronormative and endonormative way.

Keywords: transmasculinities; parenting; gestation; abortion; public policy.

Recebido: 15/05/2023

Aceito: 20/06/2023

Gravidez, Aborto e Parentalidade nas Transmasculinidades: um estudo de caso das políticas, práticas e experiências discursivas

Cello Latini Pfeil¹

Dan Kaio Lemos²

Enzo Gomes³

Fabian Algarte⁴

Kaleb Giulia⁵

Murillo Medeiros Carvalho⁶

Bruno Latini Pfeil⁷

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo traçar um olhar transversal para as transmasculinidades e sua relação com a temática da gravidez, do aborto e das parentalidades. Compreende-se, em primeiro lugar, que as transmasculinidades são invisibilizadas de forma generalizada em nosso imaginário social, de modo que corporalidades transmasculinas não sejam reconhecidas enquanto possíveis. Quando adentramos no campo das parentalidades e dos direitos reprodutivos, este cenário se intensifica, tendo em vista a constante associação deste campo com a maternidade, com uma figura universalizada do feminino. Sendo assim, procuramos desestabilizar a cristalização dessa figura e apresentar a diversidade de corporalidades transmasculinas nas esferas dos direitos reprodutivos, da constituição de família, da construção de figuras parentais. Buscamos, também, identificar as violências sociais e institucionais que pessoas transmasculinas sofrem no que diz respeito à gestação e à parentalidade. É pelo mapeamento de tais violências e de suas sequelas que nos propomos a combatê-las, identificando suas origens e as lacunas de instituições de saúde, estruturadas de forma cisnormativa, heteronormativa e endonormativa.

Palavras-chave: transmasculinidades; parentalidades; gestação; aborto; políticas públicas.

¹ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades e coordenador da Revista Estudos Transviades.

² Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

³ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

⁴ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

⁵ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

⁶ Membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.

⁷ Coordenador da Revista Estudos Transviades.

As diversas facetas das transmasculinidades⁸ coexistem com frequentes obstáculos que se interpõem nos campos da saúde, da segurança pública, da educação e de muitos outros. Pessoas transmasculinas enfrentam a invisibilização de seus corpos, identidades e a alocação dos mesmos em lugares sociais que não lhes dizem respeito, promovendo inacessibilidade a serviços e direitos básicos - especialmente relativos à saúde.

Identificamos tal inacessibilidade em vários campos: no campo da saúde, questões como gestação e aborto não são pensadas em corpos transmasculinos, tanto nos atendimentos básicos como na legislação; no campo da segurança pública, as abordagens policiais feitas em pessoas transmasculinas são invasivas, ocorrem sob interferência do racismo institucional, e a atuação profissional da população transmasculina ocorre concomitantemente a violências institucionais, inferindo no desrespeito ao nome social e na perseguição no ambiente de trabalho. O desrespeito ao nome social se mostra como uma das principais violências cometidas contra pessoas transmasculinas, e o desrespeito à identidade de gênero pode ser muito bem observada nos impeditivos ao uso de banheiros.

Descrever as políticas de saúde e suas ausências em relação aos direitos reprodutivos, às transparentalidades, ao aborto legal, ao direito ao nome social de pessoas transmasculinas é um desafio que o IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades) enfrenta. Somente podemos reivindicar políticas públicas de assistência e acesso à saúde se possuímos dados sobre nossa população, sobre nossas demandas específicas. Com o presente mapeamento, em formato de artigo, almejamos contribuir com dados sobre gestação, gravidez planejada ou não, processos transexualizadores/externalizadores⁹, as violências sofridas durante a gravidez, os

⁸ “Transmasculinidades” é um termo guarda-chuva para se referir a pessoas trans que se identificam no campo da masculinidade.

⁹ Processos transexualizadores/externalizadores são processos de modificação corporal relacionados à identidade de gênero de um indivíduo, desde procedimentos cirúrgicos até o uso de fitas e *binders*, por exemplo.

acessos e não-acessos aos dispositivos de gestação, aborto e parentalidades nas transmasculinidades.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo abordar tais tópicos de forma sucinta, por meio de entrevistas, coleta e levantamento de dados estatísticos descritivos. Procuramos, por um lado, visibilizar as discriminações que atravessam pessoas transmasculinas e, por outro, apresentar, através de nossas recomendações, medidas possíveis para que os problemas aqui abordados sejam sanados e que a população transmasculina no Brasil, em toda a sua diversidade, seja respeitada nas esferas que tratamos.

Metodologia

Em vias de compreender os atravessamentos das transmasculinidades em experiências de gravidez, aborto e parentalidades, distribuimos, virtualmente, um formulário aberto para recebermos respostas de pessoas transmasculinas. A metodologia utilizada para estruturarmos este relatório consistiu:

- 1) Na realização de entrevistas com quatro pessoas transmasculinas sobre cada um dos problemas aqui abordados, quais sejam: de a) aborto e gestação, b) violências institucionais e uso do banheiro e c) processo transexualizador;
- 2) Na análise dos dados coletados por formulário com perguntas acerca dos temas, tendo alcançado 900 respostas;
- 3) No levantamento de dados sobre a legislação vigente para os referidos problemas.

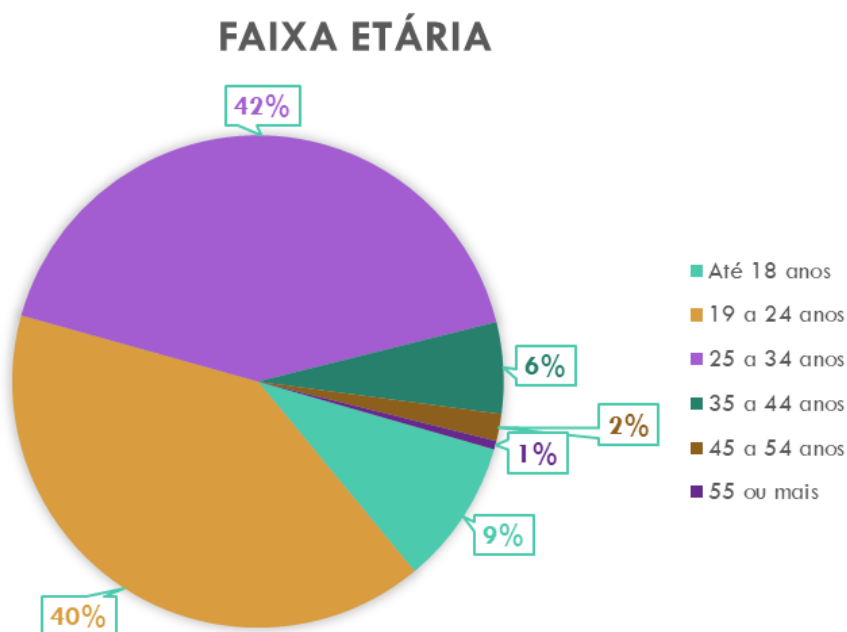
Em meio a este processo de pesquisa, encontramos similaridades entre as narrativas e os relatos de experiência dos sujeitos entrevistados e as respostas coletadas, e problematizamos a invisibilização de corpos transmasculinos dos serviços que deveriam prestar-lhes assistência, como, por exemplo, no campo da gestação. Coletamos respostas de 900 pessoas transmasculinas. Para fins introdutórios,

elaboramos o perfil socioeconômico da população transmasculina alcançada neste relatório.

Perfil sócio-econômico

Das 900 pessoas que responderam o formulário, contabilizamos percentualmente que 9% têm até 18 anos, 40% têm de 19 a 24 anos, 42% de 25 a 34 anos, 6% de 35 a 44 anos, 2% de 45 a 54 anos e 1% têm 55 anos ou mais.

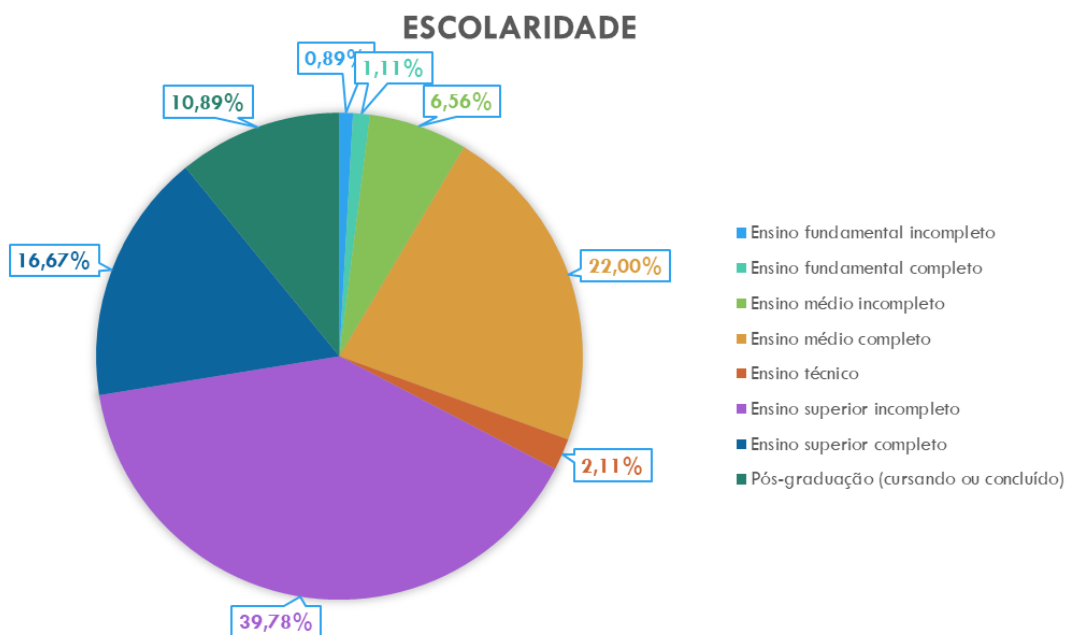
Gráfico 1: Faixa Etária



Quanto à escolaridade, contabilizamos percentualmente que 0,89% têm ensino fundamental incompleto, 1,11% ensino fundamental completo, 6,56% ensino médio incompleto, 22% ensino médio completo, 2,11% ensino técnico/profissionalizante,

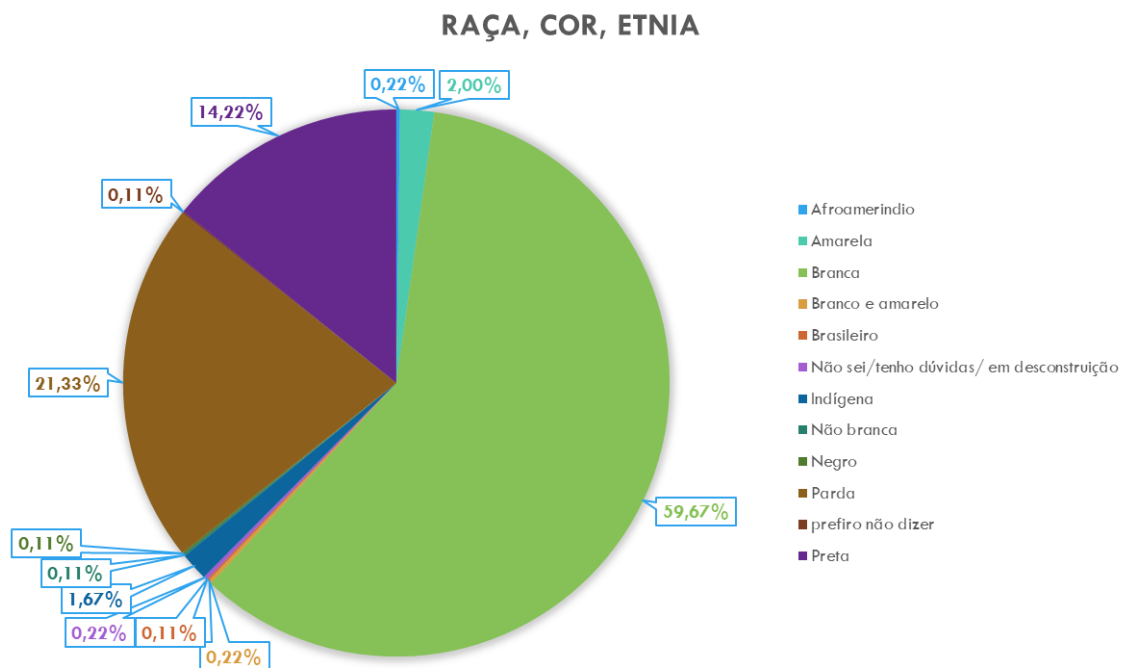
39,78% ensino superior incompleto, 16,67% ensino superior completo e 10,89% cursam ou concluíram pós-graduação.

Gráfico 2: Escolaridade



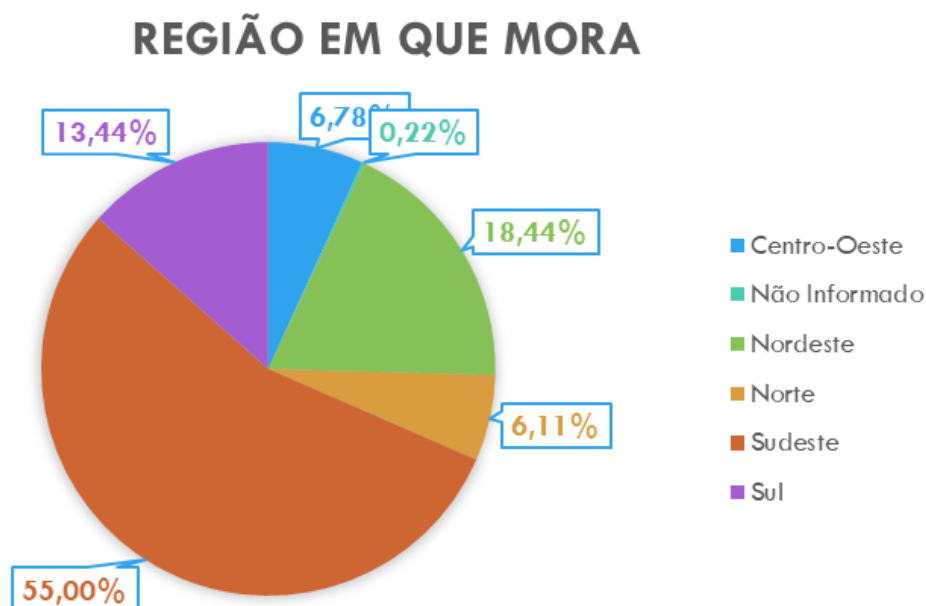
Dentre as respostas que recebemos, 59,667% provêm de pessoas autodeclaradas brancas, 21,333% pardas, 14,333% pretas, 2% amarelas, 1,667% indígenas.

Gráfico 3: Raça, Cor, Etnia



A maioria das respostas advém de pessoas originárias da região Sudeste (55%), seguida da região Nordeste (18,44%), Sul (13,44%) e depois Centro-Oeste (6,78%) e Norte (6,11%). Duas pessoas não souberam responder em qual região se localizam. Quanto ao estado, a maioria (31,44%) vive em São Paulo, seguido de Rio de Janeiro (12,88%), Minas Gerais (7,67%), Paraná (7,22%), Ceará (5,667), Pernambuco (3,778%), Rio Grande do Sul (3,56%), Distrito Federal (3,44%), Bahia (3,11%), Espírito Santo (2,89%), Santa Catarina (2,67%), Rio Grande do Norte (2,44%), Amazonas (2%), Sergipe (1,78%), Mato Grosso do Sul (1,44%), Pará (1,44%), Roraima (1,33%), Goiás (1,22%), Mato Grosso (0,78%), Paraíba (0,78%), Tocantins (0,56%), Amapá (0,44%), Maranhão (0,33%), Piauí (0,33%), Rondônia (0,33%), Alagoas (0,22%). Uma pessoa definiu seu estado como Solteiro (0,11%) e uma pessoa se definiu como nômade (0,11%).

Gráfico 4: Região em que mora



Constatamos, em nossa pesquisa, que a maioria das respostas (97,11%) indica a presença de discriminação na vida de pessoas transmasculinas. Destas, 803 pessoas já sofreram transfobia, 662 LGBTQIAP+fobia, 543 machismo, 535 assédio sexual, 290 misoginia, 218 gordofobia, 185 racismo e 96 xenofobia. Seiscentas e setenta e quatro pessoas relataram ter sofrido discriminações em lugares públicos, 610 em ambiente doméstico/familiar, 588 em escola/universidade, 410 em ambiente de trabalho, 343 em comércio e prestação de serviço, 18 em igrejas e ambientes religiosos e 6 em redes sociais. Tais discriminações se acentuam em casos de gravidez, aborto e parentalidade nas transmasculinidades, como veremos a seguir.

Política das transparentalidades e gestação

Apesar dessas movimentações recentes sobre a questão da gestação e parentalidade trans, a discussão não é nova entre as pessoas mais velhas do movimento

transmasculino. O IBRAT realizou uma busca histórica de membros/os mais velhos/os que se tornaram pais e até avôs. Agregando narrativas e relatos de paternidade transmasculina de diferentes gerações, começamos a vislumbrar cenários de variadas temporalidades, em sua amplitude geracional. Percebemos que a presença das transmasculinidades no campo da paternidade e das parentalidades, de modo geral, não é algo recente, e sim marcado por um forte histórico. O IBRAT lançou também campanhas sobre gravidez e paternidade, dentre as quais destacamos a campanha “Agosto Dourado” sobre lactação. Procuramos, com a campanha, visibilizar as transmasculinidades nestas esferas de gestação e parentalidades, a fim de promover não apenas um combate ao apagamento histórico de nossas vivências, como também, e principalmente, a criação de políticas públicas voltadas às transmasculinidades.

Como exemplo de política pública necessária, há a questão do aleitamento. O aleitamento é uma questão de saúde pública e também um direito humano que precisa ser respeitado e protegido. O chamado “Agosto Dourado” simboliza a luta pelo incentivo à amamentação. A Semana Mundial de Aleitamento Materno é uma campanha mundial celebrada de 1º a 7º de agosto (OPAS, 2022). Reconhecemos a importância desta semana e de suas campanhas, porém questionamos como as transmasculinidades se inserem dentro da ideia de aleitamento *materno*. Homens trans e pessoas transmasculinas não *necessariamente* exercem a *maternidade*, na medida em que esta categoria se qualifica como voltada ao campo da feminilidade. Dito isso, é necessário pensarmos em quais pessoas têm acesso e são estimuladas à amamentação. O direito à amamentação não é restrito à cisgeneridade¹⁰, muito menos a uma noção inerente de mulheridade.

No dia 21/11/2021, os tópicos de gravidez, aleitamento e paternidade compuseram o tema do II ENAT – Encontro Nacional das Transmasculinidades, um

¹⁰ “Cisgeneridade” é o termo que se refere a pessoas cis, isto é, pessoas cuja identidade de gênero condiz com a que lhes foi designada ao nascimento.

evento a nível nacional dialogando com várias pessoas transmasculinas sobre os processos reprodutivos: paternidade, gestação, parto e aleitamento.

Vale lembrar a realidade atual da população trans e transmasculina no Brasil em relação às seguintes leis/portarias e diretrizes efetivadas:

1. Decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016);
2. A atual portaria nº 1.370, de 21 de junho de 2019, que define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS, a serem implantadas em todas as unidades federadas (BRASIL, 2019);
3. Provimento nº 73/20181428, que regulamentou a retificação do registro civil e todos os cartórios de registro de pessoas do Brasil ficaram obrigados a realizar a alteração de nome e marcador de gênero nas certidões de nascimento (BRASIL, 2018);
4. Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014,²⁹ que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil (BRASIL, 2014);

Ao buscarmos por dados relativos ao número de pessoas transmasculinas vivendo no Brasil, não encontramos registros governamentais sobre nossa população. No entanto, temos, atualmente, dados oficiais produzidos pelo informe “A dor e a delícia das Transmasculinidades vivendo no Brasil: das invisibilidades às demandas” (PFEIL & LEMOS, 2021).

O referido informe foi produzido por pessoas transmasculinas, voltado exclusivamente às transmasculinidades. Sem aporte governamental, pessoas trans acabam se alicerçando apenas em si mesmas para produzir estatísticas e dados que registrem nossas existências, as violências que nos atravessam, nossas demandas e necessidades nas esferas da saúde, do direito, da segurança pública, da garantia de moradia e de alimentação básica. Não podemos aguardar pacientemente por uma atitude governamental para realizar tais registros e, com eles, promover políticas públicas. Agimos por conta própria, tendo em vista o cenário em que vivemos, e buscamos, com nossos próprios dados, lutar por iniciativas e direitos que abranjam nossa integralidade.

Muitas vezes sem aporte institucional, tampouco sem investimento financeiro, não conseguimos alcançar todas as pessoas transmasculinas por cujos direitos lutamos, o que nos faz questionar: por que não somos vistos pelas instituições de saúde, de ensino, de segurança pública, jurídicas? O que nos torna tão invisíveis? E, quando nos vêm, *como* somos vistos? O que nossas existências significam? Socialmente, a percepção de humanidade não está atrelada à população trans. Logo, se não somos percebidos como humanos, os acessos a direitos, saúde e afetividade ocorrem de maneiras limitadas. Não apenas observamos um desamparo governamental na realização de tais registros e na promoção de tais políticas, como também identificamos a constante desumanização de pessoas trans pelo Estado e suas instituições, acarretando violências *cistêmicas*¹¹, bastante presentes no campo da obstetrícia.

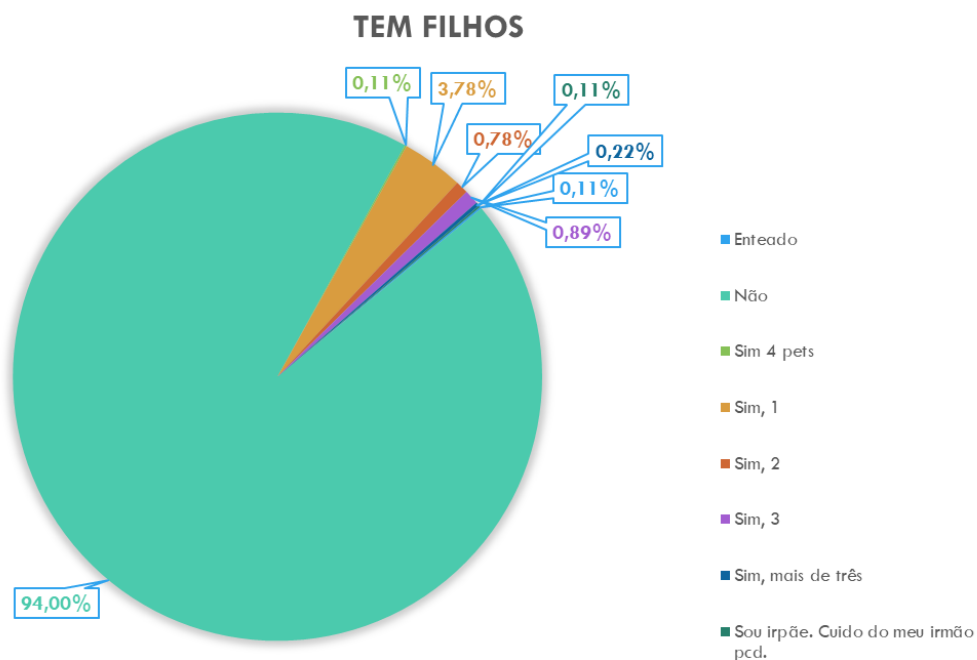
Dito isso, feita a crítica em relação ao cenário das transmasculinidades nas esferas de saúde, nos voltamos ao perfil de pessoas transmasculinas que adentram o campo das parentalidades e da gestação. A seguir, seguem os dados coletados e as reflexões realizadas a partir deles.

¹¹ Trocadilho utilizado para designar violências transfóbicas e cisnormativas que são sistemáticas, ocorrem com frequência e incidem diariamente sobre o dia-a-dia de pessoas trans.

Sobre parentalidades nas transmasculinidades

Ao questionarmos se os/es participantes têm filhos, recebemos as seguintes respostas: 94% não possuem filhos; 3,78% possuem somente 1 filho; 0,78% possuem somente 2 filhos; 0,89% possuem somente 3 filhos; 0,22% possuem mais de 3 filhos; 0,11% responderam possuir 1 enteado; 0,11% responderam ter uma relação de cuidado com seu irmão PCD; e 0,11% responderam possuir animais de estimação.

Gráfico 5: Tem filhos?

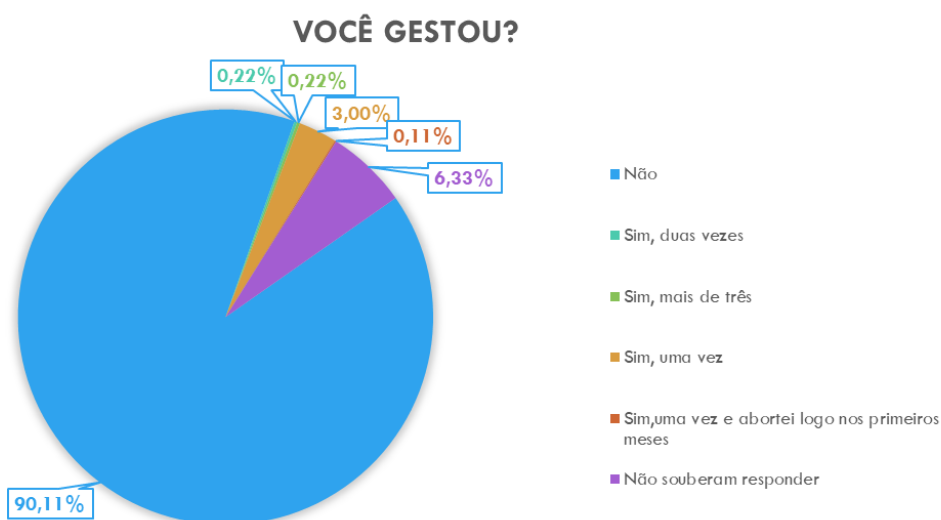


Gestação

Vejamos os dados sobre gestação e, posteriormente, sobre o aborto no caso de pessoas transmasculinas. Das respostas que recebemos, contabilizamos que 811

(90,11%) pessoas nunca gestaram. Das pessoas restantes, 27 (3%) gestaram uma vez, sendo 12 brancas, 8 pardas, 5 pretas, 1 indígena e uma não se identificou racial/eticamente. Duas pessoas (0,22%) já gestaram duas vezes, ambas pardas. Duas (0,22%) gestaram mais de três vezes, ambas brancas. Uma (0,11%) gestou uma vez e abortou logo nos primeiros meses, sendo indígena. Cinquenta e sete pessoas (6,33%) não souberam responder.

Gráfico 6: Você gestou?

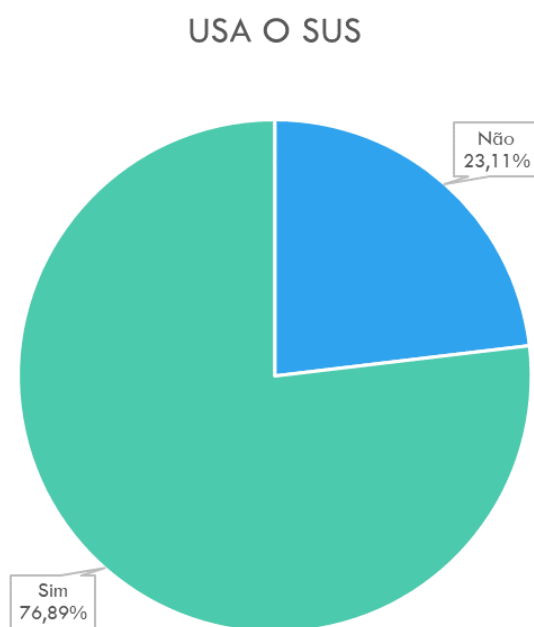


Das pessoas que já gestaram, somando um total de 32% das respostas coletadas, a maioria (78,13%) não planejou a gravidez. No período da gestação, contabilizamos que 7 pessoas (21,875%) haviam realizado alguma transição, enquanto a maioria (24 pessoas, 75%) não realizou nenhuma, e uma (3,125%) não soube responder. Durante a gravidez, descobrimos que 28,125% das pessoas que já gestaram **não tiveram a identidade de gênero respeitada durante a gravidez**, enquanto 12,5% não se reconheciam como trans neste período e 25% não se reconheciam como trans na época. Seis pessoas (18,75%) relataram terem sido respeitadas ao longo da gestação, e cinco

(15,625%) não souberam responder. Durante a gravidez, 22 (68,75%) não faziam uso de hormônios e 2 (6,25%) faziam e precisaram interromper a hormonização na gestação.

Vale ressaltar que, dos 27 participantes que realizaram exames de pré-natal, 19 foram atendidos pelo SUS, e 8 foram atendidos por planos privados. Ao questionarmos se os participantes, tendo ou não gestado, utilizam o SUS, temos que 76,89% responderam afirmativamente, e 23,11%, negativamente.

Gráfico 7: Usa o SUS?



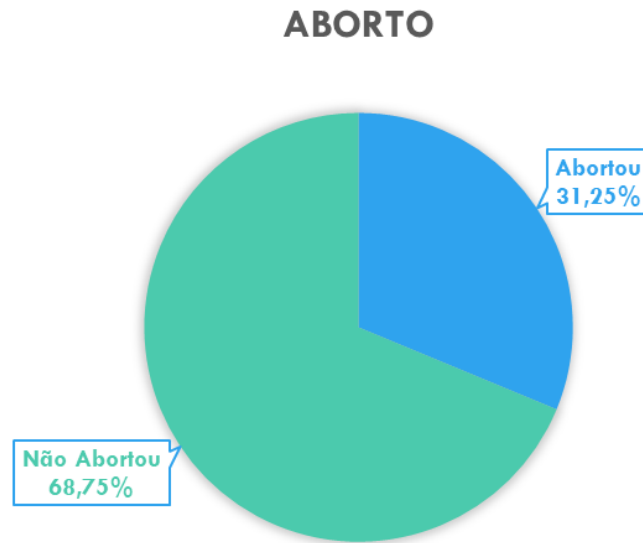
Retornando à gestação, sobre a mastectomia, uma pessoa (3,125%) a havia feito antes da gestação, 26 (81,25%) não a realizaram antes e uma (3,125%) não a realizou até hoje. Quatro (12,5%) não souberam responder.

Aborto

O aborto é, em si, uma questão extremamente complexa, social e juridicamente. No Brasil, pelo Decreto-lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 (BRASIL, 1940), o aborto é declarado legal em três casos: quando a gravidez resulta de abuso sexual, quando põe a saúde da pessoa gestante em risco ou quando o feto é anencéfalo. Este último requisito foi incrementado em 2012, por um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) (BRASIL, 1940). Nos três casos, o aborto legal se volta especificamente a mulheres cis, sem considerar pessoas transmasculinas. No caso de abuso sexual, a legislação não exige que a mulher cis gestante comprove o ocorrido, nem que faça boletim de ocorrência, para poder realizar o aborto. Fora das três situações, a interrupção intencional da gestação é crime no Brasil, tendo como pena a detenção de um a três anos para a mulher cis gestante que a realize ou para o sujeito que concretiza o “crime”. Neste último caso, o sujeito que realizou o procedimento pode ser detido de um a quatro anos. Quando o aborto induzido é provocado sem o consentimento da mulher cis gestante, o sujeito que o realizou na mesma pode ser detido de três a dez anos. Neste contexto em relação à mulher cis, podemos problematizar a questão do aborto voltada às transmasculinidades.

Entramos, então, no quesito do aborto. Das pessoas que já gestaram, 10 (31,25%) já abortaram, e duas (6,25%) relataram ter sofrido violências em relação ao aborto. Das 10 pessoas que abortaram, nenhuma recebeu algum acompanhamento profissional pós-aborto.

Gráfico 8: Aborto



Sobre essa questão, entrevistamos um homem trans de 27 anos que já gestou, porém que, devido ao uso de hormônios, não conseguiu levar a gestação adiante. O entrevistado é fundador da ONG Casa Transformar, uma casa de acolhimento de pessoas LGBTIQIAP+ em Fortaleza. Sua gravidez não foi planejada, embora já comentasse sobre a possibilidade com sua companheira. A gestação não durou mais do que dois meses, e ocorreu sem haver um contato com profissionais da saúde, pois, conforme o entrevistado, “pra homens trans quando se fala sobre ginecologista ainda é uma coisa que as pessoas só ligam somente às mulheres cis, quando falam de câncer de mama”, e complementa:

Na verdade, tudo que a gente busca, seja na escola, seja na parte hospitalar, tudo que a gente busca é somente direcionado pras pessoas cis, homem cis, mulher cis, não se têm ainda essas pautas de pessoas trans, um homem trans que gesta, um homem trans que precisa ir ao ginecologista, que precisa fazer mamografia, ainda não existe.

O respeito às pessoas transmasculinas gestantes é parco. Embora o entrevistado relate ter tido o privilégio de ser respeitado durante sua gravidez, ele admite não ter exposto sua situação nas mídias por receio de sofrer violências: “Quando um homem trans gesta ele dificilmente têm sua identidade de gênero e pronomes respeitados”. Além disso, o entrevistado não teve acompanhamento médico e psicológico após sofrer o aborto, nem foi ao ginecologista, refletindo o caso da maioria das pessoas transmasculinas que já abortou e não obteve acompanhamento.

Respeito ao nome social

Sendo o respeito ao nome social fundamental no acesso à saúde, passamos para este tópico (BRASIL, 2016). Dentre as respostas que recebemos, calculamos que 149 pessoas transmasculinas (16,6%) não têm o nome social respeitado e 125 (13,9%) são desrespeitadas por vezes sim, por vezes não. Uma grande parcela (38,8%) já retificou os documentos; 2,3% não usam nome social; e 26,4% não relataram ter sofrido desrespeito.

Em relação a como o nome social é despeitado, a maioria do desrespeito ao nome social ocorre em ambiente familiar (23,5%), seguindo para lugares públicos (18,2%), escola/universidade (17,9%), comércio e prestação de serviços (13,9%), ambiente de trabalho (13%) e espaços de saúde (0,8%). Ademais, 0,3% das pessoas indicaram não possuir nome social, e 12,4% responderam somente “Não”.

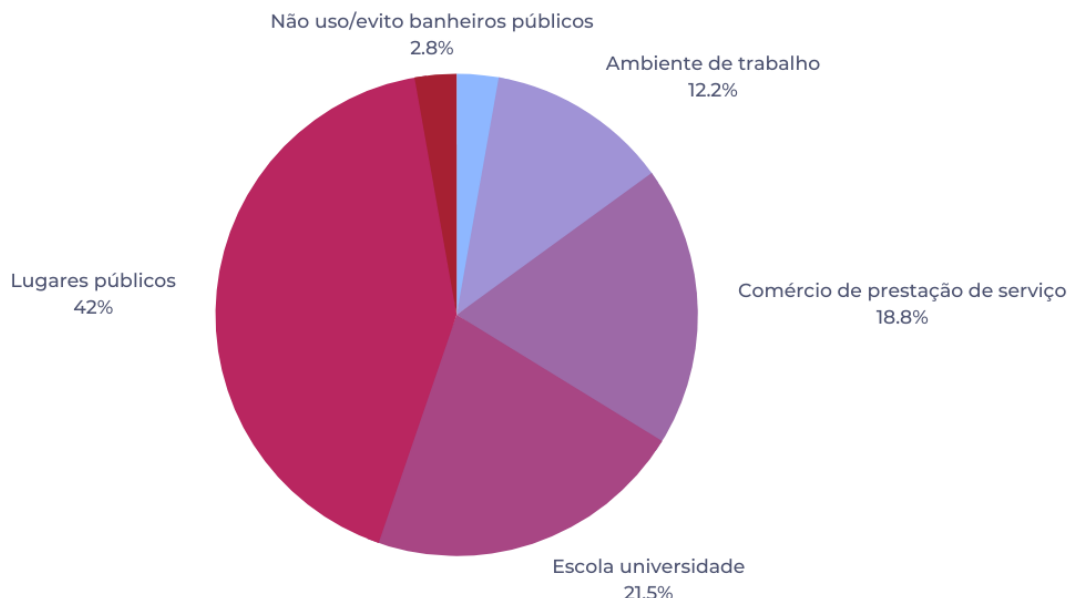
Gráfico 9: Seu nome social é respeitado?



O acesso ao banheiro também é uma questão comprometedora para pessoas transmasculinas. Dentre as respostas, 350 pessoas relataram sofrer transfobia em banheiros de lugares públicos, 179 em banheiros de instituições de ensino, 157 de comércio e prestação de serviços, 102 em ambiente de trabalho, 23 pessoas não usam ou evitam usar banheiros públicos e 23 pessoas não vão a banheiros masculinos.

Gráfico 10: Sofreu transfobia ao acessar banheiros

SOFREU TRANSFOBIA AO ACESSAR BANHEIROS?



Nesse sentido, com relação à transfobia ocorrida no acesso a banheiros públicos, o entrevistado relata:

[A transfobia] já aconteceu no banheiro da Universidade quando eu estava entrando no banheiro masculino. E aí um homem me parou e falou que “aqui não é o seu lugar, você não tem que entrar aqui”, e até eu explicar que eu era uma pessoa TRANS e eu podia entrar no banheiro [...] levou muito tempo. Então é um constrangimento que eu passei.

Em relação à parentalidade, podemos questionar: como pessoas transmasculinas acessariam fraldários, se sofrem tamanha transfobia nesses espaços? Os espaços voltados ao cuidado familiar são reduzidos a pessoas consideradas mulheres cisgêneras. Desse modo, em banheiros masculinos não há fraldário, o que se apresenta como um impedimento tanto para homens cis quanto para pessoas transmasculinas que o utilizem.

Somente mulheres cisgêneras acabam tendo acesso a um local de cuidado de infantes, qualificando tanto um equívoco em se associar as cisfeminilidades à maternidade - posto que tal associação ocorre mediante um imaginário social patriarcal e cisheterossexista - quanto uma exclusão de paternidades - trans e cis - de espaços de cuidado familiar. Qualifica, também, uma exclusão de pessoas transfemininas, tendo em vista as inúmeras violências que estas sofrem ao acessarem banheiros femininos. Desse modo, compreendemos como os banheiros se estendem a dispositivos de validação ou desvalidação da identidade de gênero e das funções familiares atribuídas a cada corporalidade.

Retornando ao quesito do nome social, o sujeito entrevistado nos relata que utilizou nome social na universidade e que este é respeitado em todas as suas instâncias; contudo, em outros ambientes, como o ambulatório trans ou em serviços de saúde pública, não encontra o mesmo respeito. Assim, ele precisa lembrar as pessoas de seu nome social, seus pronomes, e, ainda assim, não obtém respeito. O entrevistado denuncia a dificuldade em acessar serviços públicos de saúde em detrimento deste desrespeito, quando tenta acessar determinado serviço e sua identidade não é reconhecida. O desrespeito ao nome social se torna um empecilho para o acesso à saúde pública.

Processo transexualizador

É importante nos atentarmos ao processo transexualizador, visto que seu impacto nas vidas de pessoas transmasculinas afeta diretamente suas relações familiares e, muitas vezes, sua possibilidade de empregabilidade, estudos, e saúde física e mental em geral. No quesito do processo transexualizador, a entrevista circundou aspectos fundamentais, da própria existência de ambulatórios na cidade do entrevistado até as violências que este sofre ou sofreu. No caso, o entrevistado reside no Ceará, em

Fortaleza, e relata que o modelo de acesso à saúde da população trans em sua cidade é “defasado, patologizante, então não considero que exista”. Por isso, o entrevistado não acessa ambulatórios para pessoas trans, mas tem ciência da defasagem de profissionais. Apesar de não acessar o ambulatório, o entrevistado utiliza o SUS para todos os seus tratamentos, até terapia hormonal, e diz que adquire seu hormônio por conta própria, sem intermédio do SUS. Com base nas respostas que recebemos, sabemos que 51,667% das pessoas não têm acesso ao hormônio pelo SUS.

O entrevistado compõe a maioria das pessoas que responderam o formulário (76,889%), que utiliza o SUS. Das respostas que colhemos, pensando na questão da hormonização, calculamos que 25,111% das pessoas transmasculinas que responderam o formulário se hormonizam pelo SUS, 20,222% o fazem pelo plano de saúde, 16,111% por conta própria. Descobrimos, também, que 2% não puderam iniciar a hormonização por falta de acesso ao SUS, a farmácias ou fornecedores, 2,889% precisou parar a hormonização por questões financeiras e 0,667% por questões familiares. Quarenta e cinco pessoas (5%) não possuem interesse na hormonização e 23,889% não puderam iniciar, apesar de desejarem a hormonização. Importante ressaltar que 28,556% não tiveram acesso à hormonização.

O entrevistado mantém contato regular com profissionais de saúde e realiza exames periódicos, sendo atendido em diferentes hospitalidades e contemplando o perfil de respostas ao formulário: 614 pessoas (68,222%) mantêm contato com profissionais de saúde. Contudo, não consegue acesso a acompanhamento ginecológico. Com relação ao acesso a profissionais nos ambulatórios trans, constatamos uma ordem de grandeza: descobrimos que 517 pessoas (57,444%) possuem ambulatórios trans em suas cidades, em contraste a 322 (35,778%) que não os possuem e 61 (6,778%) que não têm acesso a essa informação. Em relação aos profissionais disponíveis nos ambulatórios, 417 afirmaram ter psicólogo, 387 afirmaram ter endocrinologista, 314 afirmaram ter médico clínico, 304 afirmaram ter enfermeiro, 298 pessoas relataram ter assistente social, 291

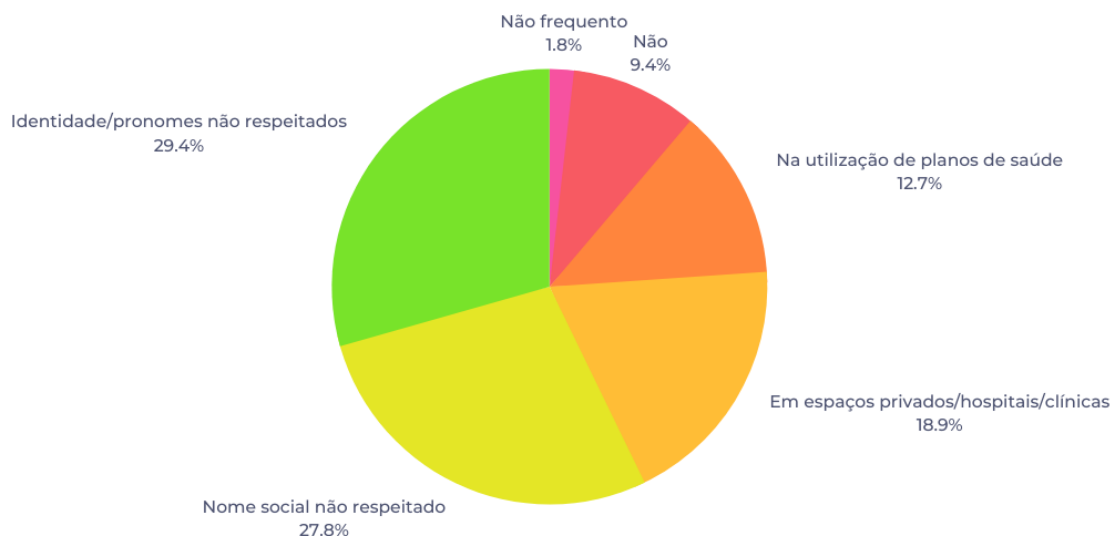
afirmaram ter ginecologista/urologista, 266 afirmaram ter psiquiatra, 79 afirmaram ter médico cirurgião, 5 afirmaram ter fonoaudióloga e 2 afirmaram ter farmacêutico.

No contexto de violências, o entrevistado relata ter sofrido transfobia, sendo um dos casos de violência bem recentes: “quando fui tomar a terceira dose da vacina contra a COVID-19 e o atendente se recusou a tratar pelo meu nome social”. O desrespeito ao nome social, à identidade de gênero e aos pronomes compõe a maioria das violências sofridas por pessoas trans em espaços de saúde (944 respostas), sendo que 311 pessoas relataram ter sofrido violência em espaços privados de saúde.

Dos 944 participantes da pesquisa, somente 618 mantêm contato com profissionais de saúde. Sobre as violências sofridas nos espaços de saúde, contabilizando a partir do total de participantes da pesquisa, 29,4% responderam que já tiveram sua identidade e/ou pronome desrespeitados. Logo em seguida, destes respondentes, 27,8% responderam que já tiveram o nome social desrespeitado. Ademais, 18,9% responderam que sofreram violências em espaços privados de saúde; 12,7% afirmaram ter sofrido transfobia na utilização de planos de saúde. Por fim, 11,2% não frequentam espaços de saúde ou não sofreram algum tipo de violência em decorrência de suas identidades de gênero.

Gráfico 11: Sofreu transfobia em espaços de saúde

JÁ SOFREU TRANSFOBIA NOS ESPAÇOS DE SAÚDE?



Esses dados demonstram que há uma taxa altíssima de transfobia em espaços e instituições ligadas à saúde, o que pode acarretar evasão ou na preferência em não frequentar ou utilizar serviços de saúde. Essa violência é grave, pois o direito à saúde é constitucional e consta também na declaração universal de direitos humanos (ONU, 1948).

Conclusão

A importância das análises de políticas públicas se dá no sentido de que inúmeros processos de instituição dessas políticas nascem de vertentes médicas,

concebendo o corpo unicamente através da materialidade biológica, do domínio médico. A partir deste domínio, a noção de corpo é sistematizada e validada por vias institucionais, portarias e diretrizes, passando a ser tomada como uma “verdade”. Essa suposta verdade é introduzida em repartições públicas e privadas, de forma a levar muitas pessoas trans a não questionarem seus processos de transição, ou a se sujeitarem a situações de humilhação e exposição em consultórios e ambulatórios trans, ou mesmo a mentirem às equipes médicas para conseguirem convencê-las de que seriam trans “de verdade”. Experiências de gestação, aborto e parentalidades nas transmasculinidades se deparam com violências profundas em espaços de saúde que se preocupam mais em nos colocar em situação de tutela do que em nos oferecer cuidados.

Este dossiê é de grande relevância por unir dados sobre as questões de gestação e aborto da população transmasculina, pautas amplamente silenciadas na elaboração de políticas públicas. Damos foco às particularidades transmasculinas, suas demandas e barreiras no exercício do direito ao nome, à saúde e a uma gestação digna.

Nesse sentido, elencamos alguns pontos importantes para se pensar em transparentalidades e gestação:

1. O fazer social a partir das práticas e experiências subjetivas e intersubjetividades, intercalando os processos de representações e configurações em construções e desconstruções relacionadas à gravidez transmasculina;
2. A figura transmasculina concebida como uma urgência a ser visibilizada e aclamada, social e culturalmente;
3. A resignificação do gestar a partir, também, dos significados e signos transmasculinos, em sua multiplicidade;
4. O ato de engravidar desafiando as convenções de gênero que definem o corpo grávido com uma expressão e papéis atribuídos ao feminino;

5. A compreensão de que o vínculo da ideia de maternidade à prática e experiência de mulheres cis produz o apagamento, a invisibilização e a exclusão de pessoas transmasculinas gestantes de espaços de saúde - o que é, em si, uma prática de violência.

Finalizamos, assim, este mapeamento, na esperança de que as questões aqui elaboradas e os dados fornecidos sirvam como base para futuros estudos, relatórios, mapeamentos, pesquisas, investigações; para a elaboração de políticas públicas de preservação das vidas transmasculinas; para iniciativas que defendam a garantia de nosso direito ao acesso à saúde, de nosso direito a experiências de parentalidades dignas e plenas.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm>. Acesso em: 24/04/2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Dispõe sobre o aborto legal. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 07/02/2022.

BRASIL. **Portaria nº 1.370, de 21 de junho de 2019.** Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS. Disponível em: <<https://brasilsus.com.br/wp-content/uploads/2019/06/portaria1370.pdf>>. Acesso em: 07/02/2022.

BRASIL. **Provimento Nº 73 de 28/06/2018.** Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>. Acesso em: 07/02/2022.

BRASIL. **Resolução nº 11, de 24 de novembro de 2014.** Institui o Sistema Eletrônico de Informações – SEI como sistema oficial de gestão de documentos eletrônicos do Cade. Disponível em: <<https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/normas-e-legislacao/resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2011%2C%20de%2024%20de%20novembro%20de%202014.pdf>>. Acesso em: 07/02/2022.

PFEIL, Bruno; LEMOS, Dan Kaio. **A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas.** Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviades, 2021.

FALCÃO, Marcio; VIVAS, Fernanda. **Gilmar Mendes determina adoção de medidas para garantir respeito à identidade de gênero no SUS.** G1. Brasília. 28 de Junho de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/28/gilmar-mendes-determina-adoacao-de-medidas-para-gar-antir-respeito-a-identidade-de-genero-no-sus.ghtml>>. Acesso em: 07/02/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 24/05/2023

OTTO, Isabela. Você viu que agora temos emojis de homem grávido e gênero neutro?. **Revista Capricho**. São Paulo. 27 de Abril de 2022. Disponível em: <<https://capricho.abril.com.br/comportamento/voce-viu-que-agora-temos-emojis-de-homem-gravido-e-genero-neutro/>>. Acesso em: 07/02/2022

Semana Mundial de Aleitamento Materno 2022: Fortalecer a Amamentação. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Washington, EUA. 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/campanhas/semana-mundial-aleitamento-materno-2022-fortalecer-amamentacao>>. Acesso em 07/02/2022.

Pregnancy, abortion and parenthood in transmasculinities:
a case study of discursive policies, practices and experiences

Abstract: This research aimed to draw a cross-sectional look at transmasculinities and their relationship with the themes of pregnancy, abortion and parenting. It is understood, firstly, that transmasculinities are generally made invisible in our social imaginary, so that transmasculine corporalities are not recognized as possible. When we enter the field of parenting and reproductive rights, this scenario intensifies, in view of the constant association of this field with motherhood, with a universalized figure of the feminine. Therefore, we seek to destabilize the crystallization of this figure and present the diversity of transmasculine corporalities in the spheres of reproductive rights, family formation, construction of parental figures. We also seek to identify the social and institutional violence that transmasculine people suffer with regard to pregnancy and parenthood. It is by mapping such violence and its sequels that we propose to combat them, identifying their origins and gaps in health institutions, structured in a cisnormative, heteronormative and endonormative way.

Keywords: transmasculinities; parenting; gestation; abortion; public policy.

Recebido: 15/05/2023

Aceito: 20/06/2023

Paternidade Trans em cena:
Entrevista com o ativista Alexandre Peixe

Alexandre Peixe¹
Leonardo Morjan Britto Peçanha²

Resumo: Para além de ser um ativista pioneiro, Xande é pai e avô. Nesta entrevista, visibilizamos a história de Xande, pela perspectiva de sua paternidade e como essa experiência impactou sua vida. Relatos sobre ativismos, gestação, amamentação, um pouco do início da história do movimento transmasculino brasileiro, entre outros temas serão falados nesta entrevista que também é marcada pela geração.

Palavras-chave: paternidade, parentalidade, história de vida.

¹ Conhecido como Xande Peixe. Trans marido, pai e avô. xandepeixe@gmail.com

² Filho do Sr. José Peçanha e filho enlutado de D. Valquíria Britto. Sobrinho de Cleuza Britto e Jaime Britto. Afilhado de Elisabete Britto. Professor, escritor e ativista. Doutorando em Saúde Coletiva (IFF/FIOCRUZ). contato@leonardombpecanha.pro.br

Xande Peixe como é conhecido, é um homem trans negro de 51 anos. Um ativista orgânico do movimento social LGBTQIAPN+ e pioneiro no movimento transmasculino brasileiro. Atuou como redutor de danos e foi presidente da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Paulo, numa época em que não se falava muito sobre transmasculinidades. Tendo se assumido em meados de 2004, ele passou por uma época que não tinha tanta visibilidade e repercussão sobre homens trans, como também não havia políticas públicas. Ele ajudou a construir o que hoje chamamos de movimento transmasculino brasileiro. Pai e avô, ele conta um pouco de sua trajetória e os desafios de criar uma filha e ser avô no Brasil, enquanto homem trans.

Leonardo: Amigo, gostaria de dizer que você é uma grande referência para mim, pra nós. Obrigado por disponibilizar o seu tempo, tá bom?! Para começar, gostaria que você se apresentasse e falasse um pouco da sua trajetória, por favor...

Alexandre: Bom, eu sou o Alexandre Peixe. O pessoal me conhece como Xande Peixe... a minha trajetória na militância, ela começa em 2004. A partir de 2004 na militância LGBT, as outras militâncias que eu fiz em pautas como drogas, AIDS, já vêm de um tempo anterior, mas enfatizando a questão dos homens trans somente a partir de 2004. Fui presidente da parada do orgulho LGBT de São Paulo, fiz parte do Centro de Convivência É de Lei, que é de redução de danos, mas de 2004 para cá eu enfatizei mesmo na militância para homens trans.

Leonardo: Eu li em uma entrevista uma vez que você, em 2004/2005/2003 por aí, já se assumia como homem trans, certo?! E você também foi presidente da parada... foi isso mesmo, correto?

Alexandre: Foi, foi isso! Da parada eu fui presidente acho que em 2008 ou 2010. Foi muito importante porque eu acredito que sendo o primeiro homem trans a presidir uma ONG mista (isso foi um reconhecimento também), foi importante trazer a visibilidade de pessoas trans, mas principalmente de homens trans porque nessa época

não se falava muito nisso. Eu acredito que eu trouxe a discussão para o movimento, não a discussão dos homens trans, mas trouxe para o movimento LGBT a discussão sobre homens trans...que existíamos, estamos aqui. E foi nessa época que começou a surgir bastante menino falando: “Olha, putz eu me sinto assim também...”, muitos meninos me procuravam... tinha o Raicarlos, João Nery, outros meninos que vinham, mas numa coisa não tão militante. Tinham sua militância, mas não focada na questão dos homens trans. E eu acho que nessa época eu consegui trazer essa visibilidade para os homens trans, para se discutir questões de homens trans a partir daí...

Leonardo: Uma coisa importante que eu lembrei agora é que você também participou da 1ª Conferência Nacional LGBT...

Alexandre: Sim, Sim!

Leonardo: Da primeira e da segunda, não é isso?

Alexandre: Isso! Da primeira só...

Leonardo: Era você, Leonardo Tenório?! Raicarlos e Guilherme?

Alexandre: E o Lam Matos...

Alexandre: Porque foi em Brasília. Isso eu já tinha participado de outras ONGs que não existe mais, tinha participado de outras coisas..., mas a Conferência Nacional foi muito importante, muito tensa e muito decepcionante ao mesmo tempo. Porque existiam umas regras dentro do encontro em que as pessoas tinham que escolher um tema para discutir sobre a sua identidade e tinha acho que eu e mais três pessoas e tinham vários temas... E a gente queria participar de tudo. E aí falaram: “Não, vocês não podem! Escolhe um e pronto.”. Pô, mas a gente não pode deixar a Educação de lado, nem deixar a Saúde, nem deixar não sei o que... aí a gente teve que pedir em uma assembleia para que a gente pudesse ficar um pouquinho em cada e trazer nossas questões dentro da Conferência. E foi muito bacana porque a gente conseguiu em 5, com 20 temas, participar de todos. A decepção vem quando sai os primeiros Anais da Conferência e que o que a gente colocou não saiu, mesmo na votação da assembleia

final que foi aprovada, quando a gente lê os anais da primeira Conferência, não aparecem as nossas questões. Essa foi a coisa mais decepcionante... foi a primeira coisa, vieram outras obviamente, mas essa foi a primeira. Mas ao mesmo tempo, as pessoas que estavam ali, o movimento todo que estava lá reconheceu que existíamos. A luta é diária (a luta hoje), mas no começo ela foi árdua... éramos poucos para falar sobre isso. Não tínhamos muitas informações! As informações que eu tinha quando eu me identifiquei, me assumi como homem trans, ela vinha da Espanha... que nem falavam “Homens trans”, falavam “FTM” (Female To Male). Eu lembro até hoje quando eu estava na Associação, só que eu não era presidente ainda, eu era só voluntário e tinham as reuniões semanais. E tinha um dia da semana que era reunião de trans mas eram só Mulheres trans e Travestis e eu lembro que a nossa querida Pamela Anderson (já falecida), ela e a Luana Vendramini começaram a me chamar de Xandão e eu sabia o que eu era mas eu não sabia o que que era... Aí elas pegaram e falaram assim: “Mano, você não é lésbica, você é um FTM... pesquisa aí” E tal, aí a partir daquele dia eu comecei a me identificar. Eu falei: “Não, cara, é aqui que eu to...é aqui que eu me encaixo. É aqui que eu vou viver feliz!” E foi a partir daí que... aí eu falei: “Não, agora eu assumo aqui a minha identidade e vou pra luta!” Que foi aí que eu comecei realmente a luta dentro do Movimento, criando o Movimento de Homens trans.

Leonardo: Você participou de eventos importantes como o ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis e Liberados que atuam na Prevenção da Aids) já como homem trans também...

Alexandre: Tudo... O primeiro que eu participei foi um internacional que foi o Mauro Cabral que organizou na Argentina em 2005, onde eu encontrei outros homens trans... foi muito bacana! De vários países, né, foi um encontro que eu não sei se ainda tem, mas a gente passou acho que foram 15 dias em Serras de La Falda e foi muito rico porque eu comecei a conhecer o movimento que o Mauro já trazia e outros homens trans. E aí também comecei a entender as diferenças de cada homem trans, que não era

padronizado: “Ser homem trans é isso!”. Como aqui no Brasil ainda tem essa questão... não, tinha homem trans lá que estava de coturno, calça de exército e uma blusa de lantejola, maquiado. Isso em 2005, a gente vê isso agora, depois que veio toda essa discussão da não binariedade e tal, mas, porque a gente sempre foi engessado que homem trans tinha que ser padronizado, aquela coisa cisnormativa. E aí depois eu participei do ENTLAIDS, a primeira vez que eu fui ao ENTLAIDS acho que foi também em 2005 (agora não me recordo se foi em 2004 ou 2005, não sei qual que foi primeiro...). Mas aí, a Keila já me colocou ali, representando como homem trans, primeiro homem trans lá, foi muito legal...muita gente, conheci muita liderança e a ANTRA nessa parte também foi muito importante para a visibilidade. Mesmo que, a ANTRA a gente discute muito, né?! A ANTRA sempre foi muito importante nessa fala, né: “A gente vai dar o passinho, mas vocês têm que caminhar sozinhos...”. Então, assim, a ANTRA é a ANTRA e aí nasceram outros movimentos: O IBRAT, o ABHT...nasceram outros movimentos, mas foi muito importante participar do ENTLAIDS como primeiro homem trans dentro do ENTLAIDS porque a gente consegue visualizar qual é a diferença (a diferença que eu digo são as especificidades...) dos homens trans com as mulheres trans e as travestis, então foi muito importante também. E aí eu participei de vários ENTLAIDS e outros meninos também participaram e aí começaram a chegar os meninos, foi muito importante.

Leonardo: E em relação ao fato de você ser um ativista (você falou do início da sua trajetória como ativista), tem algum impacto ou relação com a sua paternidade?

Alexandre: Não, com relação a isso nunca teve, não. Mesmo porque eu sempre trouxe a minha filha, Bruna, comigo no movimento. Então, assim, sempre foi muito claro, real. Assim: Eu sou um homem trans pai. Tem a questão aí de que a Bruna criou o termo “Pãe”, eu não sei se já existia, mas ela foi, pra mim, a primeira pessoa que falou isso. A Bruna sempre participando das coisas comigo, tanto do movimento de drogas e redução de danos quanto no movimento LGBT, a Bruna sempre esteve ao meu lado.

Então, assim, sempre conversei muito com a Bruna. Nunca escondi da Bruna as minhas opções, as minhas escolhas, a minha identidade...nunca. A Bruna sempre soube que eu gostava de menina, até onde eu me identificava como lésbica, aí quando eu me reconheço como homem trans, tive um papo superbacana com ela. Falei: “Olha, agora não é mais “mãe”, é “pai "...”, Aí teve um processo na cabecinha dela e com 13 anos ela pegou e falou: “Ah, então você não é mais “mãe”, vai ser “pãe "...”. Aí quando eu começo a minha transição, tomando hormônio e tudo, que eu mudo toda a minha aparência, que eu começo realmente a fazer a transição, vamos dizer assim, ela chega e fala pra mim: “Ah, agora não vou mais te chamar nem de “mãe”, nem de “pãe”, vou te chamar de pai!”. E ela, no ativismo dela (porque eu vejo como um ativismo), começa a trazer isso para os amigos. Aí a Bruna começa o ativismo pessoal dela, com relação a transmasculinidade. E sem eu falar nada... entendeu? partiu dela... Aí ela começou a falar com os amigos, falar: “Não é mais minha “mãe”, não é mais meu “pãe”, é meu pai!” e aí ela começa a explicar o que eu era. Isso foi muito legal! Minha relação com a Bruna é muito forte e muito boa. Teve um episódio que, sempre saí ela com os amiguinhos e o namoradinho e o namoradinho falou assim: “Mas aquela sua mãe não vem não, né? Não quero passar vergonha...” Ai ela falou: “Ah, então fica com os seus amigos...”. Aí teve a questão da escola, eu fui em uma reunião de pais e aí terminou a reunião, fui embora, aí ligam da escola que a Bruna tinha batido em um menino, tinha quebrado a cara do menino. Aí eu chego lá, a diretora me chama na sala e aí eu falei: “Mas por que ela fez isso?” Aí falaram: “Ah, porque ela naturalizou uma coisa que não é normal...o menino chamou você de sapatão e ela quebrou a cara dele. Ela disse que você não era sapatão e que não era problema dele...” e aí ela falou assim: “Isso não é normal em uma criança, aceitar isso... Ela precisa de acompanhamento.” ai eu falei: "Opa...perai, quem precisa de acompanhamento é a senhora!”. Até mudamos de escola... e aí a Bruna sempre me apresentou para os amigos, para os pais dos amigos, dos namorados como pai. E ela fala abertamente, aí tem umas pessoas que perguntam

assim: “E quem é a sua mãe?” E ela fala: “Ele!” Aí perguntam: “Não estuo entendendo: Quem é seu pai? Quem é sua mãe? E ela responde: “É ele! Ele é meu pai e minha mãe, meu “pãe”, minha mãe, meu pai, é tudo!”. E aí a Bruna chega e fica grávida e aí começa a minha militância junto com a militância da minha filha. Minha filha de um lado, com as pessoas cis praticamente, e eu fazendo a minha militância dentro do movimento mesmo. 16:50

Leonardo: Sobre os movimentos que você participou, você acha que teve alguma retaliação ou algum preconceito em relação a você ter engravidado? Temas como aborto, gestação e paternidade, houve algum preconceito? Alguém chegou a se afastar por causa disso?

Alexandre: Não, dentro do movimento, não. Porque eu já cheguei pai, então não teve. Mesmo que na época, nessa época que eu começo ainda não se falava muito, né, de homens trans grávidos e essas coisas. Apareceu primeiro foi aquele menino dos Estados Unidos, eu acho, né?! Mas também tem uma questão importante da minha época... (Quando eu falo da minha época, Leo, é porque a militância tem uma trajetória e essa trajetória, ela começa bem “careta”. A gente fala de ser homem trans em uma época em que para ser homem trans, você tinha que assumir aquela coisa machista, aquela coisa do homem tóxico, sabe?! Então você não pode fazer algumas coisas, tipo, “Não posso pedir uma Malzbier no bar porque se não é bebida de mulher”, “Não posso cruzar a perna, só posso daquele jeito “macho”, “Não posso falar “querido””, “Não posso ser educado porque ser educado também é coisa de mulher”, dar beijo, então, imagina, né? Então quando eu falo dessa “época” é isso... Era mais aceito/mais aceita a minha “*pãeternidade*” nessa época porque foi fruto de uma violência. Uma violência sexual... porque a minha filha é fruto de um estupro coletivo e corretivo que eu tive. Que era para me ensinar que eu nasci mulher e eu tinha que ser mulher. Isso foi em 1990. Então isso era mais aceitável porque foi um estupro, porque não foi uma decisão minha: “Ah, quero ser pãe/mãe ou pai”. Por isso que era mais aceito, hoje não, hoje

you see another vision and so..., but in that era it was like that. It wasn't from the movement, but there was also a distancing from my lesbian friends, because, like, I "betrayed" lesbianism by getting pregnant. But also not within the movement. Within the movement, no, because I was already a dad. I was already banking, really: "It's like that and ready! This doesn't leave me more man, less man, more masculine, less masculine... that's me" What I was hearing was: "If it was sexual violence, you could have aborted..." At that point I said: "No. I didn't want to abort, it was my choice!" At that point they said: "Ah, but because of your religion?" And I responded: "No! It was my choice, I didn't want to abort. I wanted to have a daughter!" And that was where I gestated and gave birth to a beautiful woman. Because today she is a beautiful woman, she's 30 years old. (min 20:36)

Leonardo: Você teve algum problema com relação a gestação? Com cuidados gestacionais e neonatais? Teve alguma questão em relação a isso?

Alexandre: Não. Não, porque na época eu ainda não tinha feito a transição, né, então... Eu era uma pessoa bem masculina, sempre fui, nasci menino, praticamente (risos). Acho que quando bateram na minha bunda, eu falei: "Qual que é, rapaz?", né? Deve ter sido isso (risos). Era diferente, né, você estar em um espaço feminino, muito feminino... então, assim, ir ao ginecologista fazer pré-natal (obstetra que fala, né? É, acho que é...) ... Ir lá, fazer o pré-natal, é tipo: chegar na sala, aquele monte de mulher com vestido, tudo lá e eu de calça ou macacão com bota (na época se usava umas botas da Kildare, bem machão mesmo!) e chegar com aquele barrigão. Só não tinha barba na cara, mas a cara, né, já identificava. Então, assim, era o único momento, assim, mas com relação ao médico foi normal, foi tranquilo. Foi feito o pré-natal certinho... aí vem a parte do parto, a hora do nascimento. Que aí foi muito interessante: Eu decidi fazer cesárea, por uma questão de corpo, não quis fazer parto normal; sou muito a favor do parto normal, mas pra mim não cabia, aí tive o neném lá, me lembro que eu estava no quarto e chega a Bruna toda enroladinha igual a um charuto. E tinha uma mulher no quarto e ela falou assim: "Ah, é melhor desembrulhar essa criança porque eles não

contam quando vem com um defeitinho!”, olha o jeito que a mulher falou... Aí eu falei: “Ah, é?”. Desembrulhei e tal e aí eu vi que ela tinha dois dedinhos coladinhos, mas o resto tudo tranquilo, aí tentei embrulhar lá do jeito que eu não sabia, quase caiu o charutinho lá... Aí a Bruna começa a chorar, assim, sem parar. E chora, e chora e eu assim: “Meu Deus, o que está acontecendo com esse neném? O que está acontecendo com esse neném?”. Entra a enfermeira no quarto e ela fala assim: “Por que essa criança tanto chora?” E eu falei: “Não sei, começou a chorar ai...Não sei.” A enfermeira diz: “Já amamentou?”, eu peguei e falei: “Não, ninguém trouxe a mamadeira.”, nesse momento a mulher fala: “Não, é assim...” e foi colocando a mão no meu peito... Foi quando eu dei um tapa não mão dela e falei: “Opa, aqui ninguém põe a mão, nem ela...” apontando para a Bruna. Daí ela diz: “Não, mas ela tem que tomar leite materno porque não sei o que...” e eu falei: “Não, aqui não vai, não vai ninguém tocar.”, porque para mim as mamas eram uma coisa muito ruim. Acho que era onde me identificavam não pertencente ao meu gênero, que eu sou. E aí uma amiga pegou e falou assim: “Olha, vamos fazer assim: vou comprar uma bombinha, você tira o leite e ela toma na mamadeira.”. Aí enquanto ela foi providenciar isso, primeiro que eu não iria deixar mesmo, aí o hospital, de maternidade pegou e começou a dar o leite do banco de leite para a Bruna e aí eu fui dando. Até dois anos de idade era o leite materno, não deixou de ser, que eu também acho importantíssimo, mas foi através da mamadeira e da bombinha. Aí a Bruna cresce, começa a crescer e vem a questão da criação: ser pai e mãe ao mesmo tempo. É uma coisa difícil, mas maravilhosa, principalmente quando você consegue mostrar para a sua filha (no caso, minha filha) toda a diversidade que existe. Eu tenho um histórico de que aos 3 anos minha mamãe morre de AIDS, casada...

Leonardo: Com homem?

Alexandre: É. E aí vem todo aquele julgamento: “Como assim? Ela não pegou do meu pai...” e aí vem todo um questionamento, aí você coloca isso que com o tempo as pessoas vão falando. E falando de 91, minha mamãe morreu em 95, 95 ainda era a

peste gay, a coisa de prostituta, era aquela coisa horrível, né. E aí vem os julgamentos e, assim, eu sempre amenizando e realmente: Mano, ninguém é obrigado a ficar com ninguém. Se ela teve um casamento extraconjugal... e aí eu fui ensinando para a Bruna essas questões: de que ninguém é de ninguém, de que seu corpo é seu corpo, sua regra... isso vem com a Bruna. Então a Bruna tem uma cabeça que é incrível! Aí eu vou falando com o tempo, com a Bruna, sobre as minhas transformações, vamos dizer assim... mas eu vou mostrando para ela essa diversidade. Então o mais bonito na adolescência da Bruna é que as amigas da Bruna que ela saia, que ela ia para a praia, que ela viajava, eram travestis e transexuais. Sempre! Ela mandava foto e ela ia mesmo... e se alguém mexesse com alguma das meninas, era barraco. Então, assim era muito legal, ela tem uma relação com a Alessandra Saraiva, com a Adriana, a Drica bonita... então, assim, ela tem essa relação. E sempre teve! Com travestis, transexuais e homens trans. É uma coisa muito dela. A Bruna é hétero, a Bruna é cis, a Bruna é casada, tem uma filha, sou vovô... E quando a Bruna aparece grávida, a Bruna também decide (mesmo que o pai da menina, na época, não quis assumir), ela peita também essa maternidade. E ela me chama: “Você tá comigo? Você vai ser vovô...” e aí eu revivo tudo aquilo. É muito legal, cara, eu revivo tudo aquilo. E aí é pior, viu? ser avô... é pior. Porque aí você vai comprar roupinha, você vai comprar coisa, é uma segunda maternidade, mas ela é mais para o lado do dengo, sabe? Porque eu não vou dizer que foi fácil, que foi um paraíso. Porque eu era sozinho... que nem eu falei, mamãe morreu quando eu tinha 3 anos. Então, assim, criar uma criança em um corpo trans em uma sociedade hipócrita, em uma sociedade preconceituosa não é fácil. Porque as pessoas começam a querer interferir na sua criação: “Ah, você não pode fazer isso perto dela.”, perto dela, eu não estou falando de sexo... é de tipo, ter uma namorada. “Você não pode.”, não, sempre foi muito às claras. Até eu brincar e falar assim (brincando, imagina, Bruna tem a vida dela...): “Aí, eu não vejo a hora de você entrar com uma namoradinha aqui...”, aí ela dizia: “Aí, pai, eu não vou entrar com uma namoradinha,

no máximo eu vou ser bi!”, ela falava, ela falava mesmo: “Vou ser bi!”, “Não, lésbica, não. No máximo vou ser bi!”. E foi indo, mas a Bruna sempre namorou meninos, tem muitas amigas da escola que são lésbicas. Até ela falou assim: “Pai, você precisa conversar com uma amiguinha minha que ela acha que ela é que nem você!”, aí eu falei: “Ah, vamos conversar...” né. Ela leu um negócio lá e aí, assim, a gente conversando, não sou psicólogo, não sou formado, mas eu tenho vivência... então assim, conversando e tal, ela falou: “Ah, não sou não...eu sou lésbica mesmo”. Porque também teve essa imposição, né?! Quando a menina lésbica era mais masculinizada, já falavam que era homem trans, teve isso, teve essa passagem também dentro do movimento.

Leonardo: Hoje está menos pior?

Alexandre: Hoje está menos pior, hoje não... é, hoje tem a não binariedade.

Leonardo: Então você está dizendo que o fato de você ser homem trans teve impacto na criação da sua filha e com uma educação desconstruída desses estereótipos?

Alexandre: Aham, total! Total, Leo... eu tive oportunidade de mostrar para a minha filha que o mundo não é só duas caixinhas. Existem inúmeras possibilidades. A primeira vez que a Bruna quis fumar Narguilé, eu falei: “Vai fumar, mas aqui perto de mim!”. Teve umas coisas que até eu estranhava, eu falava: “Eu detestava isso nos meus pais, mas estou fazendo igual”, mas eu acho que é uma questão de proteção. Pra te falar: tinha um grupo de amigos que ficava na rua (que hoje não dá mais pra fazer isso, na época dava) sentadinhos fumando lá, então dava a hora, entrava. Mas eu fui lá e comprei, banquei, falei: “Não, pode fumar.” né, os amigos dormiam em casa, tinha até uns amigos dela que falavam: “Cara, queria ter um pai igual ao seu!”, “Não, é muito legal, o seu pai!”. E assim, nenhum dos amigos, eu nunca ouvi nenhum dos amigos da minha filha questionarem a minha sexualidade. E sempre me chamaram pelo meu nome Alexandre, nunca usaram, isso são meninas e meninos, que nunca usaram “ela”, o pronome. Sempre “ele”, tinha uns que falavam “senhor” ainda e isso foi muito legal. Eu tive um problema seríssimo na questão da minha neta, que aí foi uma questão muito

séria que eu acho a mais grave dentro dessa relação de parentalidade/de paternidade, sabe? Eu vou chegar nisso..., mas aí a Bruna vem, fala que eu ia ser avô e tal, aí fui aquele avô babão, sou até hoje. A Mariana é uma criança também que aí junta eu e a Bruna em uma militância também. Até teve a primeira caminhada trans que eu também participei junto com o Lam, com outros meninos, o Lourenzo, um outro menino da SSEXBBOX, eu não lembro o nome. A gente fez e no final, em cima do trio teve as falas e a Mariana queria falar. Aí a Mariana pega, só que ela não podia subir no trio, acho que tem uma regra por causa do tamanho dela, né. Aí a Alicia Kruger desceu o microfone e falou: “Vamos deixar ela falar!”, aí ela pegou e gritou: “Meu vovô é Frans (sic)! Viva!” e aí foi muito legal. A Mariana, a gente, eu nunca precisei chegar na Mariana e explicar.

Leonardo: Mariana é sua neta?

Alexandre: É, Mariana é minha neta...

Leonardo: Quantos anos ela tem?

Alexandre: Ela tá com 10. Vai fazer 10... vai fazer 10 agora em julho. Mariana nasceu um dia antes do meu aniversário. Por 4 horas não é no mesmo dia que eu (risos). Uma cancerianazinha também. E aí, assim, a gente não precisou. Para a Mariana, eu sou o vô, ela não questiona nada. Eu sou o vô. E a Mariana participou do processo da mamoplastia e eu lembro que eu fui pro hospital, fiz a mamoplastia, quando eu voltei, ela falou assim: “Aí, vovô, agora você não tem mais tetas, que bom! Você está feliz?”. Então, assim, a Mariana sempre teve uma tranquilidade, a Bruna então... e a Bruna me ajudou nessa coisa, porque não precisou chegar para a Mariana. A Mariana não tem acesso muito a internet, essas coisas, então não foi uma descoberta que ela fez na internet. A gente só naturalizou, não precisava falar. A gente deixou acontecer...

Leonardo: Ela viu na prática, na vivência dela mesmo, com a família... Com o avô dela...

Alexandre: É! Sim... até que um dia ela me viu, antes da mamoplastia, ela me viu fazendo xixi sentado. Aí ela abriu a porta do banheiro, assim... aí ela falou: “Ih, vovô, ta fazendo cocô?”, aí eu falei: “Não, o vovô tá fazendo xixi!” e ela perguntou: “Sentado?”, aí eu disse: “É, é mais confortável...nossa, muito mais confortável ficar aqui sentado.”. Aí, cara, ela saiu, sabe? Ela saiu. A Mariana tinha um amiguinho, que também é um menino incrível, o Aba. Que o Aba e ela conversam muito (conversavam, né...), aí eles falavam muito de mim, então, assim, eles conversavam... eu os pegava falando assim: “Está melhor o vovô sem teta?” (eles falam “teta”), “Sem teta está muito mais bonito!”. E aí ela fala assim: “Só não tira a barriga, vovô, porque é meu puff...” (risos), ela fala. Ela chegou aqui sábado e já falou assim: “Ai, meu puff gostoso...” e sempre foi assim. Eu e a Mariana temos uma relação desde a barriga da Bruna. Eu sempre conversei com ela, eu sempre coloquei música... A Mariana, ela tem um gosto musical muito bom. É claro que hoje tem uma influência dessas músicas, né, mas ela tem que aprender também, ela tem que curtir tudo. Se a gente fala em diversidade, ela tem que curtir tudo. Curtir, não, ela pode experimentar e ver o que ela vai tirar, né? [...] O que foi que ela falou agora? Ah, a Mariana veio aqui sábado e ela falou assim: “Tu é famoso, hein, vovô?” Aí eu falei: “Por que?”, aí ela disse: “Teve um intervalinho na aula de informática e eu pus seu nome lá. Tem muita foto, vovô... Nossa, você é um Frans (sic) muito famoso!”

Leonardo: Frans... (risos)

Alexandre: É! Ela não muda... ela já sabe. Aí eu ia contar uma coisa que aconteceu que eu acho grave, achei muito grave. Como a Mariana nunca teve esse questionamento do que eu era, de como eu sou, dessas coisas, porque a gente nunca... o pai biológico dela, a gente tinha muita treta por questões pessoais. E um dia essa menina chega em casa e fala assim: “Vovô, você não é homem! Você é mulher.”. Cara, sabe quando você paralisa? Porque ela nunca tinha falado sobre isso. Ela nunca tinha falado

nem de homem, nem de mulher, ela não tinha falado “Você é homem” ou “Você é mulher” ...

Leonardo: Era vovô tudo...

Alexandre: Era vovô. Eu paralisei, cara. Juro por Deus! Eu fiquei estático. Eu falei: “Do que você tá falando?” e ela falou: “Meu papai me disse que você é mulher!”, mas ela veio de um jeito que eu nunca tinha visto. Agressivo! Foi ele que passou isso para ela. Aí foi o momento que eu me senti com ela... falei: “Olha, a gente nunca falou disso, mas olha para o vovô. Eu sou mulher? Eu tenho cara de mulher?”, daí ela: “Aí, meu pai é um louco mesmo, né? Ai, meu pai é um louco...”, aí eu falei: “É, seu pai é um louco!”. Aí eu contei para ela... eu contei para ela e sabe o que ela fez, Leo? Ela se levantou e falou assim: “Vovô, vamos jogar?”. Eu contei e acabou o assunto ali, nunca mais se tocou nesse assunto! Ela simplesmente levantou e falou: “Vovô, vamos jogar!”, porque a gente jogava muito jogo de tabuleiro. E a gente foi e seguiu a vida. Aí chega à eleição do dito cujo, o dito cujo ganha, entra minha neta em casa apontando os dedinhos como arma e falando assim: “Bolsonaro!”. Eu paralisei de novo. Falei: “Que porra é essa?”, e ela: “Meu papai mandou dizer! Bolsonaro!” e eu falei assim: “Olha, vovô vai falar uma coisa para você: “Bolsonaro ganhou? Está bom, eleição, né... mas esse sinal de arminha não é legal! É violento, não faz mais isso...”, daí ela falou assim: “Vovô, mas o que é “Bolsonario” (sic)?” (ela fala “Bolsonario”). Ela nem sabia o que (ou quem) era Bolsonaro... e eu falei: “Bolsonaro é um cara que ganhou a eleição, ele não é do bem, ele é do mal, ele não gosta das pessoas como o vovô e tal...” aí ela me abraçou, chorou e pediu desculpas. Aí eu falei: “Não, não precisa pedir desculpas, só não faz mais isso, está bom? Apontar arminha para os outros é ruim!” e outra coisa que morreu o assunto. Então, a Mariana, minha neta, passa todas as férias aqui. Ela faz questão! Então se ela tem um mês de férias, 15 dias é comigo, ela não abre mão. Então já tá no caminho andado... feriado prolongado, se ela não tá no pai dela, ela tá aqui. A relação

que eu tenho como avô/como pai é incrível! Ela chama a Lelê de vó e a Lelê a chama de neta.

Leonardo: Amigo, eu já ouvi uma vez de um outro rapaz (que também é avô) que teve problema na documentação. Parece que tinha uma questão de que o filho dele não mudou o nome dele na documentação e ele tem certos receios de pegar a neta porque o documento do filho não está retificado. Você passou por isso ou tem alguma experiência nesse sentido?

Alexandre: Eu fiz toda a retificação, mas a Bruna não fez nos documentos dela ainda. Faz tempo que eu fiz, viu?! E a Bruna não fez..., mas a gente não tem esse problema, não. Porque, Leo, no documento da Bruna só tem meu nome, não tem nome de... (porque antes tinha pai e mãe, agora afiliação) então só tem o meu nome. E, assim, viajar com a Mariana sozinho eu nunca viajei, entendeu? Mas quando a Bruna vem, ela traz a documentação. Eu já fui ao hospital com a Mariana, levar a Mariana e nunca tive problema, não. Mas eu acho importante, eu acho que é a questão de eu cobrar mais a Bruna mesmo porque não muda só o meu documento. Muda o documento da Bruna e da Mariana, como avô materno, aí vai ficar interessante... (risos)

Leonardo: “Pãeterno” (risos)

Alexandre: “Pãeterno!” (risos) Vamos criar! Mas com relação a isso, eu não tive essa experiência porque eu nunca viajei sozinho com a Mariana. Mas a Mariana vem e..., mas é que a Mariana já é maior, né...

Leonardo: Já é grandinha, né?

Alexandre: É, já é grande..., mas a documentação, ela não mudou ainda. E eu fico pensando na questão e aí é uma coisa que eu nunca perguntei para ninguém também, que é a questão de que tipo: quando a gente tem o PIS, quando a gente tem o CPF, é só o nome da mãe que vem. Tanto que se você for fazer uma pesquisa, é o nome da sua mãe. Como não existe mais esse nome, se a Bruna procurar com o meu nome, acho que não vai aparecer mais. Eu nunca perguntei, assim, acho que ainda falta uma

discussão sobre essa questão da mudança ser em tudo, né?! É aquela coisa que eu falei na live, né, as coisa não são guarda-chuva; Não pinga lá e respinga e pronto, né? Essa é a questão do exército, a questão da prisão...

Leonardo: O título de eleitor também é assim...

Alexandre: É, o título de eleitor também é com o nome da mãe. Então, assim, não sei como ficaria. Mas aí para nós é tão natural que a gente não se preocupa com a documentação, com essa burocracia...

Leonardo: E para terminar, amigo, o que você tem para dizer para essa nova geração? Você que já é pai, avô, diga para quem quer ser pai e para essa nova militância que está chegando? Você quer falar alguma coisa?

Alexandre: Cara, eu acho que tem que vivenciar tudo o que eu não pude na época, sabe? Ser feliz. Hoje em dia a gente consegue. A mídia deu uma ajudada (mesmo que faça muita merda, né...), ela deu uma ajudada nessa questão de mostrar que essa possibilidade existe. Não tem mais aquele tabu: “Homem não engravida”. Homem engravida sim, homem tem vagina sim, homem trans pode ser gay... então, assim, você quer ser pai? Quer ser mãe? Quer ser “pãe”? A nomenclatura é você quem vai dar. Vai e seja feliz! Mas seja um pai ou uma mãe que não vai esconder dos filhos. Isso é uma coisa muito importante, é ser natural! Você não precisa sentar-se com a pessoa e falar assim: “Olha, eu nasci assim, sou assim...”, não. Seja o pai, seja avô, não precisa falar. A gente já tem tanta dificuldade com esse “ele/ela”, com essa gaveta de binariedade, não...deixa fluir, deixa ir. Crie seu filho como pai...se você quiser também, se você quiser criar como mãe em um corpo masculino, você também pode. Você pode dizer “eu sou mãe dela!” com barba, sem peito. Por que não? Porque a gente está em um outro movimento, em uma outra... e se a gente não fizer isso, a gente vai ser barrado de novo das coisas. É peitar! Se eu quiser falar que eu sou mãe da Bruna, eu vou ser mãe da Bruna. Ninguém vai me tirar isso! Porque eu estou dizendo, se eu to dizendo que eu sou homem, eu sou homem e ponto. Se eu to dizendo que eu sou mãe, que eu sou pai, eu

que estou dizendo. Porque é a minha vivência, é a minha experiência de vida. Assim, acho que a molecada hoje tem que botar isso para frente também, sabe? Sem medo! E se tiver algum entrave no meio, chama a galera da antiga, junta de novo e vamos pra cima. É isso (risos)...

Leonardo: Valeu, amigo!

Alexandre: Valeu!



Foto: Xande em sua casa recebendo Leonardo com sua esposa Letícia para entrevista (acervo caseiro)

Trans Fatherhood on stage: Interview with activist Alexandre Peixe

Abstract: In addition to being a pioneering activist, Xande is a father and grandfather. In this interview, we visualize Xande's story, from the perspective of his fatherhood and how this experience impacted his life. Reports on activism, pregnancy, breastfeeding, a bit of the beginning of the history of the Brazilian transmale movement, among other topics will be discussed in this interview that is also marked by the generation.

Keywords: fatherhood, parenthood, life history.

Recebido: 21/06/2023

Aceito: 26/06/2023

Em defesa de parentalidades transmasculinas: uma crítica transviada ao [cis]feminismo

Cello Latini Pfeil¹
Bruno Latini Pfeil²

Resumo: Almejamos, neste ensaio, desenvolver uma crítica a movimentos feministas e a estudos de gênero que, em suas elaborações sobre direitos sexuais e reprodutivos, não abarcam as demandas das transmasculinidades e/ou não reconhecem a existência de pessoas transmasculinas em sua ampla diversidade. Ao termos nossas demandas e sugestões ignoradas no seio tanto de instituições de ensino – responsáveis por produzir um saber considerado científico – como de movimentos sociais feministas, observamos algo comum às vivências transmasculinas: o apagamento de nossas narrativas e o irreconhecimento de nossas existências. É objetivo deste ensaio, então, apontar para esses processos no que tange à gravidez, direitos reprodutivos e parentalidades nas transmasculinidades.

Palavras-chave: Gravidez; Direitos Reprodutivos; Parentalidade; Transmasculinidade; Transgeneridade.

¹ Professor Substituto do Departamento de Ciência Política da UFRJ. Doutorando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Especialista em Teoria Psicanalítica Freud-Laciana (CEPCOP/USU). Pesquisador do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias da UFRJ (CPDEL/UFRJ). Coordenador do Núcleo de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT). Coordenador da Revista Estudos Transviados. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: mltpfeil@gmail.com.

² Psicólogo (CRP05/71525). Mestrando em Filosofia (PPGF/UFRJ). Graduando em Antropologia (UFF). Pós-graduando em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política. Coordenador da Revista Estudos Transviados. Membro do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (UFRJ). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: brunopfeil8@gmail.com.

Neste breve ensaio, almejamos analisar os atravessamentos transmasculinos dos processos de gestação e parentalidades por uma lente de análise decolonial e crítica da normatividade cisgênera. Argumentamos que a dicotomização das figuras mulher/mãe e homem/pai reproduz postulados alinhados ao que inúmeras correntes feministas rechaçam – a subjugação de mulheres com base em biologicismo, a fixação de homens como provedores e chefes de família, a inferiorização intelectual de mulheres; e tais postulados não podem ser analisados sem considerarmos que sua imposição corresponde, também, à imposição do eurocentrismo e ao apagamento de organizações sociais de sociedades não-europeias, ou que não acordassem com as normativas patriarcais da modernidade.

Ainda que movimentos por emancipação feminina se organizem em direção à ruptura com estes padrões, observamos a reprodução do biologicismo em se tratando de gravidez e parentalidades nas transgeneridades – ao não serem levados em consideração corpos transmasculinos, por exemplo, nas lutas feministas pela legalização do aborto, ou em estudos sobre direitos reprodutivos. A naturalização da cisgeneridade se faz presente em espaços que, a princípio, se contrapõem àquilo que a fundamenta – a modernidade/colonialidade. Pretendemos, então, apontar para esta naturalização no campo dos estudos de gênero, tratando especificamente de gravidez, aborto e parentalidades nas transmasculinidades, por uma ótica crítica da cisnorma e da modernidade.

Para tanto, iniciamos nossa escrita com o questionamento: onde se localizam as transmasculinidades nestes campos, nos debates sobre direitos reprodutivos e parentais, nas lutas por legalização do aborto? Traçamos um breve histórico das transformações do feminismo hegemônico, com teor crítico. Delimitamos os marcadores deste feminismo e as vozes que surgem em contraposição ao mesmo, denunciando as naturalizações e os apagamentos produzidos. Em seguida, apresentamos o cenário em que estamos inseridos, como corpos transmasculinos, no campo da saúde; as violências às quais

estamos expostos; os desafios que enfrentamos. Argumentamos que os atravessamentos das transmasculinidades não se espelham nas cisfeminilidades, devendo ser compreendidos como experiências e possibilidades singulares de constituição subjetiva e corporal. Damos início, portanto, ao desenvolvimento deste ensaio, apostando sempre na possibilidade de traçar novos caminhos em meio às lutas por emancipação e desvencilhamento de normas já tão enrijecidas.

Desenvolvimento

Ao refletirmos sobre as noções de masculinidade e parentalidade, podemos pensar nas associações entre signos específicos: o patriarca, provedor, chefe de família, que passa o dia fora para suprir as necessidades de esposa e filhos; o pai cuja filha se torna sua princesa, o pai cujo filho se torna seu campeão, etc. Em contraste à figura do pai, há a figura da mãe, também envolta por símbolos e representações próprias. Tais figuras correspondem a noções de masculinidade, feminilidade e parentalidade construídas sobre a lente heterossexual do patriarcado branco europeu e, como pretendemos abordar aqui, a referida lente também é cisgênera e endossexo.

O que procuramos analisar aqui é a trama de disputas que atravessa o processo de gestação e de parentalidade em corpos transmasculinos, tendo em vista que as categorias de masculinidade e feminilidade se alicerçam e se aliam às colonialidades: cisgênera (PFEIL & PFEIL, 2022), de gênero (LUGONES, 2020), do saber (MALDONADO-TORRES, 2018) e do poder (QUIJANO, 2005). Colonialidade cisgênera, pois corpos trans são atravessados por uma marginalização histórica; de gênero, pois se impõem hierarquias com base em divisões de raça e gênero; do saber, pois se percebe a qualificação ou desqualificação da produção de conhecimento com base na leitura social racializada e generificada que se faz sobre determinado corpo; e do poder, pois a distribuição de poder é atravessada pelo racismo/sexismo característico

da modernidade/colonialidade. Tais colonialidades se ramificam de diferentes formas conforme a leitura social do corpo, com seus atravessamentos de gênero, raça, classe, deficiência, territorialidade, dentre tantos outros.

O que procuramos compreender aqui é como sujeitos transmasculinos se encontram nessa estrutura moderna/colonial e se afetam por ela, no que diz respeito à gestação e à parentalidade. Como violências patriarcais se reproduzem sobre transmasculinidades gestantes? Discutir essas questões é objetivo de nosso estudo, e recorreremos a debates feministas como ponto de partida, na medida em que os feminismos se configuram como arenas de disputa e de elaboração sobre o tema da gravidez e dos direitos reprodutivos. Nesse sentido, como primeiro impulso, questionamos qual seria o lugar das transmasculinidades nos feminismos. Pretendemos compreender as relações entre as colonialidades, os discursos feministas sobre parentalidade e as transmasculinidades. Fazemos, de início, um breve histórico sobre as reformas do feminismo hegemônico.

Segundo Coacci (2014), a partir da década de 1980, ocorre uma reestruturação no feminismo motivada especialmente por contestações de mulheres negras e lésbicas. O feminismo ‘universal’, composto por mulheres brancas de classe média [e, como pontuamos, cisgêneras], cindia com os “outros” feminismos, que seriam de mulheres negras, lésbicas, indígenas, de pessoas trans, LGBTI+, etc. O feminismo que trouxe e traz à tona reivindicações fundamentais para a garantia de direitos reprodutivos acabava por não considerar, em seus discursos e movimentações, corporalidades que não as de mulheres cisheterossexuais, brancas, endossexo. Tais reestruturações, segundo Coacci (2014, p. 138), “denunciavam que as feministas mais antigas falharam em compartilhar o poder e com isso o movimento feminista repetia uma forma patriarcal de fazer política, que resultava em hierarquias e invisibilização de algumas e exclusão de outras”.

O que se percebia – e infelizmente ainda se percebe – é a reprodução da organização moderna/colonial em movimentos emancipatórios: mulheres cis brancas reproduzindo a exclusão e o silenciamento de mulheres trans, negras, lésbicas. No caso em questão, mulheres cis, brancas, burguesas, heterossexuais e endossexo estariam universalizando sua narrativa e excluindo corpos que não os delas mesmas. Compreendemos que essa exclusão se fundamenta em dois pilares: uma concepção moderna/colonial da ideia de mulher, isto é, a Mulher com “m” maiúsculo; e a luta contra a ideia de autoridade masculina, ideia esta que generalizaria a concepção de masculinidade, alocando todas as pessoas consideradas homens em um mesmo lugar de opressão, sem levar em conta racismo, transfobia, homofobia, etc.

O conceito de masculinidades hegemônicas, desenvolvido a partir da década de 1970 (ALENCAR, 2017), coincide temporalmente com as críticas de feministas negras e lésbicas às exclusões do feminismo [cis]³branco-burguês. A legitimação de um indivíduo como feminista e sua participação em movimentos sociais ocorreriam por intermédio desse feminismo – que, apesar de ter inserido o conceito de “gênero” nos movimentos sociais e em discussões teóricas, o abordava sem levar em conta marcadores de raça. Nesse sentido, tornou-se necessário desuniversalizar a categoria de “mulher” e passar a pensar em “mulheres”, de maneira plural, sempre considerando marcadores de privilégio e diferença. Como escreve Pedro (2005, p. 82):

as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas.

³Utilizamos “cis” entre colchetes pois, ainda que não se empregasse o termo “cisgeneridade” à época, este feminismo, em sua época, reproduz a universalização da cisgeneridade.

Ao passo em que a categoria de gênero ganha corpo na década de 1970, em paralelo ao crescimento do feminismo negro e lésbico, pessoas trans só se inserem nos movimentos feministas a partir dos anos 2000, porém não pelas transmasculinidades, e sim pelas transfeminilidades, que passam a receber maior atenção: “Apesar de não ser nenhuma novidade a circulação de alguns sujeitxs [sic] trans* pelos encontros, é apenas em 2005 que a participação de tais sujeitos se torna central para o debate de um encontro” (COACCI, 2014, p. 139). No entanto, assim como ocorre na atualidade, a compreensão do feminismo hegemônico sobre mulheres trans as igualava a homens disfarçados de mulheres que objetivariam invadir espaços feministas. Homens trans, por sua vez, não eram cogitados, tampouco pessoas não-binárias.

A partir dos anos 2010, as transmasculinidades passaram a ser menos invisibilizadas, mas não menos violentadas – compreendia-se que homens trans seriam mulheres que ‘sucumbiram ao patriarcado’, na ambição de se beneficiar de ‘privilégios masculinos’. Evidentemente, esta formulação do feminismo hegemônico desconsidera que o racismo é fator estruturante das relações sociais na modernidade, tal como preconizado pela colonialidade do poder e pelas hierarquias do capitalismo histórico. Como ilustra Grosfoguel (2012, p. 343):

A homofobia, o racismo, o sexismo, o heterossexismo, o classismo, o militarismo, o cristianocentrismo, o eurocentrismo são todas ideologias que nascem dos privilégios do novo poder colonial capitalista, masculinizado, branqueado e heterossexualizado.

É um poder colonial masculinizado, branco, heterossexualizado e genitalista, que sedimenta o que podemos compreender como uma cisgeneridade compulsória. Pelas elaborações do transfeminismo, que rompe com a binariedade dos gêneros e com a genitalização dos corpos, as transmasculinidades encontram espaço dentre as lutas feministas. É introduzida a compreensão de transfeminicídio às pautas de violência de gênero, assim como se reforça a reivindicação das travestilidades como identidade

política e símbolo de resistência. Apesar destes avanços significativos, ainda identificamos o apagamento das transmasculinidades nestes espaços transfeministas. Como escreve De Moura (2021, p. 114), em sua leitura crítica do transfeminismo,

[...] os pontos da agenda política do transfeminismo são sintetizados de forma que o direito sexual e reprodutivo de transhomens e pessoas transmasculinas não é pontuado enquanto uma demanda deste movimento. Considero esta uma forma de apagamento de uma luta tão importante para todas as pessoas trans.

Há também um apagamento de pessoas transfemininas negras e indígenas dentro do transfeminismo *mainstream*. No Brasil, com o trabalho de pesquisadoras como Jaqueline Gomes de Jesus, Viviane Vergueiro, Megg Rayara, Letícia Nascimento e Bruna Benevides, o cenário de exclusão no transfeminismo começa a se modificar. Contudo, devemos denotar a exclusão que pessoas transmasculinas e pessoas trans negras e indígenas sofrem dentro do movimento transfeminista hegemônico.

Ainda que se exerça um combate constante contra a colonialidade cisgênera e de gênero, reforçando o protagonismo de mulheres trans e travestis, é importante que seja lançada luz às vivências de transmasculinos, especialmente em relação a direitos sexuais e reprodutivos – que compõem pautas centrais na história dos movimentos feministas. Por entre a variedade de imaginários, normativos ou não-normativos, que envolvem a questão da masculinidade e da parentalidade, não se cogita a possibilidade – e realidade – de que homens possam gestar. Reconhecer as narrativas de pessoas transmasculinas que gestaram, estão gestando ou que pretendem gestar desestabiliza os imaginários socialmente consolidados sobre masculinidades e parentalidades; desestabiliza as fronteiras sedimentadas sobre a distribuição de poder entre os gêneros; e demonstra a fragilidade da divisão binária de gênero com base no sexo. A biologia, a ideia de natureza e a binaridade de gênero – a partir da qual se dividem os seres humanos entre

homens e mulheres, sem nenhuma outra possibilidade de corporificação e constituição subjetiva – fazem parte de uma ótica bastante específica, qual seja, a ocidental moderna.

Em diferentes territórios, culturas, períodos históricos e geografias, as concepções de sexo, de natureza etc. sofrem mutações constantes, como Margareth Mead (apud PEDRO, 2005) bem demonstrou no século XX. Analisando diferentes formas de organização social, Mead compreendeu que designações de gênero são, por vezes, centrais em algumas culturas e, em outras, podem não sê-lo, ou até mesmo não existirem tal como as concebemos no Ocidente. Ao questionar “quem é essa ciência que criou o conceito biológico?”, Monteiro (2020, p. 62) compreende que a ciência serviria, nos parâmetros modernos/coloniais, “a interesses comuns de quem a detém como poder, e quem detém tal poder pode controlar os que não o possuem”. Essa ciência universalista, que reduz corpos transmasculinos à inexistência, é a mesma que cerceia as liberdades sexuais e reprodutivas de corpos com útero, e que procura justificar violências obstétricas realizadas contra mulheres negras, como veremos adiante.

Daí a necessidade de visibilizar as transmasculinidades em estudos de gênero. As investigações sobre os impactos do patriarcalismo em sociedades ocidentais não costumam abarcar vivências transmasculinas; se concentram em como corpos com útero considerados femininos estão sujeitos a distintas violências de gênero, e ainda há um apagamento profundo sobre o reconhecimento do racismo como pilar destas violências. Tais violências atravessam as transmasculinidades de modo particular.

Esse choque não se reduz ao pensamento de que o sujeito transmasculino está ‘ocupando o lugar da mulher [cis] ao engravidar’ ou ‘exercendo sua função biológica feminina’ – tal como afirmado por inúmeros médicos reprodutores da cisnorma –, mas se estende à *breaking news* de que o sujeito transmasculino não está ocupando o lugar de ninguém, porém criando uma narrativa totalmente sua, própria de sua experiência. Assimilar o processo de gestação de uma pessoa transmasculina a uma espécie de ‘retorno’ a sua ‘original função materna’ equivale a uma interpretação errônea do que é

‘maternidade’ – isto é, da qualidade de ser mãe, que pode ou não, a depender da experiência particular, ter conexão com o processo de engravidar.

Não subvertamos o lugar de outras pessoas – no caso, mulheres cisgêneras –, mas construamos nossos próprios lugares. E isso, como percebemos, é inconcebível para alguns. Ao ‘inaugurarem’ um lugar social ‘inédito’, que borra as fronteiras da cisheteronorma, as parentalidades transmasculinas explicitam a artificialidade dos acordos firmados entre os sujeitos da dita família tradicional. A gestação transmasculina não se caracteriza somente como um processo de aproximadamente nove meses, atravessado por flutuações hormonais, mudanças físicas etc., como também acaba por ser atravessado por estigmatizações, transfobias, obstáculos institucionais, violências obstétricas, negligência médica, inabilidade profissional em assistir a pessoa transmasculina que necessita de cuidado. O ato de gestar força o corpo transmasculino a ter de se reafirmar constantemente em sua transmasculinidade e em sua capacidade parental – é comum que transmasculinos e pessoas trans em geral não sejam considerados capazes de criar filhos. A paternidade transmasculina é continuamente negada sob alegação de que, por não ter um pau, ou por não se enquadrar em um modelo corporal cisnormativo, ou por mais uma série de motivos, o sujeito trans não seria capaz de exercer a paternidade. Essas violências ocorrem em detrimento do choque simbólico entre gestação e masculinidade/feminilidade.

Alencar (2021) escreve sobre esse choque simbólico em seus estudos etnográficos com pessoas transmasculinas que gestaram. Como conciliar a experiência da masculinidade – cunhada por lentes coloniais, patriarcais, heterocissexistas – com a experiência da gestação e da parentalidade? Se a experiência da gravidez é “[...] constituída socialmente, em conformidade com o consenso da literatura nas ciências sociais da saúde” (ALENCAR, 2021, p. 29), podemos partir de outros questionamentos: como conciliar a experiência da cisheteronorma com a experiência da gestação e da parentalidade? É saudável que a uma criança sejam ensinadas, no seio familiar, as

divisões binárias de feminilidade/inferioridade e masculinidade/superioridade? Faz sentido vincular o corpo gestante sempre a uma figura de feminilidade? É lógico enlaçar a ‘maternidade’ à experiência da gestação?

Gestar, segundo Alencar, não se resume a acompanhar, no interior de seu útero, o desenvolvimento de um ser – ou mais de um – totalmente novo, mas se expande à atribuição intra e interpessoal de determinados signos, símbolos e representações. A pessoa grávida passa a ocupar um lugar social distinto daquele que ocupava antes de engravidar. E esse lugar é intimamente vinculado à feminilidade. Conforme Peçanha (2015), um corpo que gesta é sempre associado ao feminino, de modo que pessoas transmasculinas que gestam/gestaram sejam deslegitimadas enquanto pertencentes a categorias de masculinidade, até mesmo em espaços em que se defende a emancipação feminina. Acontece que o feminismo hegemônico ainda possui resistências para com pessoas trans em suas pautas (COACCI, 2014), representando-se como um *cisfeminismo*, em contraste com o transfeminismo, e se posicionando sempre a partir da ideia de autoridade masculina universal.

Embora a defesa de direitos reprodutivos deva se estender a todos os corpos que possuem útero, não é incomum que discursos feministas reproduzam transfobias e que apaguem de suas pautas corpos transmasculinos, compreendendo-nos ou como invariavelmente opressores – e transmasculinos negros são diretamente afetados por isso sob o prisma do racismo institucional, de abordagens e violências policiais – ou como corpos femininos que sucumbiram ao patriarcado.

Percebemos, então, como a defesa cisnormativa de direitos reprodutivos impacta os serviços de saúde: conforme Peçanha (2015), os serviços de saúde voltados a pessoas LGBTQIA+ não consideram a possibilidade de gestação, no caso de pessoas com útero. Em contrapartida, serviços de saúde voltados à gestação não consideram corporalidades transmasculinas, pois a gravidez é vinculada às cisfeminilidades como um aspecto natural. Precisamos pontuar que tais serviços de saúde são os mesmos que

produzem violência obstétrica sistematicamente contra mulheres negras. Mulheres negras cisgêneras gestantes são vítimas de negligência médica no campo da obstetrícia, e sua dor é tida como enganação ou vitimismo.

No caso de pessoas transmasculinas gestantes, o que ocorre é uma pormenorização de sua gestação pela desconsideração de que seus corpos são capazes de gestar, e não somente: culpabiliza-se o indivíduo transmasculino por ter engravidado, como se este, por ser transmasculino, não desejasse gestar e estivesse buscando por um aborto, ao recorrer a serviços de saúde para assistência pré-natal. E, no caso de pessoas transmasculinas que chegam a hospitais e emergências em virtude de tentativas bem ou mal-sucedidas de aborto, estas sofrem não apenas a estigmatização que o aborto carrega por si só, como também a estigmatização da transmasculinidade. Assim, embora a violência obstétrica contra mulheres negras cisgêneras seja substancialmente diferente da que atravessa pessoas transmasculinas, ambas são cometidas por vias institucionais.

A vivência da gravidez ocorre mediante a relação do indivíduo grávido com as pessoas de sua convivência, com os olhares que recebe, com os (des)acessos à saúde, ao pré-natal, a exames. A gravidez é um processo contextualizado. Este processo não ocorre sem conflitos. Apesar de similitudes biológicas entre pessoas transmasculinas, não-binárias e cisfemininas no campo da gestação, há profundas e significativas diferenças entre suas vivências. A gestação transmasculina torna-se um momento determinante para a constituição da masculinidade, tendo em vista que a masculinidade é continuamente posta à prova: “por que engravidou se quer ser homem?”, “se homem não engravida, você é o que?”.

A gravidez frequentemente é tida como uma potencial correção da transmasculinidade, sendo capaz de forçar o sujeito a abraçar sua feminilidade e ‘voltar a si’ – já que gestação e feminilidade seriam, nessa [i]lógica cisnormativa, indissociáveis. Nesse caso, a pessoa transmasculina é tida como ‘fora de si’, remetendo-nos a processos de patologização. É por essa ciência universalista e

patologizante que as colonialidades operam. A colonialidade do saber nos induz a reconhecer como legítimo somente o conhecimento produzido por dentro dos muros institucionais; conhecimento este que desumaniza corpos negros e indígenas, que justifica a superioridade cismasculina sobre a inferiorização feminina e transmasculina, que não reconhece como válida a autodeterminação de pessoas trans, e que se recusa a reconhecer ‘cisgeneridade’ como um conceito.

É uma colonialidade que sustenta a dicotomia entre corpo normal/corpo trans, e que não reconhece como possíveis as corporalidades transmasculinas. O irreconhecimento das transmasculinidades no sistema de saúde brasileiro pode ser percebido na institucionalização do Processo Transexualizador do SUS, iniciado em 2008. Contudo, somente em 2013 se abriu a possibilidade de que pessoas transmasculinas acessassem os serviços de saúde do processo, após pressão de ativistas trans. Tal irreconhecimento gera constrangimentos no cotidiano da parentalidade. As tensões referentes à masculinidade e à gestação se acirram quando pessoas transmasculinas lidam com situações públicas com seus filhos; como relatou Gustavo, um dos entrevistados de Alencar (2021, p. 33): “os amiguinhos dela [da filha de Gustavo] da escola questionam: “Mas você chama seu pai de mãe? Qual o nome do seu pai? Porque você chama seu pai de mãe? Você não tem mãe? Sua mãe morreu?””.

Pensar em masculinidades requer que se reconheça a dominação masculina reproduzida pela naturalização de diferenças sexuais, pela dicotomia homem/pênis e mulher/vagina, e pela sobreposição da primeira categoria sobre a segunda. Paralelamente, tal pensamento também requer que reconheçamos existências outras, oriundas *ou não* da masculinidade tida como hegemônica. A configuração de espaços cisfeministas, cujo ativismo em defesa de liberdades sexuais e direitos reprodutivos enxerga a existência somente de corpos ‘de mulheres’, impede que pensemos com profundidade na constituição de masculinidades dissidentes.

Ou seja, não se possibilita que um corpo transmasculino se abrigue com sua própria corporalidade sem ter de refutar constantemente as investidas cisfeministas e patriarcais de deslegitimação. A invisibilização é uma forma de violência epistêmica que se alastra pela colonialidade do saber, apagando das narrativas históricas as nossas corporalidades. Dentre tais narrativas, temos as parentalidades transmasculinas, ou mesmo as parentalidades gênero-dissidentes em geral. Temos de considerar que a gestação se caracteriza como um processo que envolve “relações de poder, relações de gênero, em que o processo reprodutivo é um importante elemento que conecta as pessoas em diferentes espaços e entre diversos sujeitos sociais” (ALENCAR, 2017, p. 8). A gravidez de pessoas transmasculinas desestabiliza a associação naturalizada entre gestação e feminilidade, instinto materno, e outras frequentes naturalizações; desestabiliza a matéria-prima do que significa ‘ser mulher’, na medida em que este ser é muito definido por sua capacidade – não tão única – de dar à luz. Como escreve Alencar (2017, p. 8), “Engravidar também faz parte do que é ser homem”.

Considerações Finais

A partir das reflexões trazidas neste ensaio, argumentamos que é fundamental reconhecer alguns fatores: que o feminismo hegemônico e outras vertentes não consideram as transmasculinidades em suas pautas, apesar de termos demandas semelhantes em relação a direitos sexuais e reprodutivos; que tal desconsideração corrobora com as violências institucionais que afetam as transmasculinidades; que o transfeminismo abre espaço e dá voz a pessoas transmasculinas, mas ainda de modo incipiente; e que não se pode tratar de gestação, aborto e parentalidades sem tratar de transmasculinidades, não-binariedades, travestilidades e demais desobediências de gênero.

A gestação é tida como um processo avesso às masculinidades, de modo que pessoas transmasculinas possam ser levadas a sentir que estão ‘traindo’ sua identidade de gênero ao engravidar. Essa ‘traição’ deriva de uma norma – a cisheteronorma –, que caminha em aliança com os postulados da modernidade/colonialidade. Um viés crítico destes postulados necessita ser crítico em relação a si mesmo; necessita ser capaz de realizar auto-crítica, de apontar para a reprodução de universalismos e invisibilizações internamente a seus campos de estudo.

É pela compreensão de que não há saber universal, fixo e imutável que defendemos essa perspectiva: que possamos ampliar criticamente os estudos de gênero, assim como o transfeminismo realizou em relação às inúmeras vertentes feministas que, apesar de emancipatórias em alguns pontos, não deram conta de abarcar as demandas das travestilidades e transfeminilidades em geral. A nomeação da cisgeneridade e o reconhecimento de suas normativas é um importante passo, posto que a cisgeneridade, enquanto importante analisador das violências de gênero contra corpos trans, é parcamente demarcada no interior de instituições de ensino, responsáveis pela produção de um saber considerado científico – saber este que falha em reconhecer não somente a capacidade de que corpos transmasculinos possam gestar, como também em reconhecer nossas existências.

Referências

- COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, 2014.
- DE MOURA, Cauê Assis. E não posso ser eu um transfeminista?. **Revista Estudos Transviades**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2021.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MONTEIRO, Anne Alencar. “O nome dele é Gustavo, e ele é a minha mãe”: reprodução e parentesco entre homens trans que engravidaram. **[SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 28-39, mai./ago. 2021.
- MONTEIRO, Anne Alencar. **Cavalos-Marinhos: gestação e masculinidades trans**. In: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Universidade do Estado da Bahia, 2017.

MONTEIRO, D. As noções de sexo biológico como instrumento de transfobia. **Revista Estudos Transviades**, v. 1, n. 1, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. **Ressignificar e empoderar o corpo: Homem trans grávido e os desafios da adequação**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO O GÊNERO, 2., 2015, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2015.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 3, p. 1, 2022.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

In defense of transmasculine parenting: A transgender critique of [cis]feminism

Abstract: In this essay, we aim to develop a critique of various feminist movements and gender studies that, in their elaborations on sexual and reproductive rights, do not embrace the demands of transmasculine people and/or do not recognize the existence of transmasculine people in their diversity. When our demands and suggestions are ignored within both educational institutions – responsible for producing a knowledge which is considered scientific – and feminist social movements, we observe something common to transmasculine experiences: the erasure of our narratives and the unrecognition of our existences. It is the aim of this essay, then, to point to these processes regarding pregnancy, reproductive rights and parenting in transmasculinities

Keywords: Pregnancy; Reproductive Rights; Parenting; Transmasculinity; Transgenderity.

Recebido: 26/04/2023

Aceito: 19/06/2023

Homens trans e pessoas transmasculinas frente ao aborto legal: um ponto cego na formação jurídica?

Helio Fernando de Oliveira Júnior¹
Anna Paula Drehmer²

Resumo: Apesar do notável progresso na educação na última década, diferenças baseadas em gênero continuam a moldar os resultados educacionais. Este artigo apresenta os resultados de um estudo que avaliou o tema aborto em homens trans e pessoas transmasculinas em faculdades de direito, refletindo sobre o direito ao aborto legal enquanto pressuposto de direitos humanos de não discriminação. Entende-se que o direito ao aborto constitui um marco para o aprofundamento democrático e a concretização da igualdade de gênero, uma vez que a plena vivência da cidadania por pessoas com capacidade para gestar está intrinsecamente relacionada ao livre exercício de sua autonomia reprodutiva, inclusive a possibilidade de abortar nos casos previstos em lei, assim, apresenta-se uma análise do marco regulatório referente ao direito ao aborto, bem como fundamenta-se a não discriminação contra homens trans e pessoas transmasculinas e a necessidade da inclusão do tema na formação de novos bacharéis em Direito, visto que essa formação apresenta-se como um ponto cego na formação jurídica.

Palavras-chave: Aborto legal. Homens trans. Pessoas transmasculinas. Ponto cego na formação jurídica.

¹Biólogo, Mestre em Ciências Biológicas - Professor da Educação Básica (Secretaria de Educação do Estado do Paraná) e Superior na área de Bioética e Biodireito. E Mail hfojr@hotmail.com

²Advogada, Mestre em Direito – Advogada. Email annadrehmer24@hotmail.com

Travestis e transexuais são alvo de preconceitos e discriminações juntamente com a população LGBTQIP+ (Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais), pelo simples fato de apresentarem uma identidade de gênero diversa da imposta pelos padrões cis heteronormativos (BRASIL, 2015). Esse estranhamento heteronômico é agente precursor de violência e invisibilidades perpetradas contra os eles, que, enquanto pessoas, deveriam poder transitar tranquilamente em todos os lugares, tendo suas identidades de gênero respeitadas, pois, como afirma Brasil (2015, p. 21) “é necessário que a sociedade enxergue que as pessoas trans não são anomalias que precisam ser excluídas e sim pessoas que precisam ser respeitadas”.

Pensando nessa invisibilidade, podemos afirmar que enxergamos a realidade que nos cerca de forma incompleta. Salatino e Buckeridge (2016) defendem o termo “cegueira” para explicar a ausência de determinados conceitos/conteúdos na compreensão do mundo, uma incapacidade de reconhecer certos conhecimentos muitas vezes considerando estes como inferiores, portanto, imerecedores de atenção. Homens trans e as pessoas transmasculinas de certa forma já fazem parte dessa cegueira, e indo de encontro aos objetivos deste trabalho, para evitar um termo capacitista, pode-se dizer que em muitos contextos, eles configuram “pontos cegos”.

Ao refinar ainda mais o tema e abordar a possibilidade de aborto por essas pessoas, os conhecimentos ficam ainda menos claros. Para Rodriguez (2020) o mundo funciona por uma ótica do genitalismo; através dele, nossas vidas já estão traçadas e ligadas a uma estrutura social de gênero; se nascemos com vulva somos meninas, se nascemos com pênis somos meninos, esquecendo que as masculinidades e as feminilidades não são anatômicas.

Nos Princípios de Yogyakarta (2017), a identidade de gênero é entendida como uma experiência interna e individual de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo que pode envolver,

por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. A Constituição Republicana afirma que somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. (BRASIL, 1988, n.p). Se a Constituição explicita homens e mulheres, podemos nos perguntar se as leis maternalizam/paternalizam as identidades cis feminina e masculina e assim desconsideram a maternidade e paternidade além do sexo biológico.

Ao pensarmos em uma masculinidade que pode ser sem pênis, podemos questionar a certeza de sermos homens ou mulheres. As pessoas sabem que existem homens trans e pessoas transmasculinas, mas não presumem que eles poderiam precisar de cuidados relacionados à saúde, considerados unicamente como femininos. Assim, câncer de mama, ovário, gravidez e aborto na maioria das vezes não são considerados para homens trans.

Para melhor compreensão do tema, precisamos compreender melhor o que diferenciava os homens trans e as pessoas transmasculinas. Benevides e Nogueira (2019, p.72) esclarecem que homens trans “foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero feminino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero masculino”, enquanto que

transmasculinos foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero feminino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao espectro do gênero masculino, tem expressão de gênero masculino, mas não se reivindicam da forma com que o ser homem está construído em nossa sociedade eles se reivindicam como homens” (Benevides; Nogueira, 2019, p.72)

Este artigo considera que a gravidez e, por consequência, o aborto também é um possibilidade para corpos transgêneros e portanto traz à tona reflexões éticas e jurídicas sobre o tema. Nesse sentido, surge a necessidade de uma visão crítica do

aborto e, dessa forma, tentar compreender que indivíduos trans precisam ter seus direitos reprodutivos garantidos, bem como necessitam do acesso a um tratamento humanizado no caso da realização de aborto nos termos da lei. Por uma opção metodológica, esse artigo foca apenas no aborto legal, mas considera a necessidade urgente da ampliação desse direito a todas as pessoas que assim o desejarem.

No Brasil, o Código Penal isenta de punição a prática do aborto quando há risco de morte para a mulher ou quando a gravidez é decorrente de violência sexual. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal incorporou a gravidez de feto com anencefalia como condição possível de interrupção da gestação. Apesar de a lei brasileira possibilitar a interrupção voluntária da gravidez desde a década de 1940, o acesso aos serviços de saúde não foi regulamentado por quase 50 anos. A regulamentação nacional do aborto previsto em lei ocorreu em 1999, com o lançamento da norma técnica Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, que estimulava e normatizava a estruturação dos serviços, posteriormente atualizada em 2005 e 2011.

Madeiro e Diniz (2016) afirmam que apesar do avanço obtido com a instalação dos serviços em todas as regiões do país, as mulheres vivenciam muitas dificuldades para o acesso ao serviço de aborto. Este artigo questiona essas dificuldades e como elas podem ser minimizadas quando pensada em homens trans e pessoas transmasculinas. Portanto, nosso objetivo principal é apresentar a visão de futuros bacharéis em direito sobre o tema, demonstrando a falta de preparo para a compreensão dessa situação, que podemos chamar de uma verdadeira ausência do tema, aqui nomeado de pontos cegos da formação jurídica.

A fim de alcançar o objetivo mencionado acima essa pesquisa optou por uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, o trabalho de campo apresentou-se como uma possibilidade de conseguir uma aproximação à formação acadêmica e à realidade experienciada nos cursos de Direito no estado do Paraná. Utilizou-se o google doc para

coletar os dados, sendo o instrumento composto pela caracterização dos participantes e por questões norteadoras. A coleta de dados compreendeu o período de abril a dezembro/2021 e os dados foram submetidos à análise de conteúdo temática. Para tanto, realizou-se uma pré-análise, a qual consistiu em transcrever os resultados na íntegra, e posteriormente agrupados por similaridade em conteúdos e resumidos para apresentação neste artigo.

O presente artigo encontra-se estruturado em quatro seções. Apresentamos inicialmente a possibilidade da gravidez em homens trans e pessoas transmasculinas com dados médicos e casos reais; passamos, então, a explicar sobre o abuso sexual contra homens trans, através de uma abordagem da legislação e análise de casos; após, apresentamos dados sobre homens trans que relatam a necessidade do aborto e como essa possibilidade é vista em nosso país; e, finalmente, analisamos como os estudantes do Curso de Direito compreendem esse tema para, assim, esboçarmos nossas considerações finais.

Homens (trans) e pessoas transmasculinas também engravidam.

Embora alguns homens transexuais passem por tratamento hormonal de afirmação de gênero e/ou cirurgia que impeça a gravidez, muitos (se não a maioria) mantêm seus órgãos reprodutivos femininos e, como resultado, sua capacidade de engravidar. (BRANDT et al., 2019), assim homens transexuais podem engravidar depois de ter feito a transição social, médica ou ambas. (LIGHT; OBEDIN-MALIVER; SEVELIUS; KERNS, 2014).

O acesso a cuidados de saúde de qualidade é um desafio. Ainda é desafiador ter acesso a cuidados de saúde de qualidade, e há muito a ser feito para criar organizações de saúde afirmativas, que auxiliem homens transexuais ou outras pessoas

não-conformes de gênero que desejem dar continuidade ou nos casos permitidos, abortar uma gravidez. (OBEDIN-MALIVER; MAKADON, 2015).

“Nasce Antonella, filha do homem trans de Itapira que engravidou para realizar o sonho da família” (NASCE ..., 2019, n.p.). “Homem trans espera pela chegada de primeiro filho”. (HOMEM 2020^a, n.p.). “Homem trans compartilha fotos emocionantes de seu parto (HOMEM..., 2020b, n.p.). Esses são apenas alguns dos muitos casos de homens trans que engravidaram e desejaram ter seus filhos.

Historicamente, partindo de um ponto de vista moralista, a concepção e o exercício da maternidade eram prerrogativas exclusivamente da mulher cisgênero e heterossexual. Esse entendimento, com certeza ultrapassado, ainda impera, mas como afirmam Cardin e Vieira (2019) em muitos momentos a concepção de família passou a ser encarada de forma mais dinâmica e diversificada.

Embora muita atenção tenha sido dada à preservação da fertilidade e às intenções parentais de indivíduos transexuais, muito pouco foi destinado para prevenção de pessoas ao longo do espectro de gênero transmasculino. (KREMPASKY; HARRIS; ABERN; GRIMSTAD, 2020). Assim, a possibilidade de uma gestação paterna posta pelos homens trans grávidos, desestabiliza a gravidez como atributo exclusivo que compõe o feminino e a feminilidade. O fato é que há corpos que gestam, mas esses corpos não devem ser naturalizados enquanto corpos femininos. Engravidar também faz parte do que é ser homem. (MONTEIRO, 2018, p.5). Esses homens trans dão sentido à reprodução e à gravidez como uma experiência que constitui suas masculinidades através da metáfora do cavalo-marinho, eles rompem a associação direta entre feminilidade-gravidez-maternidade. (MONTEIRO, 2018).

Os desejos reprodutivos de homens transexuais parecem ser semelhantes aos de indivíduos cisgêneros. Alguns homens transexuais terão uma gravidez altamente desejada, enquanto outros percebem a gravidez como necessária para começar uma

família. Estudos sugerem que gravidezes indesejadas também são comuns, ocorrendo em aproximadamente 30% dos homens trans. (BRANDT et al., 2019).

Cardin e Vieira (2019) dizem que homens trans passam por uma “esterilidade simbólica”, uma vez que a reprodução e a parentalidade destas pessoas são vistas com preconceito e menosprezo por aqueles que não reconhecem sua autonomia pessoal. Para assegurar os direitos das famílias transfetivas, é imprescindível garantir o cumprimento de princípios específicos que regulam o direito das famílias, primordialmente, o princípio da não intervenção, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, o princípio da afetividade e, principalmente, o princípio do pluralismo familiar, que contempla inúmeras entidades familiares, inclusive, a transfetiva como instituição detentora de direitos e garantia fundamentais. (CARDIN; VIEIRA, 2019).

Abuso sexual contra homens (trans) e pessoas transmasculinas: uma realidade ainda pouco conhecida?

As violações dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e outras dimensões da sexualidade, se expressa, cotidianamente, em distintas formas e tipos de preconceitos, discriminações e violências, variando da violência psicológica, física, sexual, ameaças, até a morte. Um dos desafios no enfrentamento a tal cenário consiste na carência de dados oficiais no Brasil no que diz respeito às violências. As fontes existentes no país são produzidas, especialmente, por Organizações Não Governamentais, a exemplo da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) que desde sua fundação, coleta informações a partir de notícias difundidas na internet e/ou publicadas em jornais e dissemina os dados da violência.

Uma pequena parte dessa violência é apresentada a seguir, através da exibição de três reportagens, que deixam claro a perversidade das inúmeras formas de violência que pessoas trans sofrem em nosso país. A seleção dos textos levou em consideração o

enquadramento na perspectiva da possibilidade de gravidez e aborto de homens trans, tema central desse artigo. Os casos são apresentados em ordem cronológica.

No primeiro caso, Transfobia... (2016, n.p.)

a vítima disse que sempre soube que não pertencia ao seu gênero biológico. Vítima de uma ação transfóbica de um taxista, ele ouviu do agressor “vou te ensinar a ser mulherzinha”. O motorista começou seguindo o caminho normal para o destino, mas então começou a reduzir a velocidade e mudou a rota, passando por um local escuro e isolado. Ao questionar sobre o caminho, o motorista mandou calar a boca. “Naquela hora apenas pensei que iria morrer”, alega a vítima. Conta que ficou sem ação, chorou muito e sem saber o que fazer, acordou no hospital. Somente no dia seguinte, realmente conseguiu entender o que aconteceu.

Nesse segundo caso (EU... 2017, n.p)

ele conta que fez um aborto: ‘Sou trans, e engravidei depois de ser estuprado’. ‘Tive vergonha de ir à Polícia. Eu, com um corpo de homem, mas com uma vagina. Eles iam rir de mim.’ Em fevereiro deste ano, saindo da aula à noite, senti que algo ruim ia acontecer. Passei num bar próximo à faculdade e percebi um clima estranho numa mesa com um grupo de rapazes. Quando passei, eles foram atrás de mim. Quando nos afastamos do bar, começaram a me xingar. Apertei o passo, mas eles foram mais rápidos. Me agarraram, me jogaram em um carro, me bateram, me estupraram. Eram cinco homens. “Vou te mostrar que você é mulher”, “Vou te corrigir”. Tudo ficou escuro. Acordei ao amanhecer nu, num matagal, todo machucado. Como estava, caminhei até a minha casa. Sozinho, me tranquei por dois dias. Eu tinha vergonha de sair, tinha vergonha de pedir ajuda. Como entrar numa delegacia pra registrar o estupro? Não fui à Polícia, não fiz exame de corpo-delito, não fui a um médico. Queria esquecer, mas isso não era possível. Senti muita dor. Tentei suicídio três vezes. Um mês depois, já sem ferimentos, comecei a ter sensações estranhas em meu corpo. Uma luz vermelha se acendeu pra mim. Desconfiado, fiz o exame de farmácia e descobri que estava esperando um bebê. Não tinha a quem recorrer, me sentia completamente só. Precisava interromper aquela gravidez, e não via uma saída. A sensação era de que todas as portas estavam fechadas pra mim. Fui salvo por uma rede de apoio a lésbicas e mulheres bissexuais. Consegui tomar um remédio abortivo e dei fim àquele sofrimento. Sei que corri riscos, fiz tudo sem orientação médica. Mas ter aquele bebê, pra mim, era impensável.

No terceiro caso, relatado por Transexual... (2020, n.p.)

a vítima, foi estuprada por uma pessoa que ele considerava um grande amigo. Ele conta que não procurou apoio médico logo em seguida, e que aplicava testosterona, tendo seu corpo já com grandes mudanças físicas. “Depois do ato, ele me deixou sair. Eu corri, fiquei com medo de contar pra minha esposa. Não sei direito, fiquei zozzo e fui pra casa. Um pesadelo, só queria esquecer”, diz. Após algum tempo, sentindo desconfortos, durante um exame de ultrassom, descobriu a gravidez. “Eu não sabia o que fazer e contei pra ela [esposa] tudo o que tinha acontecido. Ela me surpreendeu e disse pra eu dar graças a Deus porque era uma vida e não uma doença”. Segundo ele, o bebê tem um mês de nascido. O boletim de ocorrência foi registrado e o processo segue em segredo de justiça. Sidnei aguarda a passagem da pandemia para prestar novo depoimento e disse que o estupro segue respondendo em liberdade.

A violência sexual contra homens trans é uma realidade, da mesma forma que a possibilidade de engravidar. Homens trans podem engravidar, e quando isso ocorre, desencadeado por ato violento, o direito ao aborto é assegurado legalmente. No entanto, aborto em homens trans é um tema abordado de forma muito inicial na saúde pública e ainda mais insipiente no Direito. Dessa forma, os empecilhos que enfrentam são ainda maiores que das mulheres na hora de abortar.

A Antra (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019) apresenta uma dificuldade em contabilizar dados sobre esse grupo. De acordo com a associação, há muitos casos em que não existe respeito à identidade de gênero ou mesmo o nome social das vítimas quando da veiculação dos casos na mídia, são comuns casos em que diversos canais vêm reportando homens trans como sendo "lésbicas" pelos jornais e meios de comunicação.

Nesse mesmo sentido Cerqueira et al. (2020) apontam que a escassez de indicadores de violência contra LGBTQI+ permanece um problema central, é essencial que essas variáveis se façam presentes nos registros de boletins de ocorrência, para que pessoas LGBTQI+ estejam contempladas também pelas estatísticas geradas a partir do sistema de segurança pública. Sem esses avanços, é difícil mensurar, de forma

confiável, a prevalência da violência contra esse segmento da população, o que também dificulta a intervenção do Estado por meio de políticas públicas.

Dados sobre estupro em homens trans e pessoas transmasculinas muitas vezes são omitidos ou inexistentes em estatísticas sobre estupro e violência sexual que quase nunca trazem um olhar sobre a diversidade de gênero e o impacto da cultura do estupro (BENEVIDES/ NOGUEIRA, 2022).

No site do Ministério da Família e Direitos Humanos – Painel de dados da ouvidoria (BRASIL, 2020a) na opção análise por perfil da vítima, são indicados violência LGBT mas sem indicação para homens trans. No Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), os dados indicam que até início de dezembro foram mais de 60 mil casos de violência sexual, sendo 81,8% mulheres, as vítimas. No relatório da Antra (BENEVIDES/ NOGUEIRA, 2022), são apresentados dados sobre assassinatos, no “ano de 2019, foram confirmadas informações de 125 Assassinatos de pessoas Trans e 4 casos de estupro.

A ausência de pesquisas e indicadores epidemiológicos que expressem quadros de saúde dos homens trans constitui um empecilho para pensar estratégias de cuidados a serem implementados. Todos os homens trans apontaram a transfobia quando perguntados sobre suas necessidades e demandas de saúde. O cenário de intensa transfobia constitui um disparador de necessidades de saúde para os homens trans e adensa desafios para garantir a satisfação de suas demandas. Os recursos já disponíveis na rede de atenção à saúde não alcançam satisfatoriamente as questões dos homens trans porque seus corpos e suas experiências são deslegitimadoras. Nesse sentido, as necessidades e demandas de saúde dos homens trans visam a questões que estão para além de medidas setoriais de saúde. Elas explicitam melhores condições de vida, mudanças nos paradigmas culturais que enraízam desigualdades e das conjunturas sociais que permitam viver dignamente a partir das condições objetivas de existência da vida biológica, social e cultural.(SOUZA; IRIART, 2018).

Entre melhorias na esfera civil e das políticas públicas as demandas dos transexuais masculinos se movimentam; o que exige mais acolhimento de toda a sociedade é o enfrentamento das dissonâncias existenciais dos mesmos; respeitar o direito a ser quem sentem que são; reduzir o tempo da burocracia institucional para habilitar hospitais e ambulatórios; também para que os já habilitados se estruturam para execução do processo, qualificando um quadro de recursos humanos habilitado ao acolhimento e as condutas profissionais da equipe multiprofissional. Em consequência, muitas pessoas trans sairão da fila de espera dos serviços públicos, em que aguardam a realização da sonhada e desejada cirurgia, e, com isso, superar a ansiedade, angústia e o sofrimento psíquico. (PIMENTEL/ DE CASTRO, 2018).

**Aborto em homens (trans) e pessoas transmasculinas:
uma necessidade quase invisível.**

O aborto é um tema bastante polêmico quando se fala nos direitos reprodutivos das mulheres, assim, pensar o aborto na realidade de homem trans e pessoas transmasculinas ainda é algo novo. (ANGONESE; LAGO, 2017). Vejamos uma situação de aborto relatada por Rafa apresentado por Angonese e Lago. (2018, p. 266)

Eu me defino assim como pansexual, que é a pessoa que pode ter desejos e se relacionar com essa gama toda que existe né, tanto hétero, bissexual, gay... e na ocasião eu tava me relacionando com um homem e aí a gente transou e eu acabei ficando grávido né, no caso. (Rafa) Naquele contexto, o aborto parecia a única alternativa possível, mas a aparência masculinizada da suposta “mãe” e a tentativa explícita de aborto provocaram uma série de violências. Quando eu dei entrada no pronto-socorro, já em processo de aborto; quando eu entrei que viram a minha aparência masculina, as mulheres lá dentro, as enfermeiras em geral, elas começaram me tratar com preconceito né, elas me deixavam lá com... eu pedia água, eu pedia né assistência tal e... me deixaram lá num quarto escuro lá e do meu lado eu ouvia crianças nascendo, choros de criança, elas dando atenção pra todas as outras e me deixando lá no canto, sabe? E elas falavam, vinham pra mim aplicar injeção, na época eles aplicavam buscopan, um remédio lá pra dor... e ainda falavam bem baixinho no meu

ouvido “é, quem mandou abortar? Agora fica aí, aguenta firme aí, porque a gente tá ocupada.

Para os autores, os direitos reprodutivos devem ser pensados de forma universal e não subjugados à norma hetero[cis]sexual. (ANGONESE; LAGO, 2017). Em pesquisa sobre o número de indivíduos transgêneros e não binários de gênero que obtiveram abortos nos Estados Unidos os dados de 2017 levaram a estimativa que estimamos que 462 a 530 indivíduos transgêneros e não binários realizaram aborto e que 23% das clínicas oferecem cuidados específicos para transgêneros. Uma lacuna desta análise é que o número estimado de abortos é pouco preciso, a estimativa de abortos é provavelmente menor do que a real incidência e a maioria dos pacientes obtiveram seus abortos em instalações que não forneceu esses serviços. (JONES; WITWER; JERMAN, 2020).

Os cuidados de saúde sexual e reprodutiva (SSR) geralmente excluem as necessidades e experiências de transgêneros, não binários e expansivos de gênero. Nos Estados Unidos da América, foram coletadas perspectivas das partes interessadas sobre sobre barreiras e facilidades para contracepção e aborto em indivíduos trans. Foram relatados equívocos sobre fertilidade e risco de gravidez não planejada e impedimentos à procura de cuidados de saúde incluídos ambientes de saúde misóginos e discriminatório, a falta de educação médica relevante para as necessidades de pessoas trans, incluídas usando gênero inclusivo, linguagem e materiais de educação, bem como a necessidade de melhoria do treinamento de profissionais de saúde, identificaram-se substanciais à contracepção de alta qualidade e atenção ao aborto para essas pessoas. (FIX et al, 2020).

Vejam no caso publicado pelo portal Geledes (2017), já citado anteriormente nesse artigo, descreve a gravidez de um homem trans, apenas lembrando quando conta que “Me agarraram, me jogaram em um carro, me bateram, me estupraram [...] um mês depois

descobri que estava esperando um bebê [...] fui salvo por uma rede de apoio a lésbicas e mulheres bissexuais. Consegui tomar um remédio abortivo e dei fim àquele sofrimento”

O caso acima traz à tona a legislação para aborto em nosso país. Aqui, o aborto induzido é considerado crime contra a vida humana previsto pelo Código Penal Brasileiro. Em algumas situações em que o aborto não é considerado crime contra a vida humana, quando (i) durante a gravidez representa risco de vida para a pessoa gestante; (ii) quando a gravidez é o resultado de um estupro e (iii) quando o feto for anencefálico, ou seja, não possuir cérebro. Esse último item foi julgado pelo STF em 2012 e declarado como parto antecipado com fins terapêuticos.

Medeiros e Diniz (2016, p.1) apresentam uma serie de dados dos pontos de atendimentos em casos de abortos legais, sendo que “37 informaram que realizam aborto legal e em 7 estados não estavam ativos”. Ainda segundo os autores, mesmo contrariando as leis, foram exigidos “boletim de ocorrência, laudo pericial e alvará judicial por 14%, 8% e 8% dos serviços, respectivamente”. Para os profissionais, as principais dificuldades no funcionamento dos serviços são a pequena disponibilidade de médicos para o aborto e a capacitação escassa da equipe. Os dados mostram que ainda há distanciamento entre a previsão legal e a realidade dos serviços.

Nesse sentido, o levantamento do G1 com base em dados do SUS mostra que Sergipe e Amapá, por exemplo, registraram juntos mais de 300 estupros, mas fizeram só um aborto legal cada. Pesquisa do Ipea indica que entre 7% e 15% dos estupros resultam em gravidez. (MACHADO; FIGUEIREDO; ACAYABA, 2020).

Analisando essa informação e confrontando com a Norma Técnica para Atenção Humanizada ao Abortamento (BRASIL, 2010), entende-se que pessoas trans não são consideradas no documento, como podemos ver em alguns fragmentos selecionados: [...] “incluindo a assistência ao abortamento em condições inseguras, para mulheres e adolescentes” (p.6); “É preciso destacar que, para muitas mulheres, a gestação que motiva o abortamento resulta de violência sexual [...] (p.7); “A

necessidade de uma atenção oportuna é imperiosa, dada a dificuldade das mulheres [...] (p.10); “Esta Norma pretende, portanto, fornecer aos profissionais subsídios para que possam oferecer não só um cuidado imediato às mulheres em situação de abortamento [...]” (p.11).

Nesse mesmo sentido a Portaria 2.282/2020 considera que para o aborto “[...] praticado por médico e com o consentimento da mulher” e volta a citar apenas mulher ao explicar os procedimentos de livre esclarecimento e nos anexos da lei usa apenas a forma feminina.

É fundamental investir não apenas na formação técnica dos profissionais de saúde, mas também formar uma compreensão social acerca das singularidades da identidade de gênero. É preciso desconstruir a cultura cristalizada da heterocisnormatividade. (CARDIN; VIEIRA, 2019). Estendemos esses argumentos para sugerir que, talvez, as mulheres que abortam não são totalmente distintas dos homens grávidas (transgêneros), pelo menos em termos de transgressão de gênero. (THOMSEN; MORRISON, 2020).

Esse respeito pode ser observado por exemplo, no guia “Trans-Inclusive Serviços de aborto: Um manual para provedores sobre operacionalização políticas e práticas transinclusivas em um ambiente de aborto” do serviço de saúde de Québec - Canadá. O manual foi criado para profissionais que trabalham no campus da saúde sexual e reprodutiva em Québec, especialmente trabalhando na prestação de serviços de aborto. São apresentados o que são as pessoas trans e os tipos de saúde reprodutiva, bem como as necessidades que algumas pessoas trans têm; traz sugestões práticas sobre como fazer seu espaço mais acolhedor e com atendimento competente a pessoas trans. O guia entende e explicita que pessoas trans têm uma variedade de necessidades sexuais e reprodutivas, incluindo a necessidade de acesso a serviços de aborto seguro. São esclarecidas questões conceituais e de nomenclatura para gênero e sexualidade, mostrando a importância da linguagem como forma de minimizar ou consolidar

preconceitos. São apresentados os procedimentos técnicos e recomendações na área médica. Busca-se instrumentalizar para que possam criar um espaço acolhedor onde as pessoas trans possam receber cuidados competentes.

Experiências, como menstruação e o crescimento do peito durante a puberdade, podem ser angustiantes para homens trans. A gravidez é muitas vezes imaginada como um aspecto definidor de feminilidade para algumas pessoas trans, atribuído a uma mulher ao nascer; a ideia de carregar um filho é vista como uma possibilidade horrível, incongruente com sua identidade de gênero. Se ainda não é possível a interrupção da gravidez para homens trans, **pode questões psicológicas, nessa senda**, entende-se que o Brasil deveria, ao menos, perseguir o exemplo canadense para que, dentro dos casos permitidos em lei, o atendimento seja o mais humanizado e não discriminatório possível, um respeito integral, como assegura o art. 5º de nossa constituição “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes;” (BRASIL, 1988).

Ouvindo futuros advogades

Como este artigo argumenta sobre necessidade de uma visão crítica do sexo e da gravidez, passamos então a nos perguntar sobre qual representação de discentes do curso de Direito de apresentam sobre o tema? Entendem que os homens trans grávidos e indivíduos não podem ter negado seus direitos reprodutivos? A gravidez se materializa e maternaliza como uma identidade feminina (KARAIAN, 2013). Seria necessária uma paternidade anti-sexo?

Os dados foram coletados por meio de formulário estruturado e pré-testado, distribuído em grupos de redes sociais, foram ouvidos 370 discentes do curso de Direito e optou-se em não identificar suas instituições de origem. Os participante foram

convidados a participar voluntariamente, após serem informados sobre o fato de a pesquisa abordar aborto em homens trans e que a participação consistiria em responder a um formulário. Foi-lhes assegurado que a sua identidade seria sempre mantida em sigilo. Nesse sentido, providenciou-se que os nomes ou formas de identificação não aparecessem nos formulários. O formulário podia ser acessado através de um link mediante adesão voluntária dos interessados, que assinalaram concordância ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O formulário de pesquisa, traz uma situação problema seguida de um questionamento, como transcrito a seguir. “Recentemente uma colega foi corrigida ao falar que uma mulher havia praticado aborto. Na fala, houve a afirmação que não precisava incluir mulher ao falar de aborto, pois apenas mulheres podem abortar. Pensamento esse que demonstra na prática a maternidade e gravidez como parte da identidade feminina. E dessa forma, o aborto (legal ou não), passam a ser considerados apenas para o universo da ”mulher biológica”. Pesquisando diversas matérias sobre o tema, resta claro essa visão. São títulos de manchetes "Como mulheres se sentem após abortar [...]"; "Mulheres morrem após aborto ilegal [...]". Para tanto, na pesquisa de campo os discentes foram provocados a uma reflexão: a bioética e o biodireito, procuram ver o mundo por novas perspectivas, então convido a novas reflexões. Pesquisando no google "homens trans grávidos" surgiram 6.400 resultados, como o caso do interior do estado de São Paulo, onde nasceu Antonella, filha de Taris Souza e Frank Teixeira. Quem deu à luz foi o pai, um homem trans que engravidou por meio de inseminação artificial. Com a leitura do artigo "Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica", você irá conhecer o caso de Rafa, um homem trans que solicitou o aborto. Então com base no artigo acima, seus conhecimentos em direito e suas vivências pessoais, responda. Homens abortam?”

A maioria (87%) dos participantes opinou que o aborto é possível apenas em mulheres. Ainda surge a figura polêmica do abandono como sendo forma de aborto com 4%. Uma pequena parcela do grupo de pesquisa (3%) manteve o entendimento sobre aborto ser apenas para mulheres, no entanto, ampliou o entendimento as diversas formas de orientação sexual. Considerou como possível o aborto em homens trans apenas 6%. Na análise dos discursos, podemos encontrar uma série divergente de respostas. Designaremos os discentes D. A numeração não está relacionada à ordem ou quantidade de discursos analisados, apenas à apresentação deles no texto deste artigo.

Uma visão estritamente biológica

O primeiro grupo acredita que apenas mulheres podem engravidar e/ou abortar, como indicado anteriormente, 87% dos participantes se enquadram nessa visão. Vejamos alguns discursos apresentados.

A fala de D1 demonstra não apenas esse entendimento, mas denota um grande preconceito “Aborto é assassinato de bebês dentro do próprio ventre, homens não tem ventre, portanto um homem não pode abortar”.

D2 retoma a esse mesmo pensamento preconceituoso “Obviamente não. Pois o homem, referente ao sexo masculino não comete aborto, pois não são compostos por um sistema apto para gerar outra vida”. O discurso continua apresentando uma visão equivocada da transexualidade como escolha “Há possibilidade quando uma mulher, não contente com seu sexo se transforma, optando por outro gênero. Assim surge os transsexuais”.

Num sentido onde a biologia seria a resposta correta, D3 diz que “Ao pensar em aborto pensamos diretamente no sexo feminino pois é o sexo portador do óvulo e conseqüentemente o que carregará a criança [...] é possível afirmar o seguinte: homens não são capazes de carregar uma criança e, portanto, não são capazes de abortar”.

Outro depoimento de D4 repete a visão biológica estrita “Quem tem útero faz aborto. O aborto, para mim, pode ser questão das mulheres. Você pode falar de poder feminino e tudo o mais”.

Em outra fala D5, deixa claro que considera o tema como restrito a mulheres cis. De acordo com D5 “O aborto é um tema bastante polêmico quando se fala nos direitos reprodutivos das mulheres”.

Para D6, mesmo aceitando a ideia de cis e trans, não aceita a possibilidade do aborto em homens, “Há distinção entre homens cisgênero e homens transgênero, e a principal, é a ausência de órgão reprodutor feminino nos homens cisgênero. Assim, dizer que homens também abortam é muito genérico, uma vez que a prática de aborto é a interrupção da vida intrauterina e apenas em mulheres”.

Enfático, D7 expressa que “Apenas mulheres abortam”.

Para D8 “Não; homens não abortam! Quando nos referimos a terminologia "homens trans" pode-se até dizer: homens trans abortam, mas biologicamente falando se trata de uma mulher, do sistema reprodutivo feminino. Homens não concebem, o corpo de uma mulher possui esta característica de conceber e dar a luz, então sempre quando se fala em aborto, se fala da perda de uma vida dentro do útero - que é um órgão pertencente ao corpo feminino - então somente mulheres abortam, apesar da terminologia "homem trans".

Nesse mesmo sentido, D9 “Homens abortam? A resposta é clara, NÃO abortam [...] A gravidez é um evento resultante da fecundação do óvulo (ovócito) pelo espermatozóide [...] [...] o órgão reprodutor masculino é o pênis, logo não é possível o homem abortar pois ele é responsável pela fecundação do óvulo, e não da gestação a qual ocorre no útero. Ou seja, como é possível um homem abortar se o mesmo não tem útero?”

A análise desses discursos, mostram claramente uma concepção essencialista e biológica e preconceituosa de sexualidade e pobre nas questões da afetividade. São

concepções essencialistas e arcaicas sobre sexualidade e feminilidade/masculinidade.
(MOREIRA, MAIA, DE AGUIAR JACINTO, 2020)

Uma visão biológica e alguns poucos elementos sobre a orientação sexual

Uma pequena parcela do grupo de pesquisa (3%) manteve o entendimento sobre aborto ser apenas para mulheres, no entanto, ampliou o entendimento as diversas formas de orientação sexual.

Na fala de D10 “Normalmente, quando se fala em aborto, fala-se em garantir um direito para as mulheres, quase sempre heterossexuais. No entanto, recentemente, ganhou força a consciência de que não apenas essas mulheres correm risco de abortos clandestinos, mas também mulheres bissexuais e lésbicas”.

Para Melo e Sobreira (2020), há muito tempo a questão da sexualidade deixou de ver apenas o que é masculino e feminino, a dicotomia homem e mulher, a ciência, a evolução das sociedades e a própria complexidade do ser humano trouxe à luz a necessidade de ser o que se é, a busca pela satisfação dos seus desejos e a necessidade de ser livre para amar a quem quiser. Essa busca proporcionou estudos para além da parte biológica, trazendo questões de gênero, onde o masculino e feminino não são necessariamente vinculados ao sexo. A partir dessa nova visão, surge a formulação de orientação sexual, que abrange um conceito pessoal, social e legal.

Abandono como forma de aborto?

Ainda surge a figura polêmica do abandono como sendo forma de aborto com 4%, reproduzem o pensamento do abandono como forma de aborto. D11 afirma que “Contudo, existe o abandono afetivo do pai que nada mais é que um aborto disfarçado: após a mulher dar a luz ou terminar o relacionamento, fogem, não prestam qualquer

auxílio material nem afetivo, como se de fato a criança não existisse, como se houvesse sido "tirada" quando ainda era um embrião”.

D12 “Sim. Homens abortam quando não assumem a paternidade e pedem para suas parceiras "tirar" a criança, abortam quando não assumem a responsabilidade de pai não oferecendo o mínimo de dignidade para a criança, quando nem ao menos se interessam em cuidar, fornecer o alimento, ajudar no seu desenvolvimento, infelizmente sim, homens também abortam.”

D13 repete esse mesmo entendimento “Homens abortam sim, abortam quando não assumem a paternidade e nem cumprem com seu papel de pai na vida da criança, é muito comum nos dias de hoje ouvir várias reclamações a respeito desse assunto, que o pai se esquivava de assumir a responsabilidade que lhe foi atribuído e não contribui nem com os alimentos e muito menos com o afeto o qual é fundamental na vida de uma criança, e a mãe que tem que correr atrás para que o pai pague a pensão corretamente ou venha ver o filho ou filha, ao qual deveria ser prioridade em sua vida. É lamentável nos dias de hoje se deparar como essa situação que é comum, cabe ressaltar que muitas vezes a gravidez acontecem de forma indesejada, as quais seus parceiros acabam optando por abortar, sem pensar que aquela criança não pediu para vir ao mundo, e hoje em dia existem vários métodos para se prevenir. Devemos ressaltar que estamos tratando de uma vida a qual é assegurado pela nossa própria CF/88, e não de uma coisa ou objeto. Homem aborta sim quando diz não a um filho, a um ser tão em defeso que não pediu para nascer!!!

É importante entender que abandono paterno não é o mesmo que aborto masculino. São duas coisas bem diferentes. Abandono relaciona-se com o desistir, renunciar, deixar para trás [...], enquanto que o aborto é interrupção prematura, natural ou artificial, do processo de gestação causando a expulsão do feto antes que este possa sobreviver fora do útero”. Assim, quando a gente diz que o abandono paterno é um aborto masculino, a gente está equiparando essas duas coisas. (E..., 2019).

Começando a eliminar os pontos cegos

Poucos foram os discursos que levavam a uma compreensão ampliada da realidade, trans apenas 6%. D14 considera que “Muitos homens trans querem começar uma família ou ser pais. Por isso, decidem preservar seu útero e exigem que as políticas públicas garantam o mesmo acesso ao congelamento de óvulos, às técnicas de inseminação e controles durante a gravidez. E por isso mesmo, eles também exigem o direito de realizar abortos com segurança quando necessitem”.

Nesse mesmo sentido, D15 expressa que “Ao falarmos de aborto, sempre relacionamos a ideia que só as mulheres, podem engravidar, isso traz à tona diversas questões, como, os homens trans e pessoas não binárias, que podem vir a engravidar e não são citados nessas possibilidades, porque culturalmente esse assunto não é discutido, ainda que em dias atuais”.

No entendimento de D16 “É preciso deixar explícito para as pessoas que homens trans são pessoas que foram designadas do sexo feminino ao nascer e que não se identificam desta maneira. Isso significa que dentro de suas especificidades a maioria das demandas de mulheres são as mesmas de um homem trans que engravida tem. Os cuidados, os riscos e a vulnerabilidade são basicamente as mesmas. Se um homem trans engravida e pretende gerar a criança, vai necessitar dos mesmos cuidados que uma mulher em seu pré natal e parto, com a diferença e o cuidado de ter garantida sua identidade de gênero. Caso não queira, esta pauta entra também no direito à autonomia do corpo”.

D17 reflete sobre sua formação: “Que questionamento interessante, nunca tinha me deparado pensando nisso antes, agora lendo e refletindo, posso responder que sim, homens abortam. Claro que estamos muito longe de termos parâmetros ideias em nosso sistema de saúde que possamos nos orgulhar. Imagine pensar em aborto em

homens, se ainda é polemico se falar em aborto em mulheres, a população e os governantes precisam abrir a mente para poderem tratar e vivenciar situações diferentes, que causem impacto, mas que seja algo que merece atenção, que seja tratado com o respeito que merece”. Ainda nesse mesmo sentido,

D18 a questão é que homens trans tem a possibilidade de abortar, visto que seu sistema físico ainda permite que seus corpos engravidem, o que, por lógica, gera a possibilidade de aborto, contudo, são obstados de realizar esse ato, e diversos outros procedimentos básicos para a garantia de sua saúde sexual, não por falta de legislação, visto que conforme mencionado já existem leis de caráter geral que balizam esses direitos e deviam servir com um norte, embora certamente peças legislativas mais específicas ainda são aconselháveis para melhor tutelar essas situações, mas sim, por questões de estigmas sociais e falta de preparo técnico para atender essa parcela da população”.

Considerações Finais

Não seria possível finalizar esse artigo sem citar que o tema deve ser compreendido pelos profissionais da saúde e do Direito, como bem esclarece o título “todes abortamos”. (TODES ABORTAMOS, 2021, n.p.). Neste trabalho foi possível identificar um contexto institucional e social, como a falta de suporte dos serviços de saúde em relação às necessidades reprodutivas de homens trans. A falta de informações adequadas sobre a possibilidade de gravidez e aborto nos casos previstos em leis desses homens ainda é cercado de preconceitos e desinformações, o que demonstra a existência de pontos cegos na formação profissional das diversas áreas sobre o tema, no caso em específico, daqueles que irão trabalhar na área do direito.

A saúde pública precisa considerar a autonomia do sujeito que vivencia as transições de gênero ao constituir suas políticas de atendimento, os conceitos de

equidade, universalidade, integralidade e gratuidade do SUS, deveriam constituir um alicerce para esse processo de desenvolvimento de um serviço de qualidade e igualitário. Necessitamos urgentemente de uma política integral de saúde que traga em seu arcabouço o princípio da dignidade humana.

Não há números sobre pessoas não cis que abortam no Brasil. Desta forma, se faz imprescindível tornar visíveis as necessidades, problemas e condições específicas das pessoas trans e transmasculinas no acesso aos seus direitos sexuais e reprodutivos e passem a fazer parte das discussões públicas, sejam incluídos nas necessidades sociais e políticas e se materializem em serviços equânimes, isentos de discriminação e seguros.

Um artigo não consegue, por si, abarcar todas respostas ou apontar os caminhos que devem ou não ser seguidos para que a população trans alcance cidadania plena no que compete a seu cuidado em saúde e aqui, especificamente, no que diz respeito ao aborto do homens trans. Tal trabalho é algo complexo e construído coletivamente por lutas de base e políticas, tendo a sua gente pessoas trans ou não que buscam lutar por direitos humanos. Entretanto, o estudo em tela permite apontar a necessidade de uma maior atenção às necessidades reprodutivas de homens trans que vivenciam uma gravidez indesejada, tanto por parte dos serviços especializados como também da sociedade civil. Nesse escopo, ao considerarmos que o curso de Direito forma pessoas que desconhecem o problema, devemos nos questionar, como acabar com esses pontos cegos?

As instituições de ensino devem se preocupar com políticas de ensino-aprendizagem sobre direitos humanos, de forma a incluir pessoas trans em seus debates, devem buscar competências e habilidades específicas, previstas nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos e Direito, para ampliar as temáticas transversais de direitos humanos em gênero e diversidades. Assim, os estudantes de Direito precisam ser apresentados a urgência e relevância desses temas e perceber a necessidade dessa temática na formação de suas carreiras jurídicas.

Referências

- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 256-270, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902017157712>.
- BENEVIDES, Bruna , NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2022.
- BRANDT, Justin S.; PATEL, Amy J.; MARSHALL, Ian; BACHMANN, Gloria A.. Transgender men, pregnancy, and the “new” advanced paternal age: a review of the literature. **Maturitas**, [S.L.], v. 128, p. 17-21, out. 2019. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.maturitas.2019.07.004>.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: Norma Técnica. 2. ed. atual. e ampl. Brasília:MS, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa**. Departamento de Transexualidade e Travestilidade na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 194 p.
- BRASIL. OUVIDORIA NACIONAL DIREITOS HUMANOS. (comp.). Painel de dados. 2020. Disponível em: <https://ouvidoria.mdh.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2020a.
- BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Documento técnico**. Brasília, 2020b.
- CARDIN, Valéria Silva Galdino; VIEIRA, Tereza Rodrigues. FAMÍLIAS TRANS E O PLANEJAMENTO FAMILIAR: a autonomia reprodutiva como direito fundamental. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (Unifafibe)**, [S.L.], v. 7, n. 3, p. 341, 17 dez. 2019. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas UNIFAFIBE. <http://dx.doi.org/10.25245/rdsp.v7i3.631>.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2020**. IPEA, 2020.
- CORTES, Gisele Rocha et al. Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço lgbt. **Tbpci**, São Paulo, v. 2, n. 10, p. 1-21, jan. 2017.
- E ESSE TAL DE ABORTO PATERNO? 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/e-esse-tal-do-aborto-paterno/>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- EU FIZ um aborto: ‘Sou trans, e engravidei depois de ser estuprado’. Revista Azmina. , p. 1-1. set. 2017.
- FIX, Laura; DURDEN, Mary; OBEDIN-MALIVER, Juno; MOSESON, Heidi; HASTINGS, Jen; STOEFFLER, Ari; BAUM, Sarah E.. Stakeholder Perceptions and Experiences Regarding Access to Contraception and Abortion for Transgender, Non-Binary, and Gender-Expansive Individuals Assigned Female at Birth in the U.S. **Archives Of Sexual Behavior**, [S.L.], v. 49, n. 7, p. 2683-2702, 8 maio 2020. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10508-020-01707-w>.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil) (org.). Estatísticas. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- HOMEM trans compartilha fotos emocionantes do seu parto. 2020. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/viva-bem/2020/05/homem-trans-compartilha-fotos-emocionantes-do-seu-parto-precisamos-normatizar.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2020b.
- HOMEM trans espera pela chegada de primeiro. 2019. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/noticia/2020/05/homem-trans-espere-pela-chegada-de-primeiro-filho.html>. Acesso em: 21 nov. 2020a.

- JONES, Rachel K.; WITWER, Elizabeth; JERMAN, Jenna. Transgender abortion patients and the provision of transgender-specific care at non-hospital facilities that provide abortions. **Contraception**: X, [S.L.], v. 2, p. 100019, 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.conx.2020.100019>.
- KARAIAN, Lara. Pregnant Men: repronormativity, critical trans theory and the re(conceive)ing of sex and pregnancy in law. *Social & Legal Studies*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 211-230, 26 abr. 2013. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0964663912474862>.
- KREMPASKY, Chance; HARRIS, Miles; ABERN, Lauren; GRIMSTAD, Frances. Contraception across the transmasculine spectrum. **American Journal Of Obstetrics And Gynecology**, [S.L.], v. 222, n. 2, p. 134-143, fev. 2020. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ajog.2019.07.043>.
- LIGHT, Alexis D.; OBEDIN-MALIVER, Juno; SEVELIUS, Jae M.; KERNS, Jennifer L.. Transgender Men Who Experienced Pregnancy After Female-to-Male Gender Transitioning. **Obstetrics & Gynecology**, [S.L.], v. 124, n. 6, p. 1120-1127, dez. 2014. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health). <http://dx.doi.org/10.1097/aog.0000000000000540>.
- MACHADO, Livia; FIGUEIREDO, Patricia; ACAYABA, Cintia. Doze estados fizeram menos de dez abortos legais no 1º semestre; portaria que obriga médicos a avisar polícia dificulta ainda mais o acesso, dizem especialistas. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2020/09/01/doze-estados-fizeram-menos-de-dez-abortos-legais-no-1o-semester-portaria-que-obriga-medicos-a-avisar-policia-dificulta-ainda-mais-o-acesso-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em: 02 dez. 2020.
- MADEIRO, Alberto Pereira; DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 563-572, fev. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015212.10352015>.
- MELO, Talita Graziela Reis; SOBREIRA, Maura Vanessa Silva. **Identidade de gênero e orientação sexual**: perspectivas literárias. *Temas em Saúde*, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 381-404, jan. 2020.
- MONTEIRO, Anne Alencar. 2018. «Homens que Engravidam: Um Estudo Etnográfico sobre Parentalidades Trans e Reprodução.» Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia.
- MOREIRA, Murilo Cesar; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; DE AGUIAR JACINTO, Helyson Fernando. Educação Sexual nas escolas: concepções e práticas de professores. **Revista Psicologia e Educação On-Line**, v. 3, n. 1, p. 47-54, 2020.
- NASCE Antonella, filha do homem trans de Itapira que engravidou para realizar o sonho da família. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/09/11/nasce-antonella-filha-do-homem-trans-de-itapira-que-engravidou-para-realizar-o-sonho-da-familia.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- OBEDIN-MALIVER, Juno; MAKADON, Harvey J. Transgender men and pregnancy. **Obstetric Medicine**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 4-8, 28 out. 2015. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1753495x15612658>.
- PIMENTEL, Adelma do Socorro Gonçalves; DE CASTRO, Ewerton Helder Bentes; MIRANDA, Davi Miranda. Compreensão fenomenológica existencial da identidade de homens trans. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 8, n. 2, p. 228-239, 2018.
- PORTAL GELEDES. Eu fiz um aborto: ‘Sou trans, e engravidei depois de ser estuprado’. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/eu-fiz-um-aborto-sou-trans-e-engravidei-depois-de-ser-estuprado/>. Acesso em: 02 dez. 2020.
- RODRIGUEZ, Shay de Los Santos. Homens não nascem homens: tornam-se homens. **Revista Estudos Transviades**, v. 1, n. 1, p. 119-133, 2020. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- SALATINO, Antonio e BUCKERIDGE, Marcos Silveira. **Mas de que te serve saber botânica?**. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 87, p. 177-196, 2016. Tradução . . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870011>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em salvador, bahia, brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 10, p. 1-1, 11 out. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00036318>.

THOMSEN, Carly; MORRISON, Grace Tacherra. Abortion as Gender Transgression: reproductive justice, queer theory, and anti-crisis pregnancy center activism. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [S.L.], v. 45, n. 3, p. 703-730, mar. 2020. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/706487>.

TODES ABORTAMOS <https://chicaspoderosas.org/noticias/historiascolombia/>

TRANSEXUAL é estupro por 'amigo' e engravida. Reporter Mt. Mato Grosso, p. 1-2. 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.reportermt.com.br/nacional/transsexual-e-estupro-por-amigo-e-engravida/112642>. Acesso em: 12 nov. 2020.

TRANSFOBIA: Universitário trans relata episódio de 'estupro corretivo'. Huffspot. ., p. 1-1. mar. 2016. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2016/03/24/transfobia-universitario-trans-relata-episodio-de-estupro-corr_n_9541636.html. Acesso em: 12 nov. 2020.

YOGYAKARTA principles plus 10: additional principles and state obligations on the application of international human rights law in relation to sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics to complement the Yogyakarta principles. Geneva, Nov. 2017

Transgender men, transmasculine people and legal abortion: a blindspot in Brazilian legal education?

Abstract: Despite significant progress in education over the last decade, gender-based differences continue to shape educational outcomes. This article presents the results of a study that evaluated the topic of legal abortion for trans men and transmasculine people in law schools, reflecting on the right to legal abortion as a human rights precondition of non-discrimination. It is understood that the right to abortion constitutes a milestone for democratic deepening and the realization of gender equality, since the full exercise of citizenship by people with the ability to conceive is intrinsically related to the free exercise of their reproductive autonomy, including the possibility of abortion in cases provided by law. Therefore, an analysis of the regulatory framework regarding the right to abortion is presented, as well as the foundation for non-discrimination against trans men and transmasculine people and the need for inclusion of the topic in the education of new law graduates, as this education presents itself as a blind spot in legal education

Keywords: legal abortion. transgender men. transmasculine people. blindspot in legal education.

Recebido: 07/04/2023

Aceito: 24/06/2023

Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros

Leonardo Morjan Britto Peçanha¹
Jaqueline Gomes de Jesus²
Anne Alencar Monteiro³

Resumo: O propósito deste ensaio é o de oferecer análises críticas, a partir da perspectiva transfeminista, a usos do feminismo que marginalizem e violentem vivências e experiências transmasculinas a partir de biologização ou genitalização de seus corpos decorrentes de concepções sexistas, tomando-se o transfeminismo como uma abordagem que pode ser aplicada às transmasculinidades. Ao longo do texto, serão apresentadas reflexões sobre a agenda de luta política que envolve esse movimento, tais como a gestação paterna, a violência obstétrica, a autonomia reprodutiva, o estupro, o aborto e o debate em torno da utilização, por exemplo, do termo “pessoas que menstruam” no lugar ou ao lado de “mulheres que menstruam”, entre outros tópicos relevantes. Construimos nossas críticas e argumentamos a favor do direito sexual e reprodutivo de homens trans e pessoas transmasculinas, para isso nos inspiramos em teóricos e teóricas trans, nas narrativas de homens trans que vivenciaram a gestação, bem como em nossas próprias experiências como pesquisadores, pesquisadoras e ativistas.

Palavras-chave: Transfeminismo. Transmasculinidades. Direitos sexuais e reprodutivos.

¹ Doutorando em Saúde Coletiva (IFF/FIOCRUZ). Mestre em Ciências da Atividade Física (UNIVERSO), especialista em Gênero e Sexualidade (IMS/UERJ) e Licenciado e Bacharel em Educação Física (UNISUAM). Pesquisador no ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq) e no GENSEX - Núcleo de estudos sobre gênero, sexualidade e saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/FIOCRUZ/CNPq). Email: contato@leonardombpecanha.pro.br

² Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações (UnB), com Pós-Doutorado pela Escola Superior de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade (IFRJ/CNPq). Email: jaqueline.jesus@ifrj.edu.br.

³ Doutoranda e mestre em Antropologia, licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em gênero, diversidade e direitos humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Email: alencar.anne@gmail.com

Em meados do ano de 2014, aqui no Brasil, alguns homens trans e transmasculines começaram um diálogo que em 2015 originou no grupo do Facebook intitulado: “Construindo o Transfeminismo das Transmasculinidades”, conforme registrado em Jesus (2018):

“...temos um grupo chamado “construindo o Transfeminismo para as transmasculinidades”, é sempre um debate muito difícil porque, além de falar sobre o machismo que sofremos, também precisamos, de forma muito sincera e honesta, pensar sobre o machismo que reproduzimos, muitas vezes também resultante de um processo violento de opressão, mas que precisa ser desconstruído através do empoderamento” (p. 18).

Nesse grupo era discutido, entre vários temas, o lugar que os homens trans e pessoas transmasculinas poderiam ocupar no transfeminismo e como, epistemologicamente, as transmasculinidades poderiam demandar o reconhecimento de suas particularidades no campo social e político. Nomes como Benjamim Neves, Marcelo Caetano, Leonardo Peçanha, Bernardo Mota, dentre outros, fizeram e ainda fazem parte do grupo, que segue inativo como a maioria dos grupos de Facebook criados no início da década do ano de 2010, não fomentando mais discussões, entretanto contando ainda hoje com 27 pessoas, o que também pode ser creditado à migração de uso e interações para outras redes sociais mais ativas, e por diversos outros motivos.

Apesar de um interregno de silêncio sobre o tema, o debate sobre o protagonismo transmasculino no que tange ao pensamento-ação transfeminista vem sendo retomado e crescendo, mesmo que tenha desagradado algumas pessoas e sido rejeitado por outras, em um movimento que teve início em espaços virtuais como o Instagram, o Médiun, entre outros, configurando-se em diferentes ações e produções textuais, como artigos, que expressam os pensamentos e atitudes de homens trans e pessoas transmasculinas os quais, ao longo de anos, vêm viabilizando o que pode ser enunciado como uma agenda transfeminista das transmasculinidades no Brasil.

Contudo, podemos perceber que existe uma não aceitação por parte de alguns homens trans e transmasculines da agenda transfeminista transmasculina. Há os que acreditam que feminismo é apenas para mulheres, e que o transfeminismo deveria ser apenas para mulheres trans e travestis. Isso é algo que compreendemos quando considerado de uma perspectiva individual, já que cada pessoa enuncia a sua identidade, e com ela lida, de formas próprias, logo cada qual entenderá sua transmasculinidade de forma diferente.

O que nos propomos aqui é refletir sobre a perspectiva desse sujeito coletivo, formado pelas transmasculinidades poder-se colocar enquanto transfeminista, e com isso, em nosso entendimento, potencializar seus lugares no mundo sob uma ótica que contribui, inclusive, para repensar as masculinidades. Por isso, o que compreendemos como de maior relevância é a prática social, mais do que a intitulação. Pois, embora não haja uma nomeação, muitas dessas pautas sociais e políticas dialogam com a agenda transfeminista que pode ser voltada para os homens trans, mesmo que sem essa preocupação.

Dentre as propostas de ação do I Encontro Nacional de Homens Trans, que aconteceu em São Paulo, em 2015, organizado pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), um núcleo sobre transfeminismo deveria ser criado, mas pouco foi realizado e visibilizado. Porém, a forma como homens trans e pessoas transmasculinas têm debatido certos temas, tem sido primordial para uma agenda transfeminista brasileira na perspectiva transmasculina. Não existe algo consolidado especificamente no sentido de iniciativas orgânicas, mas existe sim, movimentações, há alguns anos, que apontam para uma agenda que explicita especificidades.

Temas como gestação paterna⁴, interseccionalidade, aborto transmasculino, paternidade trans, saúde obstétrica transmasculina, legalização do aborto, dentre outros são algumas pautas, mas não as únicas, que podemos considerar que compõe a agenda

⁴ *Gestação onde o homem trans ou pessoa transmasculina vem a engravidar.*

que fazem parte das discussões sobre transfeminismo das transmasculinidades. Interessante perceber que homens trans e pessoas transmasculinas podem estar no transfeminismo, se assim quiserem, para ajudar na construção de uma agenda política brasileira que demande e visibilize as especificidades das transmasculinidades no Brasil. Reconhecendo-se um lugar de masculinidade que é vivido apenas pelas transmasculinidades.

Onde, deixar de ser objeto para ser ameaça, perpassa pela transmasculinidade negra (PEÇANHA; 2015, 2021), compreender a interseccionalidade como determinante para perceber nossas diferenças e considerar um aspecto importante de nossos desafios, mas que não pode ser encarado como empecilho para que se possa construir uma agenda com equidade (SANTANA; 2019, 2021). Algumas poucas produções, mas de extrema relevância podem ser consideradas para estar neste debate, como por exemplo, o cuidado com a saúde transmasculina, a hospitalidade e o envelhecimento transmasculino (ALMEIDA; 2015, 2020); os direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, transmasculines e boycetas (VICENTE; 2020). O debate sobre pessoas trans e homens trans especificamente no esporte (CAMARGO, 2020). O incômodo em não poder se entender enquanto um transfeminista como no ensaio de Cauê de Assis (MOURA, 2021).

Logo, vemos o transfeminismo como plural, com “s” - transfeminismos. Sendo assim, podemos considerar termos como “afrotransfeminismos”, cunhado por Maria Clara Araújo (2018)⁵, “Transfeminismo Negro”, debatido por autoras como Alessandra Ramos Makkeda (2017)⁶ e Dora Silva Santana (2016)⁷. Demais produções estão em livros como o pioneiro “Transfeminismo: Teorias e Práticas”, organizado por Jaqueline Gomes de Jesus , no qual consta o capítulo “Os homens transexuais brasileiros, e o

⁵ Link do artigo: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/afrotransfeminismo-e-a-necessidade-de-quilombos-de-afeto-para-travestis-negras-brasileiras>

⁶ Link para o texto: <https://transfeminismo.com/todas-as-pessoas-trans-sao-necessarias/>

⁷ Link do texto: <https://blogueirasnegras.org/quao-trans-e-o-trans-atlantico-negro/>

discurso pela (des)patologização da transexualidade”, escrito por André Guerreiro (2014). Além de Hailey Kaas, Beatriz Pagliarini Bagagli e Viviane Vergueiro, autoras e organizadoras do site transfeminismo⁸ e de diversos artigos acerca do tema. Não podemos esquecer de Aline Freitas que foi uma das pioneiras no Brasil a falar sobre. Vale citar ainda Leila Dumaresq (2014) que, com o ensaio “O cisgênero existe” no site Transliteração⁹, teve bastante repercussão, apresentou uma resposta ao ensaio de uma professora feminista cisgênera antropóloga que nega a existência da cisgeneridade

Recentemente o livro “Transfeminismo” foi lançado pela Letícia Nascimento (2021), tendo relevante repercussão no debate público; e seguem surgindo diferentes artigos, publicados em periódicos científicos, que contribuem para a visibilidade e protagonismo do debate transfeminista no Brasil. Todas essas pessoas autoras falam de diversos lugares e apontam diferentes maneiras do pensamento crítico transfeminista brasileiro.

Com esse resgate podemos observar como o debate transfeminista, é visibilizado e fomentado por diversas pessoas trans, porém é mais conhecido pelo discurso de travestis e mulheres transexuais. Esse é um ponto que acreditamos que devido o movimento de homens e trans e pessoas transmasculinas terem o tempo político, público e orgânico diferente do delas, ou seja, mais recente (PEÇANHA, NEVES; 2021) as movimentações sobre a agenda transfeminista das transmasculinidades esteja ainda sendo construída de forma política orgânica. Logo, o debate público sobre a agenda no contexto transfeminista das transmasculinidades no Brasil, está sendo construído juntamente com a visibilidade pública da identidade transmasculina brasileira. O debate vem se consolidando conforme as demandas específicas das transmasculinidades vem ganhando visibilidade. Devido ao movimento político orgânico de homens trans e transmasculinos no Brasil, a agenda política vem

⁸ Link para o site: <https://transfeminismo.com/>

⁹ Link para o texto: <https://we.riseup.net/assets/262468/cisgenero.pdf>

sendo visibilizada e ações têm sido tomadas mediante as denúncias de transfobia e cissexismo.

Assim, o objetivo principal desse ensaio é tecer críticas ao feminismo que exclui e violenta as transmasculinidades e para isso utilizamos a perspectiva do transfeminismo das transmasculinidades. Assim, nas próximas páginas serão apresentadas reflexões acerca das principais pautas que compõe essa agenda de luta, como por exemplo, a gestação paterna, a violência obstétrica, a autonomia reprodutiva, o estupro, o aborto, o debate acerca do termo “pessoas que menstruam”, dentre outros. Fazemos isso à luz de teóricos e teóricas trans, das narrativas de homens trans que passaram pela experiência da gestação¹⁰ e das nossas próprias vivências enquanto pesquisador, pesquisadoras e ativistas.

Reflexões sobre a agenda transmasculina transfeminista brasileira

Entendemos que o Transfeminismo das Transmasculinidades é dentre outras, uma das perspectivas dentro do Transfeminismo. Essa específica, direcionada às demandas, implicações, agendas, percepções e experiências da vivência das transmasculinidades. Sendo assim, é uma epistemologia centrada no panorama transmasculino em relação a direitos civis e cidadania, saúde de homens trans e transmasculinos no geral, direitos sexuais e reprodutivos de homens trans e transmasculinos além de demandas que dizem respeito a violência que as

¹⁰ As narrativas aqui apresentadas compõem os resultados da pesquisa de mestrado realizada por Monteiro (2018). Nesta pesquisa anterior foi analisada as dinâmicas de parentesco que envolvem as transformações corporais, a sexualidade e a reprodução para homens trans que passaram pela experiência da gestação. Este estudo é de caráter etnográfico e para desenvolver o trabalho de campo foi utilizado três estratégias metodológicas: a realização de entrevistas em profundidade e semiestruturadas com oito homens trans de diferentes regiões do Brasil; observação participante em espaços de convivência dos homens trans na cidade de Salvador/Bahia; exploração de sites e mídias sociais on-line. Todo esse processo durou cerca de um ano e meio e ocorreu entre os meses de setembro de 2016 e abril de 2018.

transmasculinidades podem passar, as lacunas e não lugares e as discussões sociais sobre relacionamentos que envolvem homens trans e transmasculinos.

Muitos homens trans e transmasculinos têm cada vez mais se colocado publicamente enquanto pais biológicos e fomentado discussões sobre paternidade transmasculina, gestação paterna e direitos sexuais e reprodutivos para homens trans e pessoas transmasculinas. Podemos encontrar, por exemplo, vários perfis e páginas no Instagram de casais transcêntricos ou de homens trans e pessoas transmasculinas que gestaram. Esse conteúdo online visa, dentre outras coisas, conscientizar e demonstrar para a população a importância e a existência de famílias trans e que é possível as transmasculinidades concretizarem seus projetos parentais através da gravidez, se assim desejarem. Desse modo, o ambiente virtual funciona como um lugar em que múltiplas pedagogias trans são compartilhadas (MONTEIRO, 2017; CAMPBELL, 2017).

Além do espaço online, homens trans e pessoas transmasculinas têm se mobilizado coletivamente de diferentes formas para discutirem a autonomia sobre seus corpos. Um exemplo disso foi a realização, em 2016, de uma oficina intitulada “Oficina de Ginecologia Natural Transmasculina” que ocorreu durante o evento em comemoração à Semana da Visibilidade Trans organizado pelo coletivo trans ativistas “De Trans pra Frente” que atua na cidade de Salvador/Bahia. Essa atividade foi ministrada por Samuel¹¹, homem trans, e foi preparada exclusivamente para homens trans e pessoas transmasculinas sendo vetada a participação de pessoas cisgêneras. Ao montar essa atividade Samuel teve dificuldade em achar esse tipo de conteúdo voltado para as transmasculinidades, assim ele diz:

E quando vamos procurar esse tipo de conteúdo só achamos coisas do tipo: “coisas de mulher”, “bolsa de mulher”, “clube da Lulu” ou somente médicos falando. Acabei assistindo alguns documentários também, mas todo o recorte é para um corpo cis de mulher. E esses discursos ficam parecendo que quem só menstrua, engravida é mulher. Discutimos a importância de utilizar isso para produzir outros discursos com a marca dos nossos corpos. [...] Tive dificuldades em encontrar linguagem masculina sobre o assunto, a imensa

¹¹ Por questões éticas e de segurança os nomes aqui citados são fictícios.

maioria é voltada para um corpo de mulheres cis. Tivemos que reescrever os textos, adaptar.

A autonomia corporal de homens trans e transmasculines tem sido feita de forma orgânica e não é tão recente, como algumas pessoas possam supor. As questões relativas à obstetrícia e ginecologia têm sido pautadas de diferentes formas em que homens trans e pessoas transmasculinas enfrentam a invisibilidade sobre seus corpos e suas identidades na busca por informações e (auto)cuidados.

No que diz respeito a gestação, discutido como o processo de adequação de gênero instituído pela portaria do processo transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), ainda é pensado de forma cisheteronormativa, quase como uma castração química, em que não é levado em consideração a possibilidade de mães e pais trans biológicos. Isso está enraizado em um imaginário social baseado numa suposta heterossexualidade compulsória, nos moldes cisgênero, das pessoas trans/travestis, o que não reflete a realidade. Existem diversas sexualidades e maneiras de vivenciar as práticas sexuais que fogem dessa lógica normativa. A possibilidade de guardar gametas para, futuramente, gerar filhos/as ainda não é cogitada pelo sistema de saúde brasileiro (VICENTE, 2020).

Somado a esse cenário, há várias barreiras que impedem que pessoas trans e travestis acessem as tecnologias de reprodução assistida, seja no âmbito da saúde pública ou privada. Uma das principais barreiras está no fato de que as tecnologias biomédicas de reprodução foram inicialmente desenvolvidas para atender as demandas de casais inférteis, especificamente no ambiente clínico de casais cisgêneros e heterossexuais. Além disso, o acesso dessa população à reprodução assistida em clínicas enfrenta outros obstáculos, como por exemplo, os altos custos dos procedimentos particulares; a pouca oferta no sistema de saúde pública; e a presença de um ambiente médico e clínico cisheterocentrado.

Embora haja diversos obstáculos, homens trans e pessoas transmasculinas buscam e lutam por sua autonomia reprodutiva, demonstrando através de suas vivências que gestar, parir e amamentar não são exclusividades de mulheres cisgêneras. Isso fica evidente na própria experiência de homens trans que engravidaram. Ao narrarem sobre esse processo a masculinidade não está desassociada ao fato de serem pais e ter dado à luz a seus filhos e filhas. Esse é o caso, por exemplo, de Marcelo, um homem trans negro de 43 anos, que mora em Salvador e que possui um filho de 16 anos. Embora Marcelo tenha engravidado antes da transição de gênero, sua gestação é narrada por ele como parte da sua própria experiência masculina que perpassa pelo seu desejo de ser pai e de ter um filho. Diante da barreira financeira e social que o impedia de pagar por uma inseminação em uma clínica privada, Marcelo recorreu à ajuda de seu amigo, um homem cisgênero, para concretizar seu projeto parental:

Eu sempre tive o desejo de ter filho [...] aí eu disse que já estava na hora, porque depois a gente fica velho e o risco de gerar uma criança é maior. [...] E cheguei e falei [para ex-esposa]: poxa vamos ter um filho. Só que ela não queria engravidar e eu não via problema nenhum em ter um filho. [...] E na época que engravidei [...] eu dizia que não tem problema nenhum a gente gerar um filho se a gente pode. Se eu tivesse dinheiro a gente faria inseminação, como eu não tenho e nem ela tinha, a gente foi fazer pelo meio natural e isso aí eu não vejo problema nenhum. E a minha ex dizia que não queria [engravidar]. Mas eu quero. Eu perguntei a ela se ela ia achar uma traição da minha parte ou falta de amor. Ela disse que não. Porque a gente só tinha duas situações para eu gerar um filho: inseminação ou natural.

Assim, assegurar a autonomia reprodutiva de homens trans e pessoas transmasculinas é permitir que essas pessoas possam ter seu projeto parental garantido. No caso citado, Marcelo não contou com o estado brasileiro para garantir seu direito reprodutivo, ele precisou recorrer a uma situação de risco, pois legalmente não tinha garantia de que seu amigo fosse realmente abrir mão da paternidade de seu filho e que o próprio Marcelo, enquanto homem trans, fosse reconhecido como pai da criança.

Além disso, o direito reprodutivo de homens trans e pessoas transmasculinas perpassa pela luta à autonomia sobre seus próprios corpos. Vitor, um homem trans de 45 anos, que mora em São Paulo, pai e avô, ao narrar sobre a forma como lida com a sua gravidez e a sua masculinidade reforça a garantia desse direito:

[...] eu sempre lutei pelos direitos reprodutivos e sexuais dos homens trans [...]. Na minha masculinidade isso [o fato de ter gestado] não muda em nada e até acho que posso usar a frase seguinte: somos os homens do futuro, os homens trans [...] vivem sua sexualidade tranquilamente e podem engravidar [...] nós temos o direito de termos nossa sexualidade, de se quisermos ter filhos, do modo tradicional ou não, por fertilização. O direito sexual e reprodutivo que eu defendo é esse: a liberdade do meu corpo, o corpo é meu, minha regra, eu faço com ele o que eu quiser.

Assim, a autonomia corporal e reprodutiva é uma demanda urgente para os homens trans e pessoas transmasculinas que tem sistematicamente seus direitos negados. Essa negação, reflete, sobretudo, na saúde física e mental, uma vez que, homens trans que gestam podem recorrer ao suicídio após serem submetidos a um pré-natal precário, tendo que lidar com a ausência de políticas públicas e a violência institucional. A violência obstétrica, que se caracteriza pela violência física ou psicológica praticada por profissionais de saúde contra gestantes durante o período da gravidez e do parto, estende-se também aos homens trans e pessoas transmasculinas. Nesse caso, a violência obstétrica ganha contornos específicos, pois é atravessada pela transfobia, além de outras formas de violência como o racismo por exemplo. Atitudes como o não respeito ao nome social, trocar os pronomes, chamar a pessoa gestante e puérpera de mãe, mesmo ela apontando seu desejo de ser denominada de outra forma, como pai, são exemplos de como violência obstétrica incide sobre as transmasculinidades.

Outro aspecto que atravessa as vivências e experiências de homens trans e pessoas transmasculinas é o acesso ao aborto legal de forma eficaz e segura. Homens trans podem ser vítimas de violência sexual, como o estupro corretivo. O estupro

corretivo caracteriza-se como a violência que visa “corrigir” a sexualidade ou a identidade de gênero da vítima. O agressor pune a vítima por se opor a cisheteronormatividade. Através do sexo forçado ele busca “concertar” a conduta da pessoa que é considerada desviante. Homens trans e transmasculines podem ser vítimas dessa violência, uma vez que ao construírem suas masculinidades em um corpo que pode ser visto socialmente como feminino, estão sujeitos a serem estuprados para que “concentem” sua identidade de gênero e voltem a ser “mulheres de verdade”. Assim, o acesso ao aborto legal como vítimas de violência sexual é imprescindível a essa população, uma vez que as transmasculinidades são alvos constantes da violência sexual e de gênero.

Além das questões citadas, a menstruação emerge como uma das principais questões pautadas pelo transfeminismo das transmasculinidades. Essa questão envolve um recente debate discursivo acerca da utilização do termo “pessoas que menstruam”. Esse termo tem criado certo incômodo em algumas feministas e mulheres cisgêneras que se incomodam com a utilização da palavra “pessoa” no lugar de mulher. Visões cissexistas¹² tendem a invisibilizar a pluralidade das pessoas trans, por isso o uso de termos como “pessoas que menstruam” busca enfrentar o perigo da história única de apagamento de homens trans, pessoas transmasculinas, não-binárias e intersexo que menstruam, em seus direitos sexuais e reprodutivos. Não nos prenderemos à natureza desse incômodo, relacionado a concepções biologicistas acerca da condição das mulheres cujos aspectos mais reducionistas, como bem sabemos, repudiamos. Nossa proposta é destrinchar, da forma mais concisa possível, os meandros do termo criticado, destacando desde já um ponto fundamental: homens menstruam e podem engravidar.

Jamais se pretendeu, com palavras, excluir mulheres que menstruam e/ou gestam, ou reduzir a cisgeneridade a características biológicas, mas, sim, pontuar que

¹² Sexistas e orientadas pelas normas da cisgeneridade – condição de quem se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer

também concerne aos corpos transmasculinos temas como gestação, aborto, estupro, saúde menstrual, o que evidencia o caráter ético no uso dessas expressões (JESUS; PEÇANHA, 2022). Como aponta Vicente (2020):

[...] pensar nos direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não-binários afab é urgente não só pelas mudanças de paradigmas e epistemes provocadas, mas pela necessidade de acesso a esses direitos humanos, debate que produz novas tensões para o e a partir do transfeminismo (VICENTE, 2020, p. 1294).

O Transfeminismo, linha de pensamento e ação feminista protagonizada por todas as pessoas trans, também abarca as masculinidades trans, que têm muito a ensinar aos modelos tóxicos de masculinidade que falsamente se colocam como os únicos possíveis para os homens. Mais do que um mero embate de palavras, este debate se refere à autonomia dos homens trans, pessoas transmasculinas, não-binárias e intersexo que menstruam sobre os seus próprios corpos, tendo impacto concreto no seu acesso a políticas de saúde pública e privada e até mesmo o direito à vida, o que, esperamos, evidencie na cena pública a relevância desse debate, que impacta corpos para além/aquém dos cisgêneros. Os homens cis não são os únicos homens, como as mulheres cis não resumem a complexidade das feminilidades, aliás, pessoa alguma pode ser restringida a funções de seu organismo. As demandas da população trans precisam vir à tona quando feministas pautam, por exemplo, direitos sexuais e reprodutivos, senão recairemos na arcaica “universalização” da categoria “mulher” como cisgênera, e de menstruação e gestação como características unicamente “de mulheres”, o que legitima discursos de ódio.

Desconsiderar a saúde de pessoas trans e intersexo prejudica toda a sociedade. O não entendimento da corporeidade transmasculina prejudica a assistência integral e a tomada de procedimentos corretos e providências legais em saúde ante a situações de risco (ANGONESE; LAGO, 2018). A invisibilização social histórica de homens trans,

peças transmasculinas, não-binárias e intersexo que menstruam impacta particularmente na forma como estes podem acessar certos protocolos e atendimentos em saúde, até mesmo no trato com profissionais de saúde para os quais certas práticas são experiências cotidianas (PEÇANHA; LIMA, 2020). É papel da intelectualidade que se preocupa com os Direitos Humanos adotar um lugar de escuta para com “o outro lado”, que apesar do silenciamento sistêmico, fala, escreve e pesquisa há tempos, só não é reconhecido. Seguiremos apontando transfobia e cissexismo, inclusive de pessoas aliadas, mas também recomendamos que leiam pessoas trans/travestis, sobretudo homens trans, transmasculinos e intersexo, para entenderem suas reflexões e propostas.

Referências

- ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de. Souza. Família e experiências de parentalidades trans. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.52, 2018. DOI:10.5007/2178-4582.2018.57007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2018.e57007> Acesso em: 02 fev 2019;
- CAMPBELL, Baird. **Learning to be Trans on YouTube**. 2017. Disponível em: <<http://blog.castac.org/2017/02/trans-on-youtube/>>. Acesso em: 12 mar. 2023;
- CAMARGO, Eric Seger de. **Pessoas trans no esporte? Os jogos da cisnormatividade**. 2020. Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/218439>>. Acesso: dez de 2020;
- GUERREIRO, André. Os homens transexuais brasileiros, e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In: JESUS, Jaqueline Gomes. (Org.), **Transfeminismo: teorias e práticas** (pp. 87-106). Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014;
- JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismos contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: uma contextualização a partir do pensamento transfeminista. **REBEH**, v. 1 n. 1, pp. 5-24, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2018.1.9064>. Acesso em: 20 jun. 2023;
- JESUS, Jaqueline Gomes de ; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto . Termo 'pessoas que menstruam' busca enfrentar apagamento de homens trans - Jamais se pretendeu excluir mulheres que menstruam e gestam ou reduzir a cisgeneridade a características biológicas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2022:
- JESUS, Jaqueline Gomes. (Org.), **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014;
- MONTEIRO, Anne Alencar. **Homens que engravidam: um estudo etnográfico sobre parentalidades trans e reprodução**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6714395. Acesso em: 12 mar. 2023;.
- MONTEIRO, Anne Alencar. **Pedagogias trans* no ciberespaço: o uso das mídias sociais como ferramenta metodológica na pesquisa de campo**. Anais V ENLAÇANDO... Campina Grande: Realize

- Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30703>. Acesso em: 12 mar. 2023;
- MOURA, Cauê Assis de. E NÃO POSSO SER EU UM TRANSFEMINISTA? **Revista Estudos Transviades**. V.2 N.4. pag:112-116. 2021. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/2021/12/08/revista-estudos-transviades-v-2-n-4-2021-2/> Acesso em: 20 jul de 2021;
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021;
- NEVES, Benjamim Braga de Almeida. **Hospitalidade transmasculina e envelhecimento: Redes de conversações na/com a saúde e a educação**. 2020. Tese de Doutorado em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
- NEVES, Benjamim Braga de Almeida. **Transmasculinidades e o Cuidado em Saúde: Desafios e Impasses Por Vidas Não-Fascistas**. 2015. Dissertação de Mestrado em Clínica Médica - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. **Visibilidade trans para quem? Parte II – Um olhar transmasculino negro**. Disponível em: <<http://negrosblogueiros.com.br/leonardombpecanha/2018/visibilidade-trans-pra-quem-parte-ii-um-olhar-transmasculino-negro/>>. Acesso em: 27/03/2018;
- PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Ensaio sobre transmasculinidades negras: desafios e inquietações. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; GONÇALVES, Vércio Conceição (Orgs). **Transmasculinidades Negras – Narrativas Plurais em Primeira Pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial. 2021. p. 133-140;
- PEÇANHA, Leonardo; LIMA, Patrick. Guinadas Narrativas. **História do movimento transmasculino no Brasil**. Sesc 24 de Maio. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MwcmIw_ymPo>. Acesso em: 08/09/2021;
- PEÇANHA, Leonardo; LUCON, Neto. Homem trans negro, Leonardo Peçanha diz: “Deixei de ser objeto para ser ameaça”. Entrevista com Leonardo Peçanha. **Portal Geledés**. 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>>. Acesso: 14/01/2016;
- PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; NEVES, Benjamim Braga de Almeida. **Memórias transmasculinas: das reflexões nacionais ao movimento de homens trans carioca**. Anais V Desfazendo Gênero... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79228>>. Acesso em: 20/06/2023
- SANTANA, Bruno. Pensando as transmasculinidades negras. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf Malungo (Orgs.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019, p. 95-104;
- SANTANA, Bruno Silva de. A emergência do movimento transmasculino negro no Brasil: diálogos sobre racismo, transfobia e invisibilidade. In: SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; GONÇALVES, Vércio Conceição (Orgs). **Transmasculinidades Negras – Narrativas Plurais em Primeira Pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial. 2021. p. 149-160;
- VICENTE, Guilherme Vicente. **Direitos sexuais e reprodutivos de homens trans, boycetas e não-binários: uma luta por reconhecimento e redistribuição de saúde pública no Brasil**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://afrodite.paginas.ufsc.br/files/2020/08/2020-Direitos-sexuais-e-reprodutivos-de-homens-trans-boycetas-e-n%C3%A3o-bin%C3%A1ries-uma-luta-por-reconhecimento-e-redistribui%C3%A7%C3%A3o-de-sa%C3%BAde-p%C3%BAblica-no-Brasil.pdf> 25 mar 2021.

Transfeminism of transmasculinities: Dialogues on sexual and reproductive rights of Brazilian trans men

Abstract: The purpose of this essay is to offer criticisms of feminism that marginalizes and violates transmasculine experiences. For this, the approach of transfeminism applied to transmasculinities will be taken as a basis. Throughout the text, reflections will be presented on the political struggle agenda that involves this movement, such as paternal gestation, obstetric violence, reproductive autonomy, rape, abortion and the debate around the use of the term "people who menstruate" instead of or alongside "women who menstruate", among other relevant topics. We build our criticisms and argue in favor of the sexual and reproductive rights of trans men and transmasculine people, for this we are inspired by trans theorists, in the narratives of trans men who have experienced pregnancy, as well as in our own experiences as researchers and researchers. activists.

Keywords: Transfeminism. Transmasculinities. Sexual and reproductive rights.

Recebido: 22/04/2023

Aceito: 21/06/2023

Da gestação à parentalidade: relato de uma gestação transmasculina, controle da reprodução humana e o reforço do estigma para população trans

Apollo Arantes¹

Não há como falar sobre esse tema sem pensar nas tantas vezes em que não existimos nos conteúdos voltados a reprodução humana. Quando estamos neste espaço, somos uma exceção: um capítulo, um artigo, um texto; não somos percebidos como uma realidade concreta e pensada integralmente. “Materna”, “mãe” e “mulher” são palavras massivamente presentes nos conteúdos voltados à gestação, parto, amamentação, etc. O grande equívoco a respeito dessas categorias é que elas não representam a totalidade dos corpos que engravidam, mesmo sendo cisgêneros, afinal, como exemplo básico, nem toda mulher cisgênera que engravida é a mãe da criança.

Considerar a gestação transmasculina perpassa compreender que o próprio processo transexualizador precisa ser reavaliado e que a falta de estudos referentes ao uso contínuo da testosterona é um problema para nossa população. A própria obstetrícia trata a gestação diante de uma abordagem pouco científica, medicalizando sem evidência concreta de eficiência e necessidade, retirando toda autonomia da pessoa gestante e atrelando termos completamente equivocados para se referir a questões de gestação, parto e amamentação. É preciso também considerar o peso do estigma da medicina sobre questões como IST/AIDS e a população trans - esse atraso de repensar

¹ Boyceta antiproibicionista que vive a maravilha e distopia dos processos da transparentalidade, ativista por direitos sexuais e reprodutivos. Contato: apolloarantes@gmail.com

as condutas médicas pautadas no estigma, além de produzir violências gigantescas para a população trans, não garante a eficiência do atendimento em saúde.

No meio de toda essa cultura permeando a castração de corpos dissidentes, surge no meu relacionamento um alerta para a possibilidade da gestação e a potência desse encontro desencadeia uma série de questionamentos sobre desejo e planejamento reprodutivo. O diálogo se iniciou pensando em métodos contraceptivos irreversíveis e ao amadurecer os questionamentos, decidimos que seria incrível compartilhar o cuidado de uma criança juntos, independente do formato da nossa relação. Nesse contexto, o primeiro passo foi procurar a ginecologista e expressar o desejo pela gestação. Essa empolgação foi então desestabilizada pelo conselho da profissional, que sugeriu o uso do DIU. Esta foi a primeira transfobia de muitas relacionadas à gestação, e percebi ali que para aquela profissional, meu corpo não estava apto ao meu desejo. Como tudo no imaginário dos espaços de saúde, a justificativa foi o uso da testosterona - nenhum exame foi solicitado, nenhuma taxa hormonal foi avaliada, nenhum exame clínico, apenas o desejo médico de controle sobre quem deve ou não reproduzir a espécie humana, pautado em um total de zero conhecimento técnico-científico e cheio de estigmas e preconceitos enraizados. É óbvio que eu não segui a recomendação e pensei nos meus próprios métodos.

A falta de conteúdo científico sobre os impactos do uso da testosterona leva profissionais de saúde a considerar a interrupção do uso de hormônio sem nenhuma evidência concreta. Tal ação impossibilita a vivência plena do indivíduo trans, que é condicionado pelos profissionais de saúde a tornar-se um corpo o mais próximo possível de uma mulher cisgênera, retirando todo o direito a sua individualidade e pautando-se no absoluto desconhecimento - tratando, inclusive, todos os casos conhecidos de pessoas transmasculinas gestantes que fizeram uso contínuo de testosterona durante a gestação como exceções. Para muitas pessoas transmasculinas, as regressões corporais causadas pelo impacto da pausa no uso da testosterona é uma barreira para pensar a

gestação e essa demanda precisa ser considerada pela medicina. Nós precisamos de estudos reais sobre essa demanda! Em quase 10 anos do processo transexualizador, nenhum profissional de saúde se colocou à disposição para entrar nesse campo de pesquisa.

Naquela época, o uso da testosterona já não era mais um desejo meu e fiz a opção por interromper o uso. No meio das irregularidades menstruais, havia também as incertezas sobre minha saúde reprodutiva. Diante disso, o suporte de alguns médicos de família e comunidade foi essencial para me tranquilizar e após 10 meses desde o interrompimento da testosterona, no dia 31 de dezembro de 2019, fiz um teste de farmácia que deu positivo. Felicidade e medo tomaram conta da gente naquele réveillon: sabíamos que estaríamos ainda mais vulneráveis aos profissionais de saúde. Onde fazer o pré-natal? O que fazer em caso de emergência? E o parto? Estes e outros questionamentos fizeram parte da gente naquele momento. Pensar sobre atendimento de saúde sendo uma pessoa trans gestante era aterrorizante. Em menos de uma semana, ocorreu um sangramento e honestamente, me parecia pior ter que acessar um espaço de saúde do que ficar em casa e esperar que tudo desse certo. É violento precisar de atendimento médico e antes de tudo, ter que explicar o que é ser uma pessoa trans, que se está gestante, informar os pronomes a cada equívoco... Profissionais que lidam com a saúde de pessoas tem a obrigação de saber essas questões, nós não temos que explicar isso à beira de uma necessidade de saúde urgente.

Gestação iniciada, surge uma obstetra com interesse em fazer o nosso pré-natal. As expectativas foram na exosfera. Seria a oportunidade de ter um atendimento minimamente respeitoso, um cuidado especializado de uma médica que, inclusive, já havia atendido outra pessoa transmasculina. Lembro-me que na sala de espera, a gente ouvia todas as pessoas falarem do quanto ela era incrível e uma excelente médica. Finalmente nossa vez chegou e ao entrar na sala, iniciou-se uma enxurrada de transfobia e a completa falta de atenção ao que levamos como demandas sobre nossa gestação.

Sáimos arrasados. Nossos pronomes sequer foram respeitados - o que foi o menor dos problemas, considerando que ela nem olhou na nossa cara e saímos sem compreender tamanho despreparo de alguém que se disponibilizou a nos atender. Agendamos logo a segunda consulta e refletimos bastante, achamos que merecia uma segunda chance - afinal, se todo mundo ali falava que ela era incrível, pode ter acontecido algo excepcional naquele dia. Tentamos justificar para nós mesmos as transfobias dela. No segundo encontro, o mesmo aconteceu, nem uma vírgula a menos. Tentamos novamente justificar para nós mesmos, mas no fundo, era a tentativa de negar que estávamos sendo mal atendidos apenas por sermos um transmasculino e uma travesti. O terceiro encontro foi épico: falei que estava com um sangramento e ela me receitou progesterona intravaginal, mesmo sendo meu primeiro trimestre e desconsiderando completamente que meu corpo fez uso de testosterona por longo período e poderia receber mal essa dosagem. Ao chegar em casa e fazer uso da progesterona, comecei meus episódios de vômitos constantes: 10 a 15 vezes ao dia. Foi então que precisamos admitir para nós mesmos que o atendimento não estava sendo pautado na nossa demanda e recorremos a médica da família que me acompanhou desde o início de minha transição. Esta foi a melhor das escolhas, pois consegui ter um atendimento de qualidade, respeitoso e pautado nas demandas da nossa gestação.

O caminho que fazemos pela busca de um atendimento digno na saúde é absurdo. A gente é sempre obrigado a recorrer aos mesmos profissionais para absolutamente tudo que precisamos, de hormonioterapia a um acidente. E o pior dessa centralização sobre o atendimento é que os demais profissionais de saúde se acham no direito de dizer que não estão aptos a nos atender, que desconhecem a nossa existência e que estão “aprendendo”. Ninguém nasce sabendo, mas ninguém é um profissional de saúde com 1 dia de nascido - são no mínimo duas décadas de vida, e honestamente,

como diz Maite Schneider², o “PIX está aí faz menos de 3 anos e todo mundo sabe como usar”, é uma questão de interesse e relevância pessoal.

A medicina é um dos principais espaços de produção de conhecimentos sobre saúde e no entanto, é um dos espaços que mais colaboram para usos de termos pouco científicos. O questionamento está além de usar uma linguagem inclusiva para pessoas trans, mas também em pensar uma linguagem que identifique, cientificamente, uma determinada situação/contexto/prática, a qual o profissional deseja se referir. É comum a utilização de termos como "leite materno", quando a pessoa quer se referir a Leite Humano, ou o uso do termo "mãe" para se referir a pessoa gestante ou parturiente. São contradições de termos não apenas relacionados às pessoas trans, mas também à parentalidade adotiva, ou a todas as pessoas que se submetem aos processos de útero de substituição e afins e não reivindicam uma maternidade, ou ainda, uma paternidade.

E quero enfatizar aqui que o profissional de saúde tem a obrigação de prestar um atendimento digno ao usuário independente de suas crenças pessoais. Não precisa sequer concordar com o modo de vida alheio, mas é preciso fazer seu trabalho com qualidade e dignidade, fazendo valer seu juramento e código de ética.

Não bastasse todas as demandas relativas a uma gestação e a hiperêmese gravídica desencadeada pela progesterona, em 2020 iniciou-se a pandemia de COVID-19 e em abril vivenciamos o lockdown no Brasil. Se a gestação já me desestabilizava, imagine atrelada a uma pandemia e ao isolamento social completo. O medo era constante, o inevitável e recorrente uso do sistema de saúde por causa da hiperêmese me colocava em maior vulnerabilidade e as violências só aumentavam. Qualidade de vida reduzida a zero, com os enjoos que perduraram até o parto e o questionamento de como seria parir nesse contexto de transfobia contínua em espaços de saúde que não reconhecem a existência transmasculina, que negam o tratamento

² Ativista dos Direitos Humanos de pessoas transgêneras desde 1990. Co-fundadora do projeto trans emprego, bacharel em Artes Cênicas e direção teatral pela UNESPAR.

respeitoso, que desconsideram as vivências do meu corpo, que atrelam todo processo de gestação a mulheridade, maternidade. Eu tive minha identidade negada, meu corpo violado, estigmatizado e compulsoriamente acessado por profissionais de saúde que não faziam a mínima questão de considerar minhas demandas pessoais; profissionais que seguem uma planilha de protocolos cissexistas, racistas, sorofóbicos, capacitistas e LGBTfóbicos. Como parir nesse contexto? Como garantir que eu pudesse ser eu no parto? Como eu poderia me blindar de violências no parto?

Essas violências sofridas na gestação me trouxeram angústias e medos jamais experienciados antes, a ponto de desejar só me livrar daquilo, fechar os olhos e sentir que não estava mais gestante para poder ser eu - para poder não precisar de tanta ajuda médica e ser aniquilado, maltratado e ainda assim não ter minha necessidade atendida. Ver os hospitais de referência em parto “humanizado” tornarem-se referência no atendimento a COVID-19 também nos acendeu mais um alerta sobre o parto, pois conforme a pandemia seguia evoluindo, fomos vendo casos de pessoas gestantes não terem direito ao acompanhante na hora do parto. Parir sem a minha companheira definitivamente não era uma possibilidade pra mim. Como muitos amigos e familiares queriam fazer parte desse momento, nós decidimos então fazer uma “vaquinha” para um parto domiciliar - a querida Caia Maria³ sempre diz: “coletividade sempre nos salvará”. Conseguimos então o valor para o parto e essa definitivamente foi a melhor experiência da minha vida. Gostaria de parir mil vezes assim.

Pensar gestação me traz angústia, medo, revolta e dor. Hoje, engravidar é o meu maior desespero. Jamais quero passar por isso novamente e dedico esse meu desespero a todos os profissionais de saúde que se acham no direito de não entender sobre a existência da diversidade de pessoas. Para esses profissionais, eu desejo que percam os

³ Conselheira Estadual dos Direitos da População LGBT em Pernambuco. Articuladora política e vice coordenadora da NATRAPE, membro da RATTs-PE.

empregos - afinal, seus serviços estão sendo muito abaixo do que de fato é a necessidade da maior parte da população brasileira.

Parentalidade: Violências no acesso a direitos básicos e violências parentais

O desafio da gestação foi finalizado, mas todos os estigmas e violências que carregamos durante as 37 semanas de gestação agora recaem também sobre nosso bebê. A primeira delas foi a demanda básica de registrar a criança: um processo simples e comumente realizado pela pessoa não parturiente responsável pela criança, exigiu que eu, vivenciando o puerpério, precisasse me deslocar até o cartório com um recém-nascido, em plena pandemia, para tentar justificar ao tabelião que essa criança era nossa filha. Mesmo acompanhados de advogado, essa foi a exigência cartorial: que as duas pessoas responsáveis pela criança estivessem presentes. No meio dessa exigência arbitrária, transfóbica e violenta, conseguimos registrar o bebê. Nesse momento também é gerado o número do CPF (Cartão de Pessoa Física) e encontramos aqui mais um problema: não temos nenhuma informação do que foi preenchido no campo “mãe” desta documentação e só descobrimos isso quando tentamos emitir uma 2ª via do CPF, onde o campo mãe é obrigatório e não aceitou nenhum dos dois nomes constantes no registro da criança. Sem acesso a 2ª via desse documento, já estamos considerando todas as outras necessidades de preenchimento obrigatório do campo “mãe” vinculado ao número do CPF quando se fizer necessário, como por exemplo o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Este foi o primeiro cartão de boas-vindas que nosso bebê ganhou ao chegar aqui.

Com 15 dias de nascida, nossa bebê teve uma assadura e ao ser levada ao médico, foi solicitado um teste de HIV - mesmo em um contexto onde o pré-natal foi realizado de forma satisfatória por ambos cuidadores e sem nenhum sintoma que justificasse suspeita de imunodeficiência. Não há como aceitar e naturalizar que o

cuidado seja pautado no estigma. É urgente a necessidade de repensar as estratégias de saúde para que a população trans tenha o direito garantido ao acesso de qualidade à saúde. Esse foi um daqueles processos de transfobia que a gente nem sente na hora, mas quando tiramos por um segundo o foco da nossa principal demanda - entender a assadura de Linda para tratar da melhor forma - percebemos que mesmo diante de todo nosso desespero para cuidar da nossa criança, estávamos ali, os três, sendo vítimas de mais uma transfobia escancarada. Não havia naquele momento nenhuma justificativa plausível para tal solicitação, além da pura e cruel transfobia.

Pensar gestação transmasculina inclui perceber todos os estigmas históricos que essa população carrega. Não há como falar sobre essa questão sem considerar que a população LGBT, sobretudo pessoas trans, travestis e as transmasculinidades, carregam um estigma forte relacionado às infecções sexualmente transmissíveis, sobretudo HIV/AIDS. Os espaços de saúde tem como protocolo direcionar a população trans de forma compulsória para fazer testes de IST, sobre a prerrogativa do fato estar atrelado a possibilidade da soropositividade, mesmo que a demanda seja uma topada.

Repensar esse estigma, inclusive sobre a negação de reprodução quando se vive com HIV, é importante para garantir os direitos sexuais e reprodutivos de todas as pessoas, além de garantir um atendimento de qualidade pautado na demanda trazida pelo usuário do sistema de saúde e não pela concepção estigmatizada da medicina.

O estigma da soropositividade está enraizado em várias demandas de saúde da população trans e a amamentação tem espaço na legislação para fortalecer essa prática. Desde a epidemia do HIV, é contraindicado pelo Ministério da Saúde a amamentação cruzada⁴, quando uma pessoa lactante amamenta a criança de outra pessoa, como forma de prevenção de infecção pelos vírus HIV e HTLV. Contudo, cabe aqui um questionamento referente às diversas configurações de parentalidades, além de ser

⁴ BRASIL. Portaria n.º 1.016, de 26 de agosto de 1993. Normas Básicas de Alojamento Conjunto. Brasília, DF, 26/08/1993.

repensado esse estigma da soropositividade da população trans. Existe uma cultura enraizada nos profissionais de saúde de reprodução humana, de atrelar de forma compulsória a amamentação para a pessoa gestante sem sequer questionar seus desejos, anseios, angústias. As possibilidades de amamentação e aleitamento humano são gigantes e precisam ser abordadas com maior seriedade e comprometimento com as pessoas que desejam ter filhos, não só as que podem engravidar, mas com as pessoas comprometidas com a parentalidade.

Nossa experiência de amamentação incluiu também aleitamento por translactação. Nossa necessidade básica sobre divisão de trabalho doméstico sempre perpassou todas as demandas do cotidiano e obviamente, sobre nossa parentalidade também. Com uma consultora de amamentação à nossa disposição, nós conseguimos levar essa nossa demanda específica sobre divisão de trabalho e fomos atendidos com toda dignidade possível. É importante ressaltar aqui que essa não é uma realidade para maior parte da população brasileira, pois o serviço de consultoria de amamentação não é disponibilizado pelo SUS e isso inviabiliza o acesso da maior parte da população, nós tivemos o privilégio de ganhar este presente.

O tema amamentação traz algumas questões para serem repensadas pelos padrões cissexistas e heterossexuais. A ideia de que o corpo gestante vai automática e compulsoriamente amamentar vem da premissa cis-hetero de que só os corpos que gestam podem passar pelas alterações físicas, hormonais, emocionais, que uma gestação propicia, sendo a outra pessoa necessariamente coadjuvante no processo - na melhor das hipóteses, fonte de apoio emocional. É preciso repensar essa estratégia de cuidado e compartilhamento da demanda reprodutiva e os profissionais de saúde têm o dever de levar todas as possibilidades de partilha das tarefas de cuidado relativas à reprodução humana. A amamentação não pode ser tratada como dever de quem gestou: ela precisa ser dialogada e a pessoa que gesta tem o direito de decidir se irá amamentar ou não, assim como a/o parceira/o também precisa ter conhecimento das possibilidades de

compartilhar essa tarefa. É dever dos profissionais de saúde repensar os protocolos de indução a lactação para pessoas não gestantes para além do escopo feminino.

Essa é uma discussão em que profissionais de saúde sempre levantam questões de ética profissional, porém quero deixar aqui esse incentivo para repensar o caminho dessa ética - sobretudo aos profissionais mais progressistas que considera possível travestis, mulheres mulheres trans, lésbicas não gestantes induzirem a lactação para amamentar seus filhos, mas acreditam ser antiético sugerir a um homem cis que ele pode realizar ou compartilhar a tarefa de amamentação. Isso diz muito sobre a lógica de que corpos podem ser alterados em função da reprodução humana. Aos demais profissionais, os que sequer refletem essa questão e certamente não farão nem mesmo a leitura deste material, fica minha lástima pela existência de profissionais de entendimento técnico tão raso e pautado mais na lógica machista do que na ciência.

Quando falamos em parentalidade, a ideia de muito trabalho e cansaço logo chega na mente, mas se falamos em transparentalidade, a primeira ideia que vem é violência e exaustão. A gente está o tempo todo realizando todas as demandas relativas à parentalidade e fazendo o enfrentamento às diversas transfobias. Questões como uso do banheiro se tornam ainda maiores para gente, já que sabe-se lá o que vão dizer ao me verem entrar no banheiro masculino com a minha cria para higienizá-la. Esse é um pensamento recorrente: para todas as atividades parentais exercidas, a tentativa de preencher uma série de demandas normativas para que não haja a possibilidade de um entendimento meramente transfóbico que seja responsável por nos fazer perder o direito de exercer nossa parentalidade.

Enfrentamos dia após dia, para cada fase e cada necessidade de acesso, um padrão de transfobia universal. Alugar uma casa pode ser uma tarefa exaustiva, mas certamente é uma das coisas mais prazerosas de se fazer: visitar lugares, me imaginar ali e as conexões que podem existir naquele lugar, são coisas que me animam. Mas essa não é uma atividade muito simples e gostosa quando falamos de uma travesti e um

boyceta procurando uma casa, sobretudo com uma criança. As pessoas fingem que já está alugada, aumentam o valor, dizem que não querem mais alugar, inventam todo tipo de mentira para simplesmente não alugar. Passamos por isso diversas vezes antes de ter bebê, mas pra mim a pior foi quando procuramos junto com a criança, levamos ela para conhecer a casa e depois desse dia, a proprietária sequer respondia minhas mensagens. Uma casa, um local de moradia, um espaço para compartilhar a vida, nós não tivemos esse direito mesmo podendo pagar.

Se o direito à moradia já nos foi tirado, imagine pensar em uma escolinha. A necessidade real de ambos trabalharmos nos trouxe mais essa demanda e esse foi um processo que desencadeou uma das maiores mudanças na nossa organização. Nós precisamos mudar de cidade pelo simples fato de que somos pessoas trans e a maioria das escolas na cidade que morávamos eram religiosas. Mesmo as escolas que se colocaram à disposição para receber a nossa criança, não estavam prontas para nos entregar um acolhimento genuíno e certamente isso se refletiria no processo de cuidado. Precisar abrir mão de toda rede de apoio local para conseguir uma escola minimamente respeitosa com nós três. Foi uma das violências que me causou maior exaustão e isolamento social.

O exercício da parentalidade, pelo menos considerando minha única experiência, exigiu uma mudança radical no exercício da minha individualidade. Esta é uma questão pouco dialogada sobre parentalidade e eu acredito que é justamente pela demanda de tempo que muda completamente quando se tem uma criança para dar conta. Essa mudança contribuiu para o apagamento da minha identidade, autoestima, noção de tempo, construção de afetos e disponibilidade. A grande questão aqui é que muito desse contexto tem relação com o quanto a sociedade tem de expectativa com relação a uma parentalidade que consegue administrar o tempo como se tudo funcionasse como caixinhas programadas de horários milimetricamente combinados.

Lembro-me que nos primeiros meses exercendo minha parentalidade a recordação de tempo que tenho é aquela de filmes que mostram as passagens dos dias com o sol e a lua aparecendo rapidamente na tela. Esse é o exemplo perfeito para como eu via o tempo nos primeiros meses de cuidado. Passei dias escolhendo entre me alimentar ou tomar um banho e conseqüentemente alguns dias sem banho. Isso considerando que todas as demandas de cuidado foram compartilhadas com minha companheira. Esses meses exigiram demais da gente e recebemos algumas valiosas ajudas nesse processo. Mas no meio de algumas pontuais ajudas, as cobranças por ativismo, socialização, produção de material referente a gestação e parentalidade foram chegando e eu me via tão fragilizado que sequer conseguia entender a violência que eram essas cobranças.

O ativismo pra mim sempre foi minha primeira demanda pessoal. Logicamente, hoje, esse lugar já não cabe a essa demanda. Tenho outras necessidades, visto que a parentalidade perpassa uma série de questões que precisam de respostas urgentes. Minha maior decepção com o movimento social vem após exercer minha parentalidade: entender que a cobrança por participar dos espaços, em me fazer presente e atuante, não considera as minhas demandas parentais e parte apenas de uma lógica capitalista meritocrática de que o dia de todos tem as mesmas 24h. Falar sobre ativismo e parentalidade é entender que os espaços de militância precisam repensar suas estruturas para serem inclusivos para crianças. Não são os cuidadores que precisam se desdobrar para pensar espaços onde deixar a criança ou cuidar dela no meio de um espaço completamente inapropriado para estar presente nesses espaços. Aqui cabe também essa reflexão para pessoas próximas, amigos e familiares: não cabe cobrar a presença, muito menos quando os convites sequer são estruturados considerando a presença de uma criança. A construção de uma parentalidade digna por muitas vezes é solitária, desumana e violentada por pessoas que acham maravilhosa a forma de cuidado exercida pelos cuidadores, mas sequer tem a noção do quanto aquilo é custoso, pois nos coloca

num lugar de carga de trabalho físico e emocional que socialmente não é compartilhada. É uma carga que apenas a gente vai dar conta, sendo julgados inclusive por não ter tempo para as demandas fora da parentalidade.

Recentemente, a título de exemplo, fui convidado por duas pessoas transmasculinas para escrever um artigo sobre gestação transmasculina. Estou há três anos tentando escrever algo sobre esse meu processo e achei que essa seria uma boa forma de colocar em prática: me dando prazo e em coletivo com outras pessoas transmasculinas. A minha falta de tempo para exercer minhas individualidades tem sido algo muito impactante na minha vida desde a gestação, e que atravessa minha noção de identidade e reconhecimento de quem sou. Escrever sobre todo esse meu processo era um desejo que nunca conseguia colocar em prática na minha organização de tempo e certamente não era por falta de interesse e desdém.

Minha primeira surpresa foi ver que eu era o único transmasculino que havia passado pela experiência de gestação. Não sou do tipo que acredita que só quem viveu pode ter empatia, mas as vozes de quem viveu precisam sim ser ouvidas para que o processo de empatia possa se naturalizar e quando acessei o documento, ele já estava inclusive com quase toda a quantidade de caracteres solicitada pela editora. Fiz apenas algumas pontuações necessárias e questionei sobre qual seria exatamente minha participação, visto que já estava basicamente tudo pronto. Foi então acordado que eu poderia escrever sobre o que desejava e que o texto pronto seria repensado.

Comecei a fazer minha produção textual, extremamente animado por conseguir finalmente colocar em prática uma necessidade minha de 3 anos. Tentei ser sucinto, pois existia uma limitação de caracteres, mas fazendo as colocações necessárias, já que a produção seria socializada para o SUS. Texto finalizado, eu e um dos pesquisadores combinamos uma reunião para formatar conforme a editora solicitava. No momento que acesso a sala virtual, meu fone não estava funcionando, de forma que eu conseguia ouvir mas o meu som não estava sendo transmitido. Saí e entrei na sala novamente e

nesse momento informo que estou na sala e ouço um dos pesquisadores falar: “Eu odeio esse cara. Sabe quando você odeia uma pessoa de graça? E ele ainda está enrolando para escrever.”. Estas palavras em negrito acabaram comigo. Com todo esforço de organização de tempo que eu havia feito, todo malabarismo que eu fiz para dar conta de mudança de casa, criança doente, cuidado solo em período de viagem da companheira, todo esse esforço, todos os 3 anos sem conseguir escrever e ter finalmente conseguido, e ali sendo julgado por um “ativista academicista” que não faz ideia do que é a transparentalidade - mesmo sendo uma pessoa transmasculina com acesso a discussão por ser coordenador de um movimento.

Mesmo magoado e me sentindo julgado, incapaz e violentado, chamei os dois autores para diálogo a respeito do ocorrido. Fui questionado se essa forma de violência não se trataria de crime e entendi que violência psicológica para essa pessoa é algo aceitável. Percebi que aquele espaço de discussão só iria causar mais desgaste e violências, pois quando não há o desejo de entender onde erramos, não temos como mudar absolutamente nada. Fiz a única coisa que me cabia: remover toda produção textual que havia produzido e deixar que o artigo fosse escrito seguindo o padrão de tempo e produção de pessoas que não exercem parentalidade.

Relatar minha vivência é mostrar que violências como essas são também impeditivos para que as transparentalidades consigam produzir e disputar espaços acadêmicos e narrativas com pessoas que não tem filhos, que vivem de produção acadêmica e só conseguem falar de parentalidade na terceira pessoa. Privilegiem produções e materiais construídos pelas parentalidades, pois não é fácil conseguirmos disponibilidade de tempo para escrever e menos ainda saúde mental para encarar essas violências. Vencer uma barreira posta de 3 anos e conseguir explorar as violências que passei na tentativa de trazer uma reflexão que possibilite um novo caminho para as transmasculinidades me traz uma sensação de orgulho, pertencimento e valorização da minha trajetória. Espero que este texto possa fortalecer as transmasculinidades para que

consigam manterem-se firmes nas suas trajetórias. Meu desejo para as transparentalidades é de muita força e quero deixar aqui meu imenso agradecimento a vocês, pois é nessa coletividade, mesmo que silenciosa, que tenho me mantido de pé. Profissionais de saúde e acadêmicos, espero ansiosamente para que tenham uma boa leitura e que esse espaço possa causar uma transformação nas formas de conduzir e interagir com as diversas parentalidades.

Recebido: 01/01/2023

Aceito: 21/05/2023